

## **LIVRO DE ATAS Nº 22**

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas seqüencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2013.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com a Senhora Presidente.

Rio Pomba/MG, 02 de janeiro de 2013.

**VEREADOR PAULO HENRIQUE DA SILVA**  
Secretário

**VEREADORA MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES**  
Presidente da Câmara

**Ata da Sessão Solene de Instalação da Câmara Municipal de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, na Legislatura 2013 a 2016.** Às dez horas e quarenta minutos do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e treze, na Quadra Poliesportiva da Escola Municipal São José, localizada à Av. Dr. José Neves, nº 158, Centro, nesta cidade de Rio Pomba/MG, reuniu-se a Câmara Municipal para a sua instalação na Legislatura de 2013 a 2016. Inicialmente, foi composto o Plenário pelos nove Vereadores eleitos em sete de outubro de dois mil e doze, a seguir relacionados: Maurílio Rodrigues dos Reis, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado. Na sequência, as autoridades presentes foram convidadas a ocuparem os lugares de destaque a elas reservados. O Presidente da Câmara em exercício, Maurílio Rodrigues dos Reis, deu abertura à Sessão Solene Especial de Instalação da Câmara Municipal para a Legislatura de 2013 a 2016 (dois mil e treze a dois mil e dezesseis), eleição e posse da Mesa Diretora para o biênio de 2013 a 2014 (dois mil e treze a dois mil e quatorze). O Sr. Presidente convidou a Sra. Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes para as funções de Secretária *ad hoc*, após o que fez breve agradecimento pelo comparecimento popular. Neste momento, foi executado o Hino Nacional Brasileiro pela banda da Sociedade Musical Santa Cecília, de Rio Pomba. Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente e a Sra. Secretária passaram à conferência das declarações de bens e dos diplomas eleitorais apresentados pelos nove candidatos eleitos à Câmara Municipal na qualidade de titulares. Para atendimento do art. 17 do Regimento Interno da Câmara, registra-se aqui o resumo das declarações de bens entregues: Antônio Dias de Oliveira: quatro propriedades rurais avaliadas no total de R\$1.080.000,00 – um veículo Gol, avaliado em R\$12.000,00 – 56 cabeças de gado avaliadas em R\$60.000,00; Jorge Luís Martins Soares: um veículo Uno avaliado em R\$18.000,00 – uma propriedade rural avaliada em R\$25.000,00 – 20 cabeças de gado avaliadas em R\$20.000,00; Juscélio Bernardino Braz: um veículo Gol avaliado em R\$34.000,00 – um veículo Fiesta avaliado em R\$21.000,00; Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: doação de parte de bens rurais avaliada em R\$18.061,11 – doação de parte de uma residência avaliada em R\$7.773,16; Maurílio Rodrigues dos Reis: dois sítios avaliados em R\$75.000,00 – dois apartamentos avaliados em R\$50.000,00 – gado bovino avaliado em R\$41.500,00 - um veículo Uno avaliado em R\$9.000,00; Paulo Henrique da Silva: um veículo Monza avaliado em R\$10.000,00 – uma caderneta de poupança com saldo de R\$48,92 – uma conta corrente com saldo de R\$2.312,96 – Romeu Moreira Batista: dois imóveis rurais avaliados em R\$90.000,00 – uma casa residencial avaliada em R\$100.000,00 – um apartamento em Juiz de Fora avaliado em R\$20.575,00 – 80 cabeças de gado bovino avaliadas em R\$88.000,00 – um veículo Ranger avaliado em R\$50.000,00; Sérgio Antônio Mota Furtado: um veículo Uno avaliado em R\$13.000,00 – quotas de capital em empresa avaliadas em R\$5.000,00; Túlio Mota Salgado: um sítio avaliado em R\$25.000,00 – 25% de capital social em empresa avaliadas em R\$10.000,00 – 78 cabeças de gado avaliadas em R\$100.000,00 – dinheiro em espécie com saldo de 20.917,95. Estando tudo conforme determina a legislação, os Vereadores em processo de posse ficaram

em pé para prestarem o compromisso. Então, na forma determinada pelo art. 14 do Regimento Interno, o Sr. Presidente prestou o compromisso de posse que logo depois foi confirmado pelos demais, na forma do art. 15 do Regimento Interno. Assim, cumpridas todas as formalidades regimentais, o Sr. Presidente em exercício solenemente declarou empossados os Vereadores componentes da Câmara Municipal de Rio Pomba para a Legislatura de 2013 a 2016, a seguir relacionados: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente em exercício anunciou que passaria ao processo de eleição da Mesa Diretora, quando então foi lido um resumo explicativo das normas regimentais que versam sobre o assunto. Então, em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente em exercício colocou em votação o cargo de Presidente da Câmara, recebendo votos: a) Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de Antônio Dias de Oliveira, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; b) Jorge Luís Martins Soares, de Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; sendo eleita por 05 (cinco) votos a Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Seguindo, em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente em exercício colocou em votação o cargo de Vice-Presidente da Câmara, recebendo votos: a) Túlio Mota Salgado, de Antônio Dias de Oliveira, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; b) Juscélio Bernardino Braz, de Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista; sendo eleito por 05 (cinco) votos o Vereador Túlio Mota Salgado. Após, em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente em exercício colocou em votação o cargo de Secretário da Câmara, recebendo votos: a) Paulo Henrique da Silva, de Antônio Dias de Oliveira, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; b) Jorge Luís Martins Soares, de Jorge Luís Martins Soares e Romeu Moreira Batista; sendo que o Vereador Juscélio Bernardino Braz absteve-se de votar; sendo eleito por 06 (seis) votos o Vereador Paulo Henrique da Silva. Seguindo, em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente da Câmara em exercício colocou em votação o cargo de Suplente de Secretário, recebendo 07 (sete) votos Antônio Dias de Oliveira, de Antônio Dias de Oliveira, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; sendo que os Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Juscélio Bernardino Braz se abstiveram de votar; sendo eleito por 07 (sete) votos o Vereador Antônio Dias de Oliveira. Então, concluídas as votações, o Sr. Presidente em exercício declarou eleita e empossada a Mesa Diretora da Câmara para o biênio de 2013/2014, com a seguinte composição: Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes; Vice-Presidente, Vereador Túlio Mota Salgado; Secretário, Vereador Paulo Henrique da Silva; Suplente de Secretário, Vereador Antônio Dias de Oliveira. Após, foram assinados os termos de posse dos nove Vereadores e da

Mesa Diretora supracitada. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às onze horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba para Posse do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.** Às onze horas e quinze minutos do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e treze, na Quadra Poliesportiva da Escola Municipal São José, localizada à Av. Dr. José Neves, nº 158, Centro, nesta cidade de Rio Pomba/MG, a Sra. Presidente da Câmara, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, deu abertura à Sessão Solene Especial da Câmara Municipal para Posse do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Rio Pomba no mandato de 2013 a 2016 (Dois mil e treze a dois mil e dezesseis), com a presença de todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado. Os Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Maurílio Rodrigues dos Reis acompanharam o Prefeito eleito, Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo, até o Plenário, e a Sra. Maria Aparecida Furtado Macedo, esposa, até o lugar a ela reservado junto aos familiares dos eleitos. Ato contínuo, os Vereadores Antônio Dias de Oliveira e Jorge Luís Martins Soares acompanharam o Vice-Prefeito eleito, Dalmo Maurício Furtado, até o Plenário, e a Sra. Marlene Luisa do Carmo Furtado, esposa, até o lugar a ela reservado junto aos familiares dos eleitos. Neste momento, foi executado o Hino a Rio Pomba pela banda da Sociedade Musical Santa Cecília, de Rio Pomba. Após, a Sra. Presidente da Câmara e o Secretário, Vereador Paulo Henrique da Silva, procederam à conferência dos diplomas eleitorais e das declarações de bens apresentados pelos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito eleitos, sendo constatada a conformidade com o exigido pela legislação. Então, conforme solicitado pela Sra. Presidente, os Srs. Prefeito e Vice-Prefeito eleitos, perante a Câmara reunida e o público presente, deram cumprimento ao art. 55 da Lei Orgânica Municipal, ou seja, prestaram o compromisso legal de posse. Após, a Sra. Presidente da Câmara solenemente declarou empossados os Srs. Fernando Antônio Dutra Macedo, como Prefeito Municipal, e Dalmo Maurício Furtado, como Vice-Prefeito, para o mandato de 2013 a 2016. Então, foi assinado o termo de posse dos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito. Passando ao momento dos pronunciamentos, usaram da palavra os Vereadores Maurílio Rodrigues dos Reis, Jorge Luís Martins Soares, Romeu Moreira Batista, Túlio Mota Salgado, Sérgio Antônio Mota Furtado e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Após, usou a palavra o Sr. Dalmo Maurício Furtado, Vice-Prefeito. Também o Prefeito de Rio Pomba, Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo, fez o seu discurso. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às treze horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores

presentes à sessão que a aprovou, além dos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito empossados.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

Fernando Antônio Dutra Macedo  
Prefeito

Dalmo Maurício Furtado  
Vice-Prefeito

### **Ata da Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezenove horas do dia sete de fevereiro de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que abriu a sessão e solicitou que todos os presentes fizéssemos juntos a Oração do Pai Nosso para que as decisões a serem tomadas pela Câmara Municipal sejam iluminadas e sábias para uma cidade melhor a todos. Após, nos termos do art. 60 do Regimento Interno, a sra. Presidente anunciou que seriam compostas as comissões permanentes para o biênio de 2013/2014 e solicitou ao Secretário que fizesse a leitura da proposta para o Plenário. Após a leitura e colocado o assunto em debate, o Vereador Romeu Moreira Batista solicitou ao Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis que trocasse com ele a presidência da Comissão de Meio Ambiente pela presidência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, ou que o Vereador Jorge Luís Martins Soares o trocasse na presidência da Comissão de Finanças. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis aceitou a troca. O Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado disse que gostaria de participar da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e não da Comissão de Meio Ambiente, solicitando a permuta com o Vereador Paulo Henrique da Silva, mas este não concordou. Então, o Vereador Sérgio Mota retirou o seu nome do cargo de relator da Comissão de Meio Ambiente, quando então a Sra. Presidente indicou para o lugar o Vereador Antônio Dias de Oliveira. Após estes consensos, as comissões permanentes da Câmara Municipal para o biênio de 2013 (dois mil e treze) a 2014 (dois mil e quatorze) ficaram compostas da seguinte forma: • Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final: Presidente: Romeu Moreira Batista, Vice-Presidente: Jorge Luís Martins Soares, Relator: Paulo Henrique da Silva; • Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas: Presidente: Jorge Luís Martins Soares, Vice-Presidente: Antônio Dias de Oliveira, Relator: Sérgio Antônio Mota Furtado; • Comissão de Educação, Saúde e Assistência: Presidente: Túlio Mota Salgado, Vice-Presidente: Juscélio Bernardino Braz, Relator: Antônio Dias de Oliveira; • Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais: Presidente: Maurílio Rodrigues dos Reis, Vice-Presidente: Paulo Henrique da Silva, Relator: Romeu Moreira Batista; • Comissão de Meio Ambiente: Presidente: Maurílio Rodrigues dos Reis, Vice-Presidente: Juscélio Bernardino Braz, Relator: Antônio Dias de Oliveira. Seguindo, foi lida a Intimação nº 695/2013, da Secretaria da 1ª Câmara do Tribunal de Contas, referente ao processo nº 697.118, exercício de 2004, Prefeitura de Rio Pomba, com encaminhamento do parecer prévio para julgamento das contas pela Câmara Municipal. A Sra. Presidente disse que estava na mesa de cada vereador a cópia do parecer prévio, encaminhou o processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para a emissão de parecer no prazo de sessenta dias e comunicou que os vereadores têm trinta dias para solicitarem informações à citada comissão. Seguindo, foi lida a Portaria nº 239, que designa os membros da Comissão de Controle Interno para o ano de 2013, sendo os Vereadores Maurílio Rodrigues dos

Reis e Antônio Dias de Oliveira, e o servidor Ramon Machado de Oliveira. Consultado o plenário nos termos do art. 5º, § 1º, da Resolução nº 205/2000, obteve-se a homologação da designação por unanimidade. Para conhecimento, foi lida a Portaria nº 240, que designa a Ouvidoria Parlamentar da Câmara Municipal de Rio Pomba, e o Ofício nº 01, da Presidência da Câmara, designando os representantes da Câmara no Codema. Passando às proposições, foi lido o Ofício nº 51, do Executivo de encaminhamento de cinco projetos de leis, e, em seguida, foi lido o Projeto de Lei nº 1.525/2013, do Executivo, que dispõe sobre a revisão geral anual para os servidores públicos municipais e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 1, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.525. Votado, o Requerimento nº 1 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159 do Regimento Interno, a Sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.525, pela unanimidade dos membros das comissões. Então, com a permissão do Plenário, a Sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.525. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.525 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.526/2013, do Executivo, que altera o art. 1º da Lei Municipal nº 1.417/2012 e dá outras providências. A Sra. Presidente comentou que essa entidade já consta na LOA, faltando apenas na lei das subvenções. Após, foi lido o Requerimento nº 2, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.526. Votado, o Requerimento nº 2 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159 do Regimento Interno, a Sra. Presidente solicitou o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.526, pela unanimidade dos membros da comissão. Então, com a permissão do Plenário, a Sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.526. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.526 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.527/2013, do Executivo, que cria o cargo de Coordenador Executivo do PROCON-Rio Pomba e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 3, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.527. Votado, o Requerimento nº 3 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159 do Regimento Interno, a Sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.527, pela unanimidade dos membros das comissões. Então, com a permissão do Plenário, a Sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.527. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que uma das leis aprovadas pela Câmara no ano passado e que valeu muito foi a criação do Procon. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.527 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.528/2013, do Executivo, que dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, para o fim que menciona e dá outras



providências. Após, foi lido o Requerimento nº 4, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.528. Votado, o Requerimento nº 4 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159 do Regimento Interno, a Sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e de Educação, Saúde e Assistência. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.528, pela unanimidade dos membros das comissões. Então, com a permissão do Plenário, a Sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.528. O Vereador Sérgio Mota disse que vê o projeto como de grande importância social no tratamento das pessoas com problemas psicossociais. A Vereadora Maria do Carmo disse que o CAPS terá dimensão regional. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.528 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.529/2013, do Executivo, que cria a Secretaria de Negócios Jurídicos, extingue o cargo de Assessor Jurídico e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 5, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.529. Votado, o Requerimento nº 5 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159 do Regimento Interno, a Sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.529, pela unanimidade dos membros das comissões. Então, com a permissão do Plenário, a Sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.529. A Vereadora Maria do Carmo disse que é importante a criação dessa secretaria, como as demais existentes. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.529 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.530/2013, da Mesa Diretora, que concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal. Após, foi lido o Requerimento nº 6, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.530. Votado, o Requerimento nº 6 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159 do Regimento Interno, a Sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.530, pela unanimidade dos membros das comissões. Então, com a permissão do Plenário, a Sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.530. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.530 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 7, do Vereador Sérgio Mota, requerendo informações sobre obra de escola municipal (pró-infância no Parque de Exposições). Colocado em votação, o Requerimento nº 7 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Juscélio Bernardino Braz, Sérgio Antônio Mota Furtado, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; recebendo 01 (um) voto contrário do Vereador Romeu Moreira Batista. Dando sequência, foi lido o Requerimento nº 8, do Vereador Sérgio Mota, requerendo informações sobre obra à Av. Raul Soares. Colocado em votação, o Requerimento nº 8 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz,

Sérgio Antônio Mota Furtado, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; recebendo 01 (um) voto contrário do Vereador Jorge Luís Martins Soares. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 9, do Vereador Sérgio Mota, requerendo informações sobre obra da Praça Vereador Mundico. A Vereadora Maria do Carmo parabenizou ao autor pelo pedido de informações. Colocado em votação, o Requerimento nº 9 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 10, do Vereador Sérgio Mota, requerendo informações sobre fechamento de escola rural. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que votaria contra o requerimento por tem conhecimento sobre o assunto; comentou que, antes do fechamento, houve polêmicas, inclusive ele (Vereador Jorge) tendo sido procurado por três mães pelo não fechamento da escola; disse que então o Sr. Prefeito marcou reunião com ele, as mães e a Secretária de Educação, quando esta lhes expôs que não houve nenhuma matrícula, que havia trinta e dois alunos e oito funcionários por conta desses alunos, sendo que, na Escola São José, existem salas de aula com trinta e cinco alunos por conta de uma professora; disse o Vereador Jorge que o fechamento visava também a inserção dos alunos no mercado, já que saíam da escola rural diretamente para a escola estadual e perdiam a progressão; disse que agora os alunos têm educação física e aulas de inglês; disse o Vereador Jorge que já conversou com alguns alunos e lhes perguntou se estão preferindo estudar na cidade ou voltar à escola rural, ao que eles responderam que não querem voltar. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a escola rural hoje não tem condições de continuar, devido a dificuldades como baixo número de alunos e alto número de professores, mesmo porque quando os alunos vêm para o ginásio ficam em prejuízo na sequência, além da despesa ser menor e os alunos preferirem quando vêm para a cidade; adiantou o seu voto contrário. O Vereador Antônio Dias de Oliveira disse que o requerimento apenas pede informações. O Vereador Jorge Luís Martins Soares comentou que, com a mudança, os alunos podem acordar mais tarde, beneficiando inclusive os pais. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que esta informação é importante para os novos vereadores, sendo que os vereadores do mandato passado já acompanharam o caso; disse ser favorável inclusive para poder prestar informações às pessoas. O Vereador Sérgio Mota disse que os motivos do requerimento são dois, o primeiro pela sua visão de que o que se gasta com educação é um investimento e não um custo, pois estão se formando cidadãos; disse que isso vem de encontro a uma política que está sendo adotada no Brasil e à qual ele é contra por fomentar o êxodo rural, especialmente do pequeno produtor rural; disse que essa política vem fomentar, no Brasil e em Rio Pomba, a questão da miséria, da droga, do alcoolismo e da prostituição; o segundo motivo, comentou o Vereador Sérgio, é o fato de ter sido procurado por moradores da região e por servidores que não gostaram dessa decisão de fechar a escola, porque a preferência é que o filho vá à escola local e retorne para casa, e não que tome ônibus à cidade porque a permanência dos filhos aqui preocupa os pais; disse que no início houve resistência ao fechamento e agora não existe porque as pessoas não sentem nenhum poder para resistir e dizer não à decisão do Executivo; citou ainda a existência de decisões e de uma medida provisória, sem saber citar ao certo, determinando que para todo fechamento de

escola rural o assunto passe pelo conselho de educação, órgão que, na sua opinião, deveria ser consultado e se manifestar nesses casos; ressaltou que se trata de um pedido de informações para dar mais clareza do que aconteceu, lembrando que os vereadores representam o município como um todo. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o transtorno do horário de transporte dos alunos, segundo a Secretária de Educação, não está havendo mais, sendo que muitos já foram para o ginásio; comentou que a Escola São José é uma referência nacional e estadual, e que a inserção dos alunos ali é pensar no melhor para eles. O Vereador Paulo Henrique da Silva perguntou se os alunos são todos da mesma série e a Vereadora Maria do Carmo respondeu que não. O Vereador Sérgio Mota disse que está pedindo apenas informações para dirimir as suposições e ter dados precisos. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que é uma forma de ajudar o Prefeito e esclarecer o assunto. O Vereador Juscélio Bernardino Braz disse que já foi esclarecido aos pais que não há condições de manter a escola naquele local. Colocado em votação, o Requerimento nº 10 foi rejeitado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Maurílio Rodrigues dos Reis; recebendo 03 (três) votos favoráveis dos Vereadores Sérgio Antônio Mota Furtado, Túlio Mota Salgado e Antônio Dias de Oliveira. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Antônio Dias de Oliveira: 1) Indicação nº 15: limpeza das estradas rurais; b) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 1: melhorias no Distrito Industrial de Rio Pomba; 2) Indicação nº 2: melhorias na escola rural de Gonçalves; 3) Indicação nº 3: PSF na zona rural; c) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 5: calçamento de rua no Bairro Jardim América; 2) Indicação nº 6: captação de águas pluviais na Av. Jorn. José de Assis Vieira; 3) Indicação nº 7: estacionamento rotativo; d) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 11: redutores de velocidade na Rua Ministro Adauto L. Cardoso; e) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 12: escoamento de águas pluviais no bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 13: curso de mecânica de automóveis; 3) Indicação nº 14: abastecimento de água no Monte Alegre; f) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 8: canalização do córrego Independência; 2) Indicação nº 9: atendimento das obras da zona rural; 3) Indicação nº 10: acessibilidade nos prédios e calçadas. A Sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, repassou aos Vereadores um pedido de auxílio da Escola de Samba Levanta Poeira. Dada a palavra livre pela Sra. Presidente, o Vereador Sérgio Mota comentou sobre a entrega de uma retroescavadeira ao município de Rio Pomba na manhã de hoje, em Piraúba, pelo Governo Federal, na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2, evento para o qual a Câmara não recebeu convite mas que ele e o Vereador Juscélio compareceram. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

**Ata da Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezenove horas e seis minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Antônio Dias de Oliveira; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (1ª sessão ordinária, de 07/02/2013). Votada, a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de novembro e dezembro de 2012. Às dezenove horas e dezesseis minutos compareceu à sessão o Vereador Antônio Dias de Oliveira. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que isso foi o fechamento da prestação de contas referente ao seu mandato de Presidente da Câmara. O Vereador Sérgio Mota pediu à Presidência da Câmara que divulgue a prestação de contas de forma a tornar mais claras as informações referentes ao objeto do gasto, para o público e também para os vereadores. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que as informações que o Vereador Sérgio solicita irão dobrar o trabalho da contadora, e que tais informações ficam afixadas no quadro de avisos. A sra. Presidente disse que verificará sobre isso com os servidores da Câmara. Após, foi lido convite da Prefeitura sobre associativismo e cooperativismo. Seguiu tramitando o processo de prestação de contas do município do exercício de 2004, com o parecer do Tribunal de Contas, já encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o Tribunal de Contas não apontou nenhuma irregularidade e adiantou o seu voto que será favorável às contas. O Vereador Sérgio Mota disse que também já tem conhecimento do assunto. Passando às proposições, foi lido o Requerimento nº 11/2013, do Vereador Sérgio Mota, requerendo informações sobre os serviços terceirizados. Votado, o Requerimento nº 11 foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 4/2013: Instalação de quebra-molas; 2) Indicação nº 16/2013: Iluminação na vila existente junto à Av. Djanira Lucas Esteves; 3) Indicação nº 17/2013: UBS no Lindo Vale; b) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 21/2013: Abastecimento de água no loteamento Panorama; 2) Indicação nº 22/2013: PSF no bairro José Mendonça dos Reis (Estação); 3) Indicação nº 23/2013: Iluminação na Praça Vereador Mundico; c) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 25/2013: Ampliação da capela mortuária; 2) Indicação nº 26/2013: Iluminação e calçamento no *bairro Belvedere*; d) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 29/2013: Calçamento de Rua no bairro Jardim América; 2) Indicação nº 30/2013: Providências na Rua Divino de Oliveira; 3) Indicação nº 31/2013: Instalação de quebra-molas; e) do Vereador Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 27/2013: Semáforo nas vias em torno da Praça Joaquim Alves de Araújo e outros locais; 2) Indicação nº 28/2013: Providência de segurança em barranco do *Bairro Estação*; f) do Vereador Túlio

Mota Salgado: 1) Indicação nº 18/2013: Disque-denúncia anônimo; 2) Indicação nº 19/2013: Desentupimento de bueiro; 3) Indicação nº 20/2013: Prática desportiva para crianças e adolescentes. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que uma das melhores indicações é a de número 18, do Vereador Túlio, pela necessidade de dificuldade em se fazer uma denúncia junto à polícia tendo que se identificar. O Vereador Túlio disse que é preciso lutar por esta idéia. O Vereador Sérgio Mota disse que a idéia é importante e que deve ser atacado pelas polícias especialmente o tráfico de drogas, porque é inibindo a chegada da droga que se diminui o número de usuários; disse que, quanto aos usuários, trata-se de saúde pública, pois muitos destes se iniciaram no mundo das drogas pelo uso do álcool, desde pequenos, juntos com seus pais, nos bares da cidade, adquirindo uma imagem de que o álcool é algo normal e saudável, inclusive algo que faz parte dos programas de TV; disse que a falta de um trabalho de conscientização em casa, pela própria família, sobre o uso do álcool, leva os jovens, junto com seus amigos, a terem acesso às drogas que não estão sendo coibidas num trabalho mais efetivo pelas polícias e pelas autoridades; disse que os usuários precisam de um tratamento, de uma atenção em saúde pública, e que as autoridades precisam ser cobradas por uma ação incisiva no combate ao tráfico de drogas, uma vez que o traficante não é usuário e visa o lucro ilegalmente, inclusive com aliciamento de jovens; comentou que isso não pode ser um tema debatido apenas nas eleições. A Vereadora Maria do Carmo disse que no bairro *Estação* foi realizada uma reunião pelo Cabo Edson sobre esse assunto, para os pais e filhos, e que serão feitas outras; comentou sobre a sua idéia de se iniciar um trabalho de prevenção aqui na Câmara, junto com o Cabo Edson. O Vereador Sérgio Mota concordou mas disse que nada adianta se não se fizer um combate efetivo ao tráfico de drogas, que muitas vezes não é feito pelo poder de expressão do traficante no município ou na região, que às vezes é um doutor ou alguém de destaque, enquanto se trata de um usuário ou de um pequeno a ação acontece; disse que a sua opinião é pela realização de um trabalho educativo, mas principalmente o de combate ostensivo a quem banca o tráfico de drogas. A Vereadora Maria do Carmo disse que o sistema de denúncia anônima será muito bom, porque as pessoas não terão receio. A Vereadora Maria do Carmo disse que em alguns lugares já está sendo feito esse trabalho, mais voltado às crianças. O Vereador Túlio disse que a sua preocupação é voltada aos adolescentes, a partir dos quinze anos, por ser a idade crítica em que os adolescentes começam a ganhar a liberdade; ressaltou que a prática esportiva indicada envolve também vôlei, basquete e outros, inclusive *street dance*. A sra. Presidente informou que a audiência pública prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal para a apresentação das metas do terceiro quadrimestre de 2012 acontecerá no dia vinte e oito próximo, às dezoito horas, faltando apenas o ofício do Sr. Prefeito para confirmar a data, após o que a Câmara comunicará com os Vereadores; ressaltou a importância da presença de todos os vereadores, mas essencialmente dos membros da Comissão de Finanças. O Vereador Sérgio Mota pediu à Presidência da Câmara que faça uma ampla divulgação da audiência incentivando a mobilização da comunidade e como uma forma da Câmara divulgar os seus trabalhos; e a sra. Presidente concordou. A sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo, sugeriu que seja feita uma reunião informal com todos os vereadores

para o esclarecimento de dúvidas e a prestação de algumas instruções básicas sobre a função parlamentar, principalmente para os novos vereadores. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que isso é mais para os novatos. A Vereadora Maria do Carmo e o Vereador Túlio disseram que gostaria da presença dos vereadores com mais tempo de Casa para passarem as suas experiências. O Vereador Sérgio Mota disse que tem visto em municípios vizinhos a Câmara oferecer curso de capacitação para os vereadores; sugeriu que seja feito esse trabalho aqui, que seja de um dia, pelo menos. A Vereadora Maria do Carmo disse que já consultou representante da AGP sobre isso. O Vereador Jorge recordou que fez esse pedido no dia da posse e que gostaria de ter esse curso aqui. Sobre a reunião interna, a sra. Presidente perguntou se os vereadores interessam. O Vereador Romeu disse que o curso é muito válido e importante, que esta Câmara tem tudo para dar certo, não menosprezando as passadas, mas pediu aos vereadores que tenham muito respeito uns para com os outros, pois é muito feio a deselegância e o desrespeito entre os colegas, como já houve em legislaturas passadas; disse que os novos vereadores aprenderão com o tempo e que hoje o desenvolvimento dos trabalhos já foi melhor do que a primeira reunião. O Vereador Sérgio Mota disse que, ao solicitar um curso de uma empresa especializada, não quis menosprezar o conhecimento e a experiência dos colegas. O Vereador Maurílio disse achar desnecessária a participação dos vereadores já experientes na reunião interna proposta pela Presidente, mas que o oferecimento de um treinamento por uma empresa especializada é realmente importante. A sra. Presidente disse que talvez os novos vereadores não se interessem e disse que posteriormente poderá ser designada uma data. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezenove horas e dez minutos do dia sete de março de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (2ª sessão ordinária, de 21/02/2013). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de janeiro de 2013. A sra. Presidente comunicou aos vereadores sobre o programa de capacitação em Poder Legislativo Municipal, da Assembleia Legislativa, a distância, do qual os interessados podem obter mais informações na secretaria da Câmara. Passando às correspondências, foram lidos: a) Ofício 022, do Secretário de Esportes, sobre os jogos escolares, que começam amanhã; b) Ofício 070, da Caixa Econômica Federal, sobre convênio. A sra. Presidente disse que continuaria tramitando a prestação de Contas do município do ano de 2004, com parecer prévio do Tribunal de Contas, sendo que, para a próxima sessão, haverá o parecer da Comissão de Finanças. Seguindo, foi lida a Intimação nº 1.303/2013, da Secretaria da 1ª Câmara do Tribunal de Contas, referente ao processo nº 872.828, exercício de 2011, Prefeitura de Rio Pomba, com encaminhamento do parecer prévio para julgamento das contas pela Câmara Municipal. A Sra. Presidente disse que estava na mesa de cada vereador a cópia do parecer prévio, encaminhou o processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para a emissão de parecer no prazo de sessenta dias e comunicou que os vereadores têm trinta dias para solicitarem informações à citada comissão. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.531, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Pomba. Tendo em vista os debates já havidos sobre esta proposição, a sra. Presidente a encaminhou à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, substituindo o Vereador Jorge Luís Martins Soares pelo Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, como determina o art. 72, parágrafo único, do Regimento Interno, e convocou, na forma do art. 190 do Regimento Interno, uma sessão extraordinária para o dia doze de março próximo, às dezenove horas, para apreciação do Projeto de Lei nº 1.531. O Vereador Romeu Moreira Batista, Presidente da Comissão de Legislação, convocou uma reunião desta comissão para o dia onze de março, às dezessete horas e trinta minutos, para análise da proposição, solicitando ainda a presença da Assessora Jurídica da Câmara. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 12, do Vereador Sérgio Mota, requerendo informações sobre os serviços de aração e gradeação. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o serviço terceirizado de aração e gradeação está funcionando muito melhor do que quando era realizado pelos tratores da Prefeitura. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis apoiou as palavras do Vereador Jorge Luís Martins Soares. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 13, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre a aplicação de

herbicida na zona urbana e rural. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que sempre solicitou ao Executivo a capina química na zona rural, a qual ele próprio já fez em trechos da sua propriedade; disse que faltam funcionários para trabalharem na zona rural, corrigindo esses pequenos detalhes, de modo que sempre sugeriu ao Secretário de Obras a aplicação de herbicida; porém, disse que, se for verificar tudo conforme a lei determina e cobrar muito do Prefeito, ele parará de aplicar o herbicida; disse não ver motivo para o questionamento e por isso adiantou o seu voto contrário. O Vereador Sérgio Mota disse entender a preocupação do Vereador Maurílio quanto à falta de mão de obra na zona rural, o que vem inclusive de uma falta de políticas públicas voltadas ao setor; disse que o seu requerimento visa a obter os critérios adotados e qual o volume aplicado, pois a aplicação do herbicida é de grande valia quando se confronta com a falta de mão de obra, mas existe outra questão discutida a nível mundial e nacional que é relacionada ao uso de agrotóxicos sem critérios, sendo esta a sua preocupação e as consequências para o meio ambiente e o ser humano; falou sobre os riscos do agrotóxico e que as informações servem para discutir as questões municipais e serem repassadas à população. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que a preocupação do Vereador Sérgio é válida, mas disse que votará contra porque seguir a aplicação da lei, tudo conforme manda, é muito difícil; citou que o governo estadual também está usando desse recurso na capina das rodovias. O Vereador Sérgio Mota lembrou que o requerimento apenas pede informação para clarear o que está acontecendo, e que elas podem até mudar a opinião de quem seja contrário à medida. O Vereador Túlio Mota Salgado disse ter dúvidas sobre a aplicação de herbicidas, mas se colocou favorável ao requerimento. O Vereador Jorge Luís Martins Soares manifestou-se contrário e disse que a Prefeitura compra o herbicida através de licitação, o qual é vendido a qualquer cidadão bastando informar o CPF e se comprometer a devolver a embalagem; disse que as exigências são apenas burocracia e que o uso continua o mesmo; informou que o resultado junto aos produtores rurais está sendo muito satisfatório, pois eles mesmos solicitam a aplicação; disse também que, se os vereadores ficarem pedido tudo quanto é tipo de informação, o Prefeito ficará apenas respondendo e não terá tempo de trabalhar. Colocado em votação, o Requerimento nº 13 foi rejeitado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Maurílio Rodrigues dos Reis, Romeu Moreira Batista, Antônio Dias de Oliveira, Paulo Henrique da Silva, Jorge Luís Martins Soares e Juscélio Bernardino Braz; recebendo 02 (dois) votos favoráveis dos Vereadores Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 32: Muro de contenção no bairro Sol Nascente; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 41: Muro de arrimo na Rua Divino de Oliveira; 2) Indicação nº 42: Providência em bueiro no Bairro Santa Isabel; 3) Indicação nº 43: Revisão da remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 24: Providências na quadra poliesportiva próxima da rodoviária; 2) Indicação nº 33: Instalação de bueiros; d) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 44: Iluminação pública em ponto do bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 45: Combate a mosquitos na região central; 3) Indicação nº 46:



Cascalhamento e patrolamento em estradas rurais; e) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 35: Reforma de pontes em zona rural; 2) Indicação nº 36: Ampliação do cemitério; f) dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 34: Iluminação no alto do trevo. Sobre a Indicação nº 36, o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que na sessão anterior pediu a ampliação da capela mortuária, mas, na verdade, o que desejava era o mesmo que está sendo indicado hoje pelo Vereador Túlio. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que as pessoas pedem a colocação de uma placa de silêncio, para que as pessoas respeitem os familiares em luto durante os velórios. A Vereadora Maria do Carmo disse que já apresentou esta indicação e a fará novamente. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que é preciso que o Sr. Prefeito tenha peito para fazer a desapropriação, porque o proprietário não vende o terreno, ainda que seja algo muito necessário ao município a ampliação da capela, do cemitério e do estacionamento. O Vereador Maurílio disse que o Sr. Prefeito pode desapropriar. O Vereador Túlio disse que isso depende do bom senso, que a questão fica simples quando se trata do bem estar da população e que, se depender da Câmara, acredita que haverá a aprovação unânime. Finalizadas as proposições e dada a palavra livre, o Vereador Sérgio Mota pediu para registrar que o 1º Seminário Municipal de Educação, que acontecerá neste final de semana, é um evento importantíssimo para o qual a Câmara Municipal não recebeu convite, podendo ser um esquecimento da Secretaria de Educação, para que os vereadores pudessem participar mais efetivamente do seminário; disse o Vereador Sérgio que participará do seminário, pela importância do evento. O Vereador Jorge disse que deve ter sido um esquecimento, por se tratar do 1º seminário. O Vereador Sérgio Mota disse que soube pelo Vereador Juscélio que na sexta-feira passada encerraram-se as inscrições para o processo seletivo da Prefeitura e que no domingo foi a prova de redação, algo para o qual ele (Vereador Sérgio) ficou assustado, ainda que a divulgação estivesse no site da Prefeitura na internet; disse que não vinha acessando o site da Prefeitura mas acompanhava no jornal as notícias, e registrou a sua indignação sobre isso, pois as pessoas diariamente cobram dos vereadores informações sobre concursos da Prefeitura; disse que a Prefeitura deveria dar mais divulgação sobre esses acontecimentos, especialmente através da rádio comunitária; fez relato sobre a participação sua e do Vereador Juscélio em encontro promovido pela UFJF/Escola da Cidadania, abordando sobre a atuação parlamentar, sendo que haverá outros dois dias de eventos alusivos à inauguração da Escola de Governo, em 21 e 22 de março, que ele gostaria de participar. O Vereador Romeu Moreira Batista comentou que o projeto enviado pelo Prefeito comete uma injustiça quanto ao vencimento de alguns cargos, que têm valor igual ao dos auxiliares de serviços gerais, porém para eles sendo exigida escolaridade superior. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

**Ata da Primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas e dez minutos do dia doze de março de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (3ª sessão ordinária, de 07/03/2013). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Então, passando às proposições objeto da convocação feita na sessão extraordinária do dia sete de março e conforme edital publicado no quadro de avisos da Câmara e no sítio [www.cmriopomba.mg.gov.br](http://www.cmriopomba.mg.gov.br), foi lido o Parecer da Assessora Jurídica ao Projeto de Lei nº 1.531 e o Parecer nº 01, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.531. Após, foi colocado em discussão o Projeto de Lei nº 1.531, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Rio Pomba. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que a declaração é para entidade que vai prestar serviços sem fins lucrativos e tem o objetivo de ajudar no crescimento da associação, com bons frutos e resultados aos associados; disse que pretende sugerir a inclusão na grade curricular o ensinamento sobre a prática do cooperativismo. O Vereador Sérgio Mota disse que é favorável ao título de utilidade pública, reconhecendo esta necessidade das entidades para que possam fazer convênios de interesse da comunidade como um todo; pediu que o Vereador Jorge explanasse sobre as atividades que a associação desenvolve, qual público ela abrange e como se dão as suas atividades no parque de exposições, inclusive envolvendo custos, visto que é sabido por todos a existência de um processo junto ao Ministério Público quanto ao uso do parque de exposições por essa associação, sem que a mesma tivesse o título de utilidade pública; disse o Vereador Sérgio que procurou o Promotor de Justiça para saber mais sobre esse processo, sendo que este lhe argumentou que fez uma oitiva com o Sr. Prefeito e o orientou o encaminhamento desse projeto à Câmara para regularizar a situação da associação, fato que não tem correlação ao que está sendo questionado no Ministério Público; disse o Vereador Sérgio que o Sr. Promotor ressaltou a importância de os vereadores procurarem saber se a associação está desenvolvendo um trabalho comunitário ou apenas para um grupo. O Vereador Jorge Luís disse que o serviço que a associação tem prestado são leilões beneficentes para a Apae e o hospital, não tendo conhecimento de como são feitas as contas de despesas, assunto que poderia ser verificado com o Sr. Alarcon, que está à frente disso; disse que o título de utilidade pública abre mais as possibilidades para uma entidade celebrar convênios e receber subvenções; sobre o processo e o Executivo, disse que a ideia deste projeto é sua e que ninguém lhe pediu para fazer isso, inclusive já tendo cogitado antes mas a associação não tinha tempo suficiente; comentou que antes de iniciar a sessão ele e o Vereador Romeu conversavam que o Sr. Alarcon fica muito em função disso e que poderia vir à Câmara sabendo falar como se dão as despesas; citou que não existem outras intenções em seu projeto, tanto que a lei vigorará a partir da sua sanção e não tem objetivo de pegar gancho nenhum lá de trás; disse

saber por alto do processo, sem saber em que estágio se encontra; pediu que as pessoas não pensem que ele entrou com esse projeto para proteger o Dr. Fernando, porque não tem disso e, se existe isso, não foi da sua parte, tanto que o Dr. Fernando não lhe pediu e ele, Vereador Jorge, nem comentou, pois queria fazer uma surpresa porque ele, Dr. Fernando, tem um apreço pela associação e torce pelo seu sucesso. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que a associação, se receber o título de utilidade pública, terá obrigatoriamente que passar a fazer uma prestação de contas à Câmara, porque se a Câmara está dando o título ela também pode cassá-lo; quanto ao trabalho da associação, disse que na reunião da Comissão de Legislação foi citado o nome de um componente da diretoria, ocupante do cargo de Vice-Presidente, que quase o motivou a votar contra o projeto, por achar que a pessoa não tem vínculo nenhum com produtor rural, mas reconsiderou tendo em vista que o mandato da diretoria vencerá em agosto deste ano, apesar de haver relatado o seu desagrado ao Secretário de Agricultura; criticou o fato dessa associação ter começado “muito alto”, ao contrário da associação do município de Silveirânia que começou pequena, se organizou e qualquer presidente tem condição de conduzi-la; disse, entretanto, que a associação está chegando a um bom lugar e que está negociando um conjunto para os produtores rurais venderem o leite a um preço estabelecido. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes perguntou se quem não é produtor rural pode fazer parte da diretoria. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que sim e que todos que tiverem a boa vontade de ajudar é melhor. O Vereador Antônio Dias de Oliveira disse que a maioria é de produtores. O Vereador Sérgio Mota disse que é preciso verificar o estatuto, mas que seria interessante que a diretoria fosse composta de produtores rurais. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que no art. 6º da associação consta que podem ser integrantes da diretoria da associação os produtores, incluindo parceiros e arrendatários, entendendo o Vereador que parceiros é um termo aberto que inclui tudo; disse que hora nenhuma foi contra a associação, mas apenas queria saber o que era e conhecê-la; adiantou o seu voto favorável e apoiou as palavras do Vereador Romeu; disse que ela será essencial para os produtores rurais mas também para a população urbana, beneficiada com os produtos agrícolas; citou exemplos de cooperativas criadas, disse que os vereadores devem abraçar essa causa e ficar vigilantes sobre quem está à frente da associação, que deve ter pessoas dispostas a brigar por ela. O Vereador Sérgio Mota disse que era importante que os vereadores tivessem conhecimento sobre como se dão as despesas, tendo em vista que a associação usa o parque de exposições municipal. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a associação tem que arcar com as suas despesas, sendo que houve uma época em que a conta de água era em comum, mas hoje a água e a luz são separadas. O Vereador Sérgio Mota disse que o Vereador Jorge comentou sobre a possibilidade de chamar o Sr. Alarcon à Câmara, e perguntou se ele faz parte da associação. O Vereador Jorge disse que ele ajuda e o Vereador Sérgio perguntou se não seria o caso de se chamar a diretoria para falar sobre a associação. O Vereador Jorge comentou as palavras do Vereador Romeu de que depois de receber o título é que a associação terá que prestar contas à Câmara, sendo que no momento é preciso ver se ela atende aos requisitos; disse não ter conhecimento a fundo de como são as

atividades da associação, mas sabe que ela já realizou leilão para o hospital e a Apae, reservando para si um fundo, mas com um esforço visível. O Vereador Túlio Mota Salgado disse saber que o Sr. Alarcon é quem está levantando efetivamente as ações da associação; disse que o desejo da associação é abranger os produtores, que estão todos dispersos; disse que o Sr. Alarcon é secretário municipal e não pode fazer parte da diretoria, mas que é fundador e está mais ciente. O Vereador Sérgio Mota disse que é contraditório o Sr. Alarcon falar pela associação se ele não pode fazer parte. O Vereador Jorge disse que tem que ser cobrado daqui em diante e que o Sr. Alarcon atua como voluntário. O Vereador Sérgio Mota lembrou que quem colocou o nome do Sr. Alarcon foi o Vereador Jorge, e disse que não tem nada contra a essa pessoa. O Vereador Jorge citou que mencionou o Sr. Alarcon como um voluntário. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Sr. Alarcon foi citado pelo Vereador Jorge porque é uma pessoa que tem amplos conhecimentos sobre a associação e tem condições de nos passar informações. A Vereadora Maria do Carmo disse que daqui a algum tempo poderá ser convidado o Presidente da Associação a vir prestar informações à Câmara. Encerrada a discussão, foi lido o Requerimento nº 14, que Requer urgência simples para o Projeto de Lei nº 1.531. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Então, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 1.531, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas do dia vinte e um de março de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (1ª sessão extraordinária, de 12/03/2013). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de fevereiro de 2013. Passando às correspondências, foram lidos: 1) Requerimento nº 23, da Câmara de Ubá, para conhecimento; 2) Ofício 114/2013, da Caixa Econômica Federal, comunicando assinatura de convênio. Seguindo, foram lidos o Parecer nº 1, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, referente à prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2004 – aprovação das contas, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 144, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2004. Ambos seguiram tramitando, assim como a prestação de Contas do Município do ano de 2011, com parecer prévio do Tribunal de Contas, já encaminhada à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Após, foi lido o Requerimento nº 15, dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva, requerendo informações sobre o abastecimento de água no Loteamento Panorama. Votado, o Requerimento nº 15 foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 57: Proibição de parar e estacionar na Rua Vereador Luiz Antônio Barra; 2) Indicação nº 58: Providências de trânsito no bairro *Fomento*; 3) Indicação nº 59: Reparo asfáltico nos serviços da Copasa; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 38: Torre de telefonia celular em zona rural; 2) Indicação nº 39: Academia ao ar livre no *Lindo Vale*; 3) Indicação nº 56: Construção de passeio no trevo; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 37: Patrolamento no loteamento Panorama; 2) Indicação nº 50: Modernização do cemitério e da capela mortuária; d) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 40: Ponte de concreto no Monte Alegre; 2) Indicação nº 54: Iluminação na Av. Professor José Marcelino; 3) Indicação nº 55: Colocação de mataburros; e) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 47: Redutores de velocidade na Rua Tomé Borges; 2) Indicação nº 48: Bueiro na Av. Prof. João Batista Santiago; f) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 60: Inscrição para patrulha mecanizada; 2) Indicação nº 61: Implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; 3) Indicação nº 62: Retirada de caçamba de espaço público; g) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 51: Limpeza do córrego Independência; 2) Indicação nº 53: Construção de muro de contenção no bairro Nossa Senhora das Graças; h) dos Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 52: Providências no bairro Santa Helena. O Vereador Sérgio Mota falou sobre as indicações de sua autoria; em

síntese, sobre a Indicação nº 60 disse que o Executivo enviou hoje projeto de lei para se adequar e participar do programa do Governo Federal; sobre a Indicação nº 61, comentou que alguns vereadores participaram de encontro em Belo Horizonte sobre a implantação da lei geral, para a qual os municípios têm que se adequar e o que será uma cobrança dos tribunais de contas; disse que a lei geral objetiva direcionar as compras da administração municipal ao próprio município, de forma a incrementar a geração de renda no município; como sugestão do Tribunal de Contas, falou da necessidade de uma mobilização do Legislativo, Executivo, Sebrae e Associação Comercial; sobre a Indicação nº 62, disse que ao ver as caçambas lhe passou uma impressão negativa para a cidade, justamente no cartão postal da cidade, representando um retrocesso no desenvolvimento, ocupando vagas de estacionamento e servindo como focos de mosquitos; disse ter informação de que as caçambas são destinadas ao aluguel para a retirada de entulhos, sendo que uma está alugada no bairro Jardim América e a outra, que estava na praça central, foi retirada recentemente, tendo ele (Sérgio) a impressão de que foi logo após a sua indicação, que de alguma forma chegou ao conhecimento do proprietário; disse manter a sua indicação e achar que essas caçambas não devem ocupar vagas públicas de estacionamento, mas sim ficar num espaço do empresário. Nos termos do art. 190 do Regimento Interno, a Sra. Presidente da Câmara, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, convocou uma sessão extraordinária para o dia 26 (vinte e seis) de março próximo, às 17 (dezesete) horas, para atender à solicitação do Chefe do Executivo, com a seguinte pauta: a) no expediente: 1) Ata da sessão ordinária de 21 de março de 2013; b) na ordem do dia: 1) Projeto de Lei nº 1.532, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem com utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade; 2) Requerimento da Mesa Diretora: Requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.532; 3) Projeto de Lei nº 1.533, do Executivo: Altera a tabela do art. 4º da Lei nº 1.418/2012 e dá outras providências; 4) Requerimento da Mesa Diretora: Requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.533. Conforme inscrição regularmente feita, a sra. Presidente convidou a usar a Tribuna Popular o prof. Germano de Oliveira Menezes, Diretor da Escola Estadual Professor José Borges de Moraes, para falar sobre o projeto de criação de grupo de dança que tem efetuado ações pedagógicas em conjunto com a escola. Iniciando a sua fala, o prof. Germano cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade; disse que veio falar de um projeto significativo para a Escola Estadual, que é o projeto de dança do prof. Tauê Simões, em funcionamento há três anos junto ao ginásio e que de fato tem contribuído para uma melhoria, porque envolve os alunos para a arte, a cultura e as boas práticas, em combate às ofertas negativas que se tem diariamente; disse que o projeto funciona com cerca de trinta alunos e que a escola, por questões burocráticas, administrativas e financeiras, não tem como contribuir com recursos diretamente para o grupo; manifestou que o projeto é sério, que funciona e contribui muito para a escola, sendo que a sua formação jurídica contribuiria muito para o seu sucesso e principalmente para melhorar a vida dos alunos e dos cidadãos riopombenses; discorreu um pouco sobre a Escola Estadual Prof. José Borges de

Morais, dizendo que a mesma não é do Estado, mas sim de Rio Pomba, pois 95% dos alunos são riopombenses, de forma que os problemas ocorridos com alguns alunos não é um problema do ginásio ou do diretor, mas sim de toda a comunidade riopombense; pediu que todos os srs. vereadores e cidadãos se mobilizem naquilo que lhes for possível, envolvendo todos os poderes públicos, para incentivar ações coletivas dentro da escola; lamentou que a legislação facilite muito para os adolescentes problemáticos, que, no entanto, representam uma minoria, mas são vistos com mais frequência em suas atitudes negativas; finalizou dizendo que o futuro de Rio Pomba passa diretamente pela Escola Estadual Professor José Borges de Moraes. Houve manifestações dos Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Romeu Moreira Batista, Sérgio Mota e Jorge Luís Martins Soares. Finalizada a fala do orador, Prof. Germano de Oliveira Menezes, a sra. Presidente da Câmara convidou a usar a Tribuna Popular o sr. Gilmar Alves Lima, Presidente do Partido Social Democrático (PSD), para esclarecer assuntos relacionados à possível venda de lotes do patrimônio municipal e convênio feito entre a Prefeitura e a Codemig, conforme regular inscrição efetuada. Na Tribuna Popular, o sr. Gilmar Alves Lima fez saudações iniciais e distribuiu aos vereadores cópias dos documentos a que ia se referir em seu pronunciamento; o sr. Gilmar seguiu comentando os documentos entregues; salientou a cláusula de reversão dos terrenos ao patrimônio municipal e o valor de R\$200.000,00 investido pela Prefeitura nas obras de implantação do Distrito Industrial; citou as empresas que ganharam lotes no Distrito Industrial, conforme lei aprovada pela Câmara; comentou sobre denúncia de sua autoria feita ao Ministério Público referente à venda de lotes do patrimônio pela Codemig; ressaltou a importância do ICMS que sai do Distrito Industrial de Rio Pomba, enquanto o mesmo está desdeixado, com capim de um lado e outro, carros correndo e nenhuma ação de alguém, sendo que lá precisam ser colocados quebra-molas e placas limitando a velocidade, porque os funcionários das empresas transitam lá dentro; disse que chegou às suas mãos um convênio entre a Codemig e a Prefeitura de Rio Pomba, e perguntou aos vereadores se o mesmo foi aprovado pela Câmara Municipal de Rio Pomba, como consta na sua cláusula sexta a necessidade de ser aprovado sem restrições pela Câmara Municipal como condição de validade. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o convênio não passou pela Câmara, mas apenas o que consta na ata do ano passado, referente à remissão de débitos da Codemig; disse que, no seu entendimento, o Estado doou os terrenos ao município e a Câmara atual tem responsabilidade em aprovar o convênio caso o município deseje doar ou vender algum terreno. O orador disse que a doação de lotes já foram feitas de outra vez, já tomaram, já pegaram e ninguém fez nada; comentou que as empresas estabelecidas no Distrito Industrial pagam impostos e promovem o social no município, de forma que, quando enviou o projeto à Câmara, o sr. Prefeito deveria ter dado uma satisfação às empresas do Distrito Industrial; questionou sobre os 15 ou 16 mil metros quadrados que foram vendidos pela Codemig. O Vereador Romeu Moreira disse que cabe ao município abrir uma ação junto ao Ministério Público. O orador pediu que os vereadores provem que a venda à Codemig é venda certa. O Vereador Romeu disse que não é obrigado a fiscalizar a Codemig. O orador disse que os vereadores podem enviar um ofício à

Codemig questionando o motivo de ter vendido lotes do município. O Vereador Romeu disse que a Presidente da Câmara pode fazer esse ofício e todos os vereadores assinarem; disse saber que hoje o município está de posse do Distrito Industrial, sobre o que ele até votou contra porque nada trazia ao conhecimento dos vereadores que o município iria ganhar os lotes. O orador disse que Rio Pomba foi a única cidade do Estado de Minas Gerais que pegou os terrenos porque “é rabo de foguete”; perguntou ao Vereador Romeu se os vereadores não são obrigados a fiscalizar o convênio, onde é bem clara a necessidade da aprovação pela Câmara. O Vereador Romeu disse acreditar que, quando o Prefeito for vender algum terreno, enviará a proposta para a Câmara. O orador disse que o convênio não fala de doação ou venda de lote, mas do próprio convênio, porque ele contém coisas que comprometem as pessoas que estão no Distrito Industrial. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o passado também compromete muito, porque o Distrito Industrial é destinado a indústrias e não a depósitos de material de construção. O orador disse que, por isso, sugere que a Câmara Municipal chame o Prefeito, faça uma associação, para determinar quem vai reger o Distrito Industrial, não devendo ser a Prefeitura porque será feita política lá dentro, e sugeriu a Associação Comercial e Industrial; disse que não está aqui para tumultuar, mas que está vendo o patrimônio municipal. O Vereador Romeu Moreira disse que os vereadores precisam ver o destino que o sr. Prefeito tomará com os terrenos do Distrito Industrial, sendo que por enquanto não podem cobrar nada dele porque nada chegou à Câmara. O orador disse que tá tem até escritura disso tudo. O Vereador Romeu Moreira disse acreditar que o sr. Prefeito não fará política no Distrito Industrial, porque terá que passar pela Câmara e aqui tem nove vereadores para fiscalizarem e acompanharem se a empresa candidata tem requisito para tocar o empreendimento. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que, na sua opinião, a transferência dos terrenos para o município é um ótimo negócio. O Vereador Romeu Moreira disse que o orador tem razão quando diz que a atenção do Executivo deve ser voltada aos empresários de Rio Pomba que estão no Distrito Industrial, inclusive visando à geração de empregos, com manutenção no distrito e incentivos às empresas estabelecidas; parabenizou ao sr. Prefeito hoje, pela conquista dos terrenos, e disse que votou contra porque não tinha em mãos a garantia de que a Codemig doaria os terrenos; tornou a dizer que o distrito foi feito para colocar indústrias e não depósito de material de construção. O orador, Gilmar Alves Lima, disse que uma associação teria que assumir a administração do distrito; citou que ele tem que pagar uma empresa de Cataguases para monitorar a sua indústria, porque lá é um lugar de dar empregos e poderia ter cinco ou seis guardas, pagos pelos empresários, com organização, enquanto que as normas estão todas de fora e disse que todos os prefeitos deveriam ter cobrado da Codemig o seu cumprimento; disse que se sente prejudicado no Distrito Industrial, citando que precisava fazer uma entrada para carretas e não pode fazer, enquanto os outros puderam, que recebeu uma notificação da Codemig para afastar o seu portão, enquanto tem mais dezesseis sem afastar e somente ele afastou; disse que é alguém que está mandando fazer isso com ele, mas que não tem problema porque ele trabalha ainda mais e dá mais dinheiro para Rio Pomba. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes



disse que todos os vereadores têm o material, que precisa ser estudado, inclusive com o apoio da Assessora Jurídica da Câmara, e alguns requerimentos serem enviados para esclarecer o que aconteceu. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que esses documentos não interessam aos vereadores, mas sim quando o sr. Prefeito for doar lote para alguma empresa e o projeto for enviado à Câmara. Encerrando o seu pronunciamento, o orador pediu que a Câmara olhe bem por aquele distrito, que precisa receber mais indústrias e dar suporte às que ainda não foram para lá, como geração de renda e emprego; disse que às indústrias é cobrado o comprimento das normas e que então a Prefeitura também deveria fazer a sua parte, como a manutenção da limpeza do Distrito Industrial. Encerrado o pronunciamento do sr. Gilmar Alves Lima, dada a palavra livre, o Vereador Túlio Mota Salgado abordou assunto relativo ao concurso público da Prefeitura que está em vias de ser lançado; comentou sobre a situação de servidores contratados há muitos anos e questionou se eles teriam algum tratamento diferenciado que lhes garantisse uma pontuação em função dos tantos anos que prestam serviço à Prefeitura. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que isso é uma preocupação de todos os vereadores e também do Prefeito; disse que esse concurso é devido à cobrança do Promotor de Justiça e lembrou que os ex-Vereadores Hermann e Agildo pegavam no pé do Prefeito sobre as contratações e denunciavam ao Promotor; disse que o sr. Prefeito lhe informou ainda não ter feito o concurso porque está estudando um jeito de ver a situação das professoras. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que já esteve conversando sobre este assunto com o Sr. Prefeito e recordou uma lei do Estado de Minas Gerais que efetivou professoras. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que foi a Lei nº 100. A Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, Assessora Jurídica da Câmara, disse que esta lei pode ser considerada inconstitucional se questionada. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse não ter certeza se esses servidores têm direito à contagem de pontos numa prova de títulos, que lhes daria mais tranquilidade até para prepararem ao concurso. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes questionou se poderia ser feito um requerimento para saber se já têm um projeto ou algo para encaixar essas pessoas que estão com muito tempo de serviço. O Vereador Jorge Luís Martins Soares sugeriu que se faça um ofício ou manifesto para saber se existe uma brecha na lei que se possa encaixar, não protegendo, mas fazendo uma justiça com quem já tem muitos anos. A Vereadora Maria do Carmo disse que o medo das professoras é real, porque irão competir com jovens que se formaram há pouco tempo. A Dra. Vânia Maria Barros Saraiva sugeriu que, através de ofício ou pessoalmente, os vereadores façam um questionamento ao Promotor sobre a situação desses servidores contratados há muitos anos porque, a qualquer indício de irregularidade, ele suspenderá o concurso imediatamente; comentou que o Promotor não aceitará um direcionamento para algumas pessoas, tendo o edital que levar em conta a formação do candidato, como pós-graduação. O Vereador Jorge Luís Martins Soares e a Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes pediram que a Dra. Vânia elabore um ofício à promotoria. O Vereador Sérgio Mota disse que o concurso abrange diversas áreas funcionais da Prefeitura, que é uma questão polêmica devido aos vários servidores contratados mas, no seu entendimento, a lei não permite e essas pessoas farão o

concurso em condição de igualdade a qualquer cidadão que não trabalha na administração, não gerando o tempo de contrato pontuação; apoiou a ideia de se enviar um ofício ao Promotor, até para os vereadores obterem informações. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que a Câmara deve fazer algo nesse assunto, porque é cobrada pelos funcionários. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que, pelo que sabe, o Promotor é radical e não aceita qualquer atribuição de vantagem. O Vereador Romeu Moreira Batista sugeriu que se aguarde um pouco, lembrando que essa demanda por concurso já vem de muitos anos, inclusive tendo o ex-Prefeito Giovani Baía até licitado a empresa. O Vereador Jorge citou que está sendo necessário contratar mais três pessoas para o combate à dengue e o Promotor não está liberando. O Vereador Sérgio Mota disse que o combate à dengue é questão de saúde pública e prioridade. Os Vereadores Jorge Luís e Maria do Carmo sugeriram conversar primeiro com o Sr. Prefeito; então, a Presidente da Câmara decidiu que a Mesa Diretora irá conversar com o Sr. Prefeito, convidando os demais vereadores. O Vereador Sérgio Mota disse que essa exigência de concurso não é local de Rio Pomba, mas uma exigência de lei que atinge também as cidades de Tabuleiro e Silveirânia; na sua opinião, aconselhou que as pessoas que estão nessa situação comecem a se preparar, porque o Promotor pode não aceitar qualquer vantagem em função do tempo; disse que é favorável, e imaginar que todos os vereadores o seriam, que se pudesse considerar toda essa questão de pontos em função do tempo de serviço, de uma forma justa; deixou claro que não é a favor de que se tenha o concurso de forma que essas pessoas que já têm tantos anos fiquem de fora e entrem outras pessoas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezessete horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (4ª sessão ordinária, de 21/03/2013). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Registre-se que o atraso para o início desta sessão, convocada para as dezessete horas, deu-se devido ao falecimento da mãe de servidora da Câmara Municipal, com sepultamento realizado às dezessete horas. Aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Projeto de Lei nº 1.532, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem com utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade; b) Requerimento nº 16, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.532. Votado, o Requerimento nº 16 foi aprovado por unanimidade. A sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi pela legalidade e constitucionalidade do projeto, pela unanimidade dos membros. Então, foi colocado em única discussão o Projeto de Lei nº 1.532. O Vereador Sérgio Mota falou da importância do projeto para o município e disse que apresentou indicação sobre este assunto; ressaltou que o prazo para cadastramento junto ao Ministério da Pesca é até trinta de março. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o projeto é louvável e perguntou ao Vereador Sérgio se, com a aprovação da lei, vem recurso do Governo Federal ou será do próprio município. O Vereador Sérgio disse que o município se cadastrará para receber os equipamentos e desenvolver o programa de piscicultura, com créditos para as famílias mas também critérios, desde o início do programa até a comercialização dos peixes. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.532 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo na pauta, foram lidos: a) Projeto de Lei nº 1.533, do Executivo, que altera a tabela do art. 4º da Lei nº 1.418/2012 e dá outras providências; b) Requerimento nº 17, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.533. Votado, o Requerimento nº 17 foi aprovado por unanimidade. A sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi pela legalidade e constitucionalidade do projeto, pela unanimidade dos membros. Então, foi colocado em única discussão o Projeto de Lei nº 1.533. O Vereador Túlio Mota Salgado perguntou se a tabela da Lei nº 1.418/2012 foi enviada pela Energisa ou passou por alguma discussão na Câmara. O Vereador Jorge Luís Martins Soares respondeu que foi enviada no projeto de lei do Executivo. O Vereador Túlio Mota Salgado, apenas para ilustrar, já que a lei está sancionada, disse que a faixa mínima de isenção, que fica abaixo de 50 kilowatts, corresponde praticamente ao consumo de uma geladeira, de forma que a isenção deveria ser de, no mínimo, 80 kilowatts.

O Vereador Jorge Luís Martins Soares comentou que os consumidores cadastrados como de baixa renda estão isentos. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o texto da lei não fala isso, e o Vereador Jorge Luís disse que isso está no próprio programa da Energisa. O Vereador Sérgio Mota disse que a cobrança acabará abrangendo quase todos os consumidores, mas, por outro lado, beneficiará consumidores mais abastados que mantenham a casa fechada e não atinjam os 50 kilowatts; na sua opinião, a cobrança deveria ser conforme o padrão de renda das pessoas, pois da forma como está poderá penalizar as famílias que ganham menos, e achou também que o projeto de lei deveria ter sido mais debatido. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que uma casa como a citada pelo Vereador Sérgio, de família com padrão de vida maior, por outro lado, não terá utilizado nada. O Vereador Jorge Luís disse que as pessoas querem melhorias na iluminação da cidade mas não querem pagar nada por isso; com a lei, haverá um fundo municipal para isso, possibilitando inclusive gastos em outras áreas como saúde. O Vereador Sérgio Mota concordou com o investimento na iluminação pública municipal, mas disse que é preciso ter cuidado com os lugares onde serão feitos os investimentos de fato, se serão em locais que realmente precisam ou se em locais que irão beneficiar a investidores imobiliários, que irão se beneficiar de recursos tirados de famílias para iluminar áreas de pessoas que estão na especulação imobiliária, sendo esta uma questão que deve ser discutida com maturidade futuramente. O Vereador Jorge Luís concordou que os vereadores devem fiscalizar esse assunto e disse que cobrará pela iluminação no alto do trevo, onde é muito necessária. A Vereadora Maria do Carmo disse que é preciso se preocupar também com as lavadeiras de roupa que têm isso como forma de sustento, pessoas essas que poderão ser visitadas pela assistente social e serem isentas; falou também da falta de conhecimento do assunto pelas pessoas, o que leva a interpretações erradas. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.533 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. A sra. Presidente pediu para ser registrado em ata um voto de pêsames pelo falecimento da sra. Terezinha Senra de Jesus, mãe da servidora da Câmara, Suellen Senra Saraiva, ocorrido hoje. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas e quatro minutos do dia quatro de abril de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (2ª sessão extraordinária, de 26/03/2013). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida carta do Presidente do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e da Presidente do PMDB Mulher, diretório municipal de Rio Pomba, solicitando a cessão das dependências da Câmara no dia vinte e dois de abril, entre as dezoito e vinte e duas horas, para a realização de palestra sobre Promoção e Cidadania da Mulher. A sra. Presidente consultou e o Plenário autorizou o uso do recinto da Câmara, conforme solicitado; a sra. Presidente disse que o convite para o evento é extensivo aos vereadores e funcionários da Câmara. Após, foi lida comunicação do Governo do Estado sobre liberação de verba para reforma de praça pública, no valor de R\$120.000,00. O Vereador Sérgio Mota perguntou se alguém saberia informá-lo sobre que obra se tratava. Em seguida, a sra. Presidente disse que continuava tramitando o processo de prestação de Contas do Município do ano de 2011, com parecer prévio do Tribunal de Contas, o qual já está com a Comissão de Finanças. Passando às proposições, foi lido o Projeto Lei nº 1.534, do Executivo, que institui no Município de Rio Pomba o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Sobre o comunicado do Governo Estadual lido anteriormente, o Vereador Jorge disse que é apenas um comunicado sobre a liberação de recursos, porém, não sabendo informar a qual obra se refere; sobre o Projeto de Lei nº 1.534, disse que é um texto muito extenso, de grande relevância para o município, assunto sobre o qual ele (Jorge) e alguns vereadores participaram de encontro promovido pelo Tribunal de Contas do Estado, e que seria ideal se a Assessora Jurídica o detalhasse para os vereadores. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a Mesa Diretora não apresentou o requerimento de urgência especial, que o projeto será encaminhado a três comissões e que, desta forma, poderia ser marcada uma reunião conjunta das comissões com a presença da assessora jurídica. O Vereador Sérgio Mota disse que ficou surpreso de que o sr. Prefeito encaminhasse esse projeto em regime de urgência para a Câmara; disse que o projeto vem regulamentar a lei federal, de 2006 e que, conforme o Vereador Jorge citou, ele (Sérgio) e outros vereadores participaram de encontro no Tribunal de Contas, onde foram orientados da importância da regulamentação dessa lei nos municípios, algo que o Tribunal de Contas cobrará dos gestores; porém, disse que o pedido de urgência lhe causou espanto, porque não vê necessidade de o projeto ser votado em regime de urgência sendo que, se assim a Câmara o fizer, esta lei será mais uma que não será aplicada, sabendo que esta não é a intenção do sr. Prefeito visto o seu perfil de uma pessoa que acredita na sociedade organizada; disse o Vereador Sérgio que, seguindo a orientação do Tribunal de Contas, a sua

proposta é de que a Câmara faça um amplo debate, convidando o Sebrae para que todos tenham um entendimento de fato do objetivo e da aplicação da lei, além de ser fundamental envolver a Associação Comercial e Industrial de Rio Pomba – Acirp, a Câmara Municipal, o Executivo, os sindicatos dos produtores e dos trabalhadores rurais, a Emater e o IMA; o Vereador Sérgio fez comentários sobre a lei e os benefícios que traz para o município, além de experiências de outros municípios; pediu à Presidente da Câmara que fosse feito contato com o Sebrae e com a Associação Comercial e Industrial, e que os Vereadores olhassem para esta lei com mais carinho, porque ela vem trazer o desenvolvimento do município e, se for realmente aplicada, haja maior debate envolvendo a sociedade para que esta saiba cobrar de outros gestores a sua implementação, caso não haja prazo para o atual gestor fazê-lo, sendo que, se o conseguir, ganhará o “troféu imprensa”. A Vereadora Maria do Carmo disse que no encontro do Tribunal de Contas foi vista a boa vontade do Sebrae em orientar os municípios, bem como a importância da lei; disse que a Câmara fará de tudo para debater a lei e buscar orientações. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que todos querem o melhor para o município e que esta lei será uma alavanca para o progresso do município, tanto que é uma cobrança do Tribunal de Contas; parabenizou ao Vereador Sérgio pela indicação que gerou o envio deste projeto tão rapidamente; sugeriu que a Presidente da Câmara procure saber o motivo da solicitação de urgência, porque pode ter por motivo algum prazo cuja perda prejudicaria o município; disse que, se não for esse o caso, a Câmara deverá debater e trazer a comunidade para perto. A sra. Presidente disse que não conseguiu falar hoje à tarde com o assessor jurídico da Prefeitura sobre esse assunto. A sra. Presidente perguntou se as comissões irão se reunir primeiramente e o Vereador Sérgio disse que as comissões podem se reunir, mas a sra. Presidente buscar essa informação. O Vereador Sérgio Mota concordou e disse que o diálogo entre a Câmara e o Executivo deve ser permanente, mas que também o diálogo com a sociedade é importantíssimo, porque, se bem debatida com a sociedade, a lei gerará muito mais recursos devido à sua amplitude. A sra. Presidente perguntou se será marcada a reunião entre as comissões e o Vereador Romeu perguntou o que ficou decidido, se será chamado o Sebrae antes. A sra. Presidente disse que poderá chamar o Sebrae e o Vereador Romeu disse que é preciso decidir antes o que fazer, porque até agora houve muitas palavras mas nada se decidiu. A sra. Presidente perguntou ao Vereador Romeu se as muitas palavras que ele citou são para ela ou para o Vereador Sérgio. O Vereador Romeu disse que houve discussão mas nada se resolveu e que o vereador fugiu do assunto da pauta; disse que, com o presidente da comissão, precisa saber se vai ou não convocar os demais membros e a assessora jurídica, pois precisa ficar decidido se vai haver mais reuniões. A sra. Presidente disse que a questão que colocou para os vereadores foi exatamente esta, se as comissões vão reunir ou se vamos convidar o Sebrae e a Acirp. O Vereador Romeu Moreira disse concordar plenamente com o Vereador Jorge; disse que chega de discussões e que o Vereador Sérgio ultrapassou o seu tempo de fala; disse que tudo aqui está sendo em vão pois, se o Prefeito precisa realmente da lei amanhã, a mesma será votada, ainda que a ideia do Vereador Sérgio seja brilhante. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que se as comissões forem se reunir não será

convocado o Sebrae, e a sra. Presidente achou que primeiro as comissões é quem devem se reunir e elas mesmas podem decidir por chamar o Sebrae, inclusive ouvido o sr. Prefeito sobre o prazo para isso. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que é preciso saber do Executivo qual a necessidade da urgência. O Vereador Sérgio Mota disse que respeita muito a pessoa do sr. Romeu Moreira, como cidadão e Vereador, um dos mais experientes desta Casa; disse que aceita a controvérsia e que a sua palavra não é a que tem que valer, pois nesta Casa é onde se faz um bom debate; disse que o Vereador Romeu expôs muito bem o seu pensamento e que ele, Sérgio, colocou a sua posição de acreditar na transparência como a melhor forma de se fazer política, um bom debate com a sociedade civil organizada, sem querer, de forma alguma, dificultar os interesses do sr. Prefeito com relação ao regime de urgência. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que hora alguma foi contra a ideia do Vereador Sérgio, mas que é preciso verificar a necessidade da urgência solicitada pelo sr. Prefeito, pois talvez não haja tempo para convocar o Sebrae e a sociedade para um debate maior; citou ainda, que é muito difícil convocar a sociedade para vir à Câmara, pois esta só vem quando existe algum assunto que lhe interessa. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis pediu que a sra. Presidente da Câmara coloque o projeto em tramitação e depois se resolva se vai convocar o Sebrae e a associação. A sra. Presidente concordou e disse que a Mesa Diretora irá ao Prefeito saber sobre a urgência solicitada. O Vereador Sérgio Mota disse que o sr. Prefeito não fez nenhuma justificativa quanto ao pedido de urgência, e disse que a Câmara é totalmente independente com relação ao Executivo, com quem ela deve manter um diálogo aberto e franco; disse achar que a Câmara não deve votar aquilo que o Sr. Prefeito quer, mas aquilo que acha importante para o município, aprimorando e melhorando o que o Executivo envia. Em sequência, foi lido o Requerimento nº 19, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre as providências para o corte do rio Pomba. Votado, o Requerimento nº 19 foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 20, do Vereador Sérgio Mota, solicitando informações sobre autorização para afixação de cartazes de propaganda. Votado, o Requerimento nº 20 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 21, do Vereador Sérgio Mota, requerendo informações sobre a transferência de terrenos do Distrito Industrial. A sra. Presidente disse que ontem, junto com o Vereador Túlio Mota, conversou com o sr. Prefeito e seus advogados e eles enviarão a informação solicitada. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que a Prefeitura assumiu o distrito agora. Votado, o Requerimento nº 21 foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 66: Bebedouros industriais no parque de exposições; 2) Indicação nº 67: Redutores de velocidade no Bairro Experimental; 3) Indicação nº 68: Auxílio à Sociedade Musical Santa Cecília; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 63: Limpeza do Espaço Público Clymene de Queiroz; 2) Indicação nº 64: Escoamento de água no Bairro Santa Isabel; 3) Indicação nº 65: Instalação de lixeiras no *Mutirão*; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 49: Construção de casas populares no *Rosário Central*; 2) Indicação nº 69: Instalação de biblioteca na cadeia; 3) Indicação nº 70: Academias ao ar livre; d) do Vereador Paulo Henrique

da Silva: 1) Indicação nº 78: Providências em bueiros; e) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 79: Retirada de caçamba de espaço público; 2) Indicação nº 80: Recolhimento de cães de rua; 3) Indicação nº 81: Participação de agricultores na Agriminas 2013; f) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 73: Providências no calçamento de ruas do Bairro Prefeito Geraldo Homem de Faria; 2) Indicação nº 74: Calçamento ou pavimentação da Vila Malta; 3) Indicação nº 75: Muro de contenção na Rua Luiza Alvim. Às vinte e uma horas e vinte e um minutos foi aberta a ordem do dia e lida a conclusão do Parecer nº 1, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, sobre a prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2004 – aprovação das contas. Após, foi colocado em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 144, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2004. Encerrada a discussão por ausência de oradores e colocado em votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 144 foi aprovado por unanimidade, votantes os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado. Encerradas as proposições, a sra. Presidente da Câmara solicitou a leitura de carta do Presidente do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, diretório municipal de Rio Pomba, informando a indicação do Vereador Jorge Luís Martins Soares como Líder da Bancada do PMDB na Câmara, no biênio 2013/2014. A sra. Presidente da Câmara comentou sobre a ideia de fazer a entrega das moções de aplausos que forem aprovadas numa única sessão extraordinária, realizada no mês de junho, e outra no segundo semestre, para não acontecer junto com a sessão ordinária da Câmara, pelos diversos inconvenientes que acontecem. O Vereador Jorge achou excelente a ideia, porque no momento das entregas acontece um clima eufórico, onde as pessoas são homenageadas e, logo após, manda-se que fiquem em silêncio por causa da continuação da reunião. O Vereador Romeu Moreira Batista concordou, mas opinou que a entrega aconteça no final da sessão ordinária, como forma de obrigar a participação nas reuniões. O Vereador Sérgio Mota apoiou a ideia do Vereador Romeu. A sra. Presidente comentou que a pauta da reunião pode estar longa e a homenagem acontecer muito tarde da noite. O Vereador Jorge comentou que, se forem muitas moções, as leituras e as entregas são demoradas. Os Vereadores Túlio e Juscélio sugeriu que se façam as duas formas para os vereadores analisarem qual é a melhor. A sra. Presidente disse que existem pessoas idosas que são homenageadas e não podem esperar tanto; sugeriu que o assunto seja votado. A sra. Presidente da Câmara disse que recebeu cotações de empresas para a realização de um treinamento para os vereadores, num único dia, de doze às dezoito horas, sendo o menor preço o de R\$1.600,00; ela disse que pode até contratar tal serviço, mas será necessária a participação de todos os vereadores. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis sugeriu que seja feito um roteiro do que será tratado nesse treinamento, para melhor analisar a sua necessidade. O Vereador Jorge sugeriu que o assunto seja colocado em votação e que a maioria decida, sendo ele favorável. A sra. Presidente da Câmara comentou que as cortinas da Câmara estão precisando serem lavadas e consertadas, ou então substituídas por persianas; informou os



valores aproximados para os serviços e pediu a opinião dos vereadores. A opinião geral foi pela reforma das cortinas, gerando uma economia financeira. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que ele e a Vereadora Maria do Carmo conversaram com o sr. Prefeito sobre o concurso público municipal que está sendo cobrado pelo Ministério Público, conforme ficou combinado em sessão da Câmara; em resumo, disse que a situação é a citada pelo Vereador Sérgio Mota em reunião passada, sendo inconstitucional qualquer privilégio em razão do tempo de serviço prestado; disse que as professoras que tenham tempo para se aposentar devem procurar esse direito porque concorrerão em igualdade com qualquer cidadão, ou então estudarem bastante. O Vereador Sérgio Mota perguntou se existe uma previsão de data para o concurso e a Vereadora Maria do Carmo respondeu que será este ano, mais para o final do ano. O Vereador Sérgio Mota passou aos vereadores convite para entrega de título de cidadão honorário ao ex-Presidente Lula, pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; disse que pretende ir à homenagem. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e trinta e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Terceira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezoito horas e quinze minutos do dia oito de abril de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; ausente o Vereador Romeu Moreira Batista; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à Ordem do Dia, conforme convocação regularmente feita através do Ofício nº 13/2013-PC-Circular. Foi lido o Requerimento nº 18, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.534. Votado, o Requerimento nº 18 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e de Obras e Serviços Públicos Municipais. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.534. Então, a sra. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.534, do Executivo, que Institui no Município de Rio Pomba o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que foi procurado pelo assessor jurídico da Prefeitura, Dr. Douglas, que lhe perguntou por quê não votou nesse projeto; disse o Vereador Túlio que bastaria o Dr. Douglas olhar a ata e saberia que ninguém foi contra, todos os nove vereadores a favor, mas apenas foi pedido, por ele e outros, para estudarem mais a lei; disse que não votará nada sem ler e que falou com o Dr. Douglas que está faltando um afinamento entre a Câmara e a Prefeitura para o processo andar melhor, pois todos querem o bem de Rio Pomba; disse que o ideal seria a Mesa Diretora, e os vereadores que desejarem, conversarem antes da reunião para entender melhor as propostas, e citou que os vereadores são os mais cobrados pela população, pelo seu grande contato que têm como povo; disse que já pode esclarecer algumas dúvidas sobre o projeto e que os nove vereadores têm que cobrar a aplicação da lei depois, sendo um medo seu que a mesma seja engavetada e disse que já recebeu informação de isso não acontecerá; disse que a lei será muito boa e facilitará a obtenção de crédito. A sra. Presidente disse que já conversou com o Dr. Douglas, junto com o Vereador Jorge, que deseja uma audiência antecipada sobre esses projetos de urgência que vêm à Câmara, ficando isso combinado; com relação a este projeto, disse que isso ia ser feito, mas aconteceu uma reunião na Prefeitura no mesmo dia, à tarde, e também a presença de um deputado, eventos que inviabilizaram a audiência. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse concordar com as palavras do Vereador Túlio, pois a lei trará a auto-sustentação do município; disse que na sessão anterior muito se debateu sobre o projeto e que, depois, ele soube que o Sebrae vem a Rio Pomba para aquilo que foi debatido na Câmara, mas somente depois da lei sancionada; disse que a Câmara deve insistir e ver se marca uma data para a apresentação do Sebrae; comentou que o Sebrae já está agendando as visitas às cidades e que, se esta lei não for aprovada rapidamente, Rio Pomba ficará para o final. A sra. Presidente disse que a Câmara poderá apoiar a palestra do Sebrae, divulgando e convidando para que o evento aconteça em nossa sede. O

Vereador Túlio Mota Salgado disse que o Sebrae poderia vir antes para conversar com os vereadores, mas para colocar o projeto em prática somente depois de aprovada a lei. O Vereador Sérgio Mota disse que discordava de algumas opiniões com relação ao Sebrae pois, quando fez a fala defendendo que a Câmara pudesse ter mais tempo para debater a lei, chamando a sociedade civil e o Sebrae, este poderia vir para ajudar a debater a lei na Câmara e expor o conhecimento, sendo que a aplicação da lei viria realmente depois com o apoio do Sebrae; ressaltou que alguns tópicos da lei não dependem do Sebrae; disse ser inteiramente a favor da lei e que defendia que todos pudessem debater mais para adquirir o conhecimento da lei juntamente com a sociedade e passando credibilidade para a Câmara; concluiu dizendo que é importante observar o que dispõe o Regimento Interno da Câmara com relação aos projetos apresentados, para que não se cometam equívocos, e que a sua proposta de um maior debate do projeto está amparada regimentalmente e não é uma coisa aleatória. A Vereadora Maria do Carmo concordou com o Vereador Sérgio e disse que aqui é o local de se debater e entender o que é a lei; disse que também questiona os motivos da solicitação de urgência para apreciação dos projetos. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Regimento Interno resguarda o Vereador de pedir a tramitação e disse que o erro do projeto foi não trazer em sua mensagem a justificativa para a urgência; comentou que um projeto importante que vem à Câmara bem explicado é votado no mesmo dia; lembrou que o Regimento Interno prevê a solicitação de urgência pelo Executivo e estabelece um prazo para isso. O Vereador Jorge Luís Martins Soares lembrou que já houve a participação do Sebrae na elaboração desse projeto, não conforme foi sugerido na Câmara, pois o seu texto foi elaborado a partir de um modelo. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Sebrae envia o projeto ao Executivo e este encaminha à Câmara. O Vereador Sérgio Mota disse que a Câmara poderia perceber a necessidade de acrescentar ou retirar algo do projeto, mas que não estava questionando isso, e sim a questão da socialização do tema através do Sebrae, abrindo-o ao conhecimento das pessoas e gerando uma ampliação da ideia e relevando a atuação da Câmara. O Vereador Jorge disse haver entendido mas ressaltou que não havia tempo para isso. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que cada vereador tem o direito de votar e falar com liberdade. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.534, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. A sra. Presidente da Câmara disse que, na próxima reunião, haverá um resumo para cada vereador sobre a norma regimental para o uso da palavra. O Vereador Jorge Luís Martins Soares comentou que está apresentando projeto de lei denominando a praça localizada junto à Av. Raul Soares e pediu o apoio dos vereadores para aprová-la, em homenagem ao Sr. Cidinho, sendo que o Dr. Fernando, Prefeito, ainda não sabe. O Vereador Sérgio Mota perguntou se a citada praça tem o nome do ex-Prefeito Dr. Romeu Vidal ou se ela foi construída na gestão deste. Finalizando, foi lido convite da Academia Rio-Pombense de Ciências, Letras e Artes, para evento em homenagem à mulher. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que, assim que termina as sessões da Câmara, o Sr. Prefeito fica sabendo o que se passou e liga para a Presidente da Câmara questionando os motivos de não ter sido votado

determinado projeto; disse que, através do acesso às atas das reuniões, o Sr. Prefeito pode saber tudo o que foi tratado na Câmara sem necessitar utilizar-se do “disse-me-disse” que está criando um clima ruim entre a Mesa Diretora e o Prefeito, fato que já aconteceu mais de uma vez; ressaltou que já falou isso com o Sr. Prefeito e o Dr. Douglas. A sra. Presidente da Câmara confirmou as palavras do Vereador Túlio. A sra. Presidente da Câmara disse que tem a abertura de receber sugestões de todos os vereadores e servidores da Câmara. O Vereador Jorge Luís disse que esta Câmara, não desmerecendo os companheiros passados, está muito melhor em termos de aceitação dos projetos e mais partilhada entre os vereadores, que podem expressar melhor as suas opiniões. A sra. Presidente da Câmara disse ser muito importante os vereadores comparecerem aos eventos para adquirirem e partilharem ideias. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas do dia dezoito de abril de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (5ª sessão ordinária, de 04/04/2013). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Após, a sra. Presidente colocou em discussão a ata da sessão extraordinária anterior (3ª sessão extraordinária, de 08/04/2013). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade, excetuado o voto do Vereador Romeu Moreira Batista, que se absteve por não haver comparecido àquela sessão. Seguindo, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite de José Emílio para Seminário Gestão Municipal, em Ubá, amanhã; b) solicitação de uso da Tribuna Popular pela Emater, na próxima reunião, para apresentação do relatório anual de atividades 2012. Após, foi lido o Ofício nº 083, do sr. Prefeito, solicitando a indicação de dois representantes da Câmara nos Comitês de Coordenação e Executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico. A sra. Presidente perguntou se algum vereador desejava participar de tal comitê como representantes da Câmara. O Vereador Sérgio Mota manifestou o seu desejo de participar. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Vereador Sérgio apresentou-se e que agora caberá à sra. Presidente da Câmara escolher o outro representante, já que ninguém se manifestava. A sra. Presidente disse que gostaria de fazer parte, mas que ela e o Vereador Maurílio já estão no CODEMA. A sra. Presidente perguntou a cada vereador e o Vereador Juscélio Bernardino Braz aceitou o convite. Então, os representantes da Câmara nos Comitês de Coordenação e Executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico ficaram sendo os Vereadores Juscélio Bernardino Braz e Sérgio Antônio Mota Furtado. A sra. Presidente comunicou que continuaria tramitando a Prestação de Contas do Município do ano de 2011, com parecer prévio do Tribunal de Contas, enquanto aguarda o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Após, foi lido o Projeto Lei nº 1.535, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que denomina praça com o nome de Alcides Marangon Macedo, no Centro. A Mesa Diretora, ouvido o Plenário, apresentou o Requerimento nº 25, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.535. Votado, o Requerimento nº 25 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, substituindo o Vereador Jorge Luís Martins Soares pelo Vereador Túlio Mota Salgado, conforme art. 72 do Regimento Interno. O parecer foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.535. Então, a sra. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.535 no próprio Expediente, conforme autorização plenária. O Vereador Túlio Mota Salgado sugeriu que ao final do nome proposto fosse acrescentado o apelido pelo qual o homenageado era conhecido, “Cidinho”. O Vereador Jorge Luís Martins Soares agradeceu aos vereadores que entenderem a sua proposta e achou justa a sugestão do Vereador Túlio; comentou que, da sua parte, manteve sigilo dessa proposta para o sr. Prefeito, filho do

homenageado, e para a Dona Glorinha, sua viúva. Manifestaram-se em apoio ao projeto os vereadores Túlio Mota Salgado e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.535 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Dando continuidade, foi lido o Requerimento nº 22, do Vereador Sérgio Mota, solicitando informações sobre a Exposição Agropecuária de 2012. Votado, o Requerimento nº 22 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 23, do Vereador Sérgio Mota pedindo informações sobre o convênio com a Arpama. Votado, o Requerimento nº 23 foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 24, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre as obras na Unidade Básica de Saúde I. Votado, o Requerimento nº 24 foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 71: Providências em estrada rural da Serrinha; 2) Indicação nº 85: Providência na Rua Vereador José Paulo de Miranda; 3) Indicação nº 91: Construção da sede do Cras; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 72: Providências na Rua Diógenes Coelho Gomes; 2) Indicação nº 76: Reparo na camada asfáltica do Bairro *Estação*; 3) Indicação nº 77: Instalação de redutores de velocidade; c) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 89: Redutor de velocidade no final do Bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 90: Reforma de quebra-molas; d) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 92: Providências no terminal rodoviário; 2) Indicação nº 93: Providências na Rua Cel. Marciano G. Campos; e) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 82: Academia ao ar livre no Bairro Jardim América; 2) Indicação nº 83: Redutor de velocidade no Bairro Santa Isabel; 3) Indicação nº 84: Asfaltamento de ruas do Bairro Nossa Senhora das Graças; f) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 98: Implantação do Programa Cidade Digital; 2) Indicação nº 99: Credenciamento dos agricultores ao Pronaf; 3) Indicação nº 100: Edificação de praça no antigo matadouro; g) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 88: Agilização na emissão de alvarás; h) dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 86: Academia e quadra poliesportiva no Bairro Prefeito Geraldo Homem de Faria; i) dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 87: Providências na ponte sobre o rio Formoso, zona rural de Passa Cinco, e na estrada da região de Sinhá. Houve debates sobre algumas indicações, especialmente a Indicação nº 99. A sra. Presidente disse que está na gaveta de cada Vereador um resumo das regras regimentais para o uso da palavra. Sobre o convite enviado pelo sr. José Emílio, lido no início desta sessão, o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis manifestou o seu desejo de ir ao evento, no carro da Câmara, se possível, sendo que outros vereadores podem acompanhá-lo. O Vereador Sérgio Mota comentou sobre a entrega do Título de Cidadão Mineiro ao ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ocorrida no dia quinze de abril próximo passado, pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, evento ao qual ele compareceu. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

**Ata da Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas e oito minutos do dia dois de maio de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (6ª sessão ordinária, de 18/04/2013). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Assembleia Legislativa para debate público sobre a nova Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social, em Ubá, no dia 23 de maio; b) ofício do sr. Prefeito encaminhando o Protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde, para conhecimento. Às dezenove horas e doze minutos, conforme regular inscrição feita, a sra. Presidente da Câmara convidou para usar a Tribuna Popular o sr. Diogo Homem Borges da Costa, extensionista da Emater, para apresentação do relatório anual de atividades do ano de 2012, acompanhado da servidora Catarina. Foram apresentados números, estatísticas, eventos e cursos, e ainda fotos do trabalho realizado pela Emater em Rio Pomba; durante os debates, comentou-se também sobre a oportunidade de ampliação da equipe para atendimento dos produtores, especialmente na figura de um agrônomo, para o que seria de grande valia o apoio dos poderes públicos municipais. Houve perguntas e comentários dos vereadores sobre a apresentação em geral e outros assuntos relacionados aos produtores rurais, inclusive as linhas de financiamento e moradia. Estiveram presentes o Vice-Prefeito, Dalmo Maurício Furtado, e o Secretário Municipal de Agricultura, Alarcon Mendes Gomes. Às vinte horas e vinte e cinco minutos encerrou-se o uso da Tribuna Popular. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.536, do Executivo, que concede pensão por morte de servidor aposentado e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 26, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.536. Votado, o Requerimento nº 26 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159 do Regimento Interno, a Sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.536, pela unanimidade dos membros das comissões. Então, com a permissão do Plenário, a Sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.536. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.536 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Dando sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.537, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que denomina rua com o nome de José Augusto Soares. Após, foi lido o Requerimento nº 30, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.537. Votado, o Requerimento nº 30 foi aprovado por unanimidade. Então, na forma do art. 159 do Regimento Interno, a Sra. Presidente solicitou o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, substituindo o Vereador Jorge Luís Martins Soares pelo Vereador Juscélio Bernardino Braz, como determina o art. 72 do Regimento Interno. O parecer da comissão foi favorável ao

Projeto de Lei nº 1.537. Então, com a permissão do Plenário, a Sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.537. O autor comentou sobre a proposição e a denominação das vias naquele logradouro. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.537 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O Vereador Jorge Luís Martins Soares pediu que, quando da confecção da placa nominativa, seja constado o apelido “Zé Pio”, melhor identificando o homenageado. Após, foram lidos o Parecer nº 02, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, referente à prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2011 – aprovação das contas; e o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2011. A sra. Presidente comunicou que ambos seguiriam tramitando para a votação na próxima sessão. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 27, do Vereador Sérgio Mota, solicitando informações sobre o custo da Festa das Associações. Colocado em votação, o Requerimento nº 27 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; recebendo o voto contrário do Vereador Romeu Moreira Batista. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 28, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre os casos de dengue. Votado, o Requerimento nº 28 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 29, do Vereador Sérgio Mota, requerendo informações sobre o não atendimento aos pedidos de informações. A sra. Presidente disse ao Vereador Sérgio Mota, lembrando que já havia comentado com ele sobre isso anteriormente, que procurou saber com o Assessor Jurídico da Prefeitura, Douglas, sobre as informações requeridas pela Câmara, sendo que Douglas respondeu que está sozinho, com muita coisa, e está respondendo vários requerimentos para a reunião do dia dezesseis de maio. O Vereador Sérgio Mota disse ser importante que a Câmara oficialize isso ao sr. Prefeito, visto que a Câmara já aprovou aproximadamente onze requerimentos e até o momento o Executivo não nos respondeu; disse ser importante mantermos a autonomia da Câmara para atuar e fazer o seu papel; pediu aos colegas a aprovação do requerimento, para que o Executivo justifique o motivo de não encaminhar os requerimentos à Câmara; disse haver entendido a fala da Presidente da Câmara, mas que gostaria que o requerimento fosse apreciado. A sra. Presidente disse que não fez o comentário tentando levar os vereadores a votarem contra o requerimento, mas apenas para explicar ao Vereador Sérgio que procurou saber o motivo dos requerimentos não serem respondidos; comentou que possivelmente entrará uma estagiária para ajudar o assessor jurídico da Prefeitura no expediente. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que, diante da explicação da Presidente, prefere aguardar até a próxima sessão e que votará contrário ao requerimento. O Vereador Sérgio Mota disse que a sra. Presidente da Câmara lhe apresentou a explicação depois do requerimento pronto, e por isso o manteve. A sra. Presidente confirmou o comentário do Vereador Sérgio. Colocado em votação, o Requerimento nº 29 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues



dos Reis, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; recebendo o voto contrário do Vereador Jorge Luís Martins Soares. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 111: Substituição de manilhão por ponte no Bomjardim; 2) Indicação nº 112: Conclusão do calçamento da Rua Ionício Teodoro de Oliveira; 3) Indicação nº 113: Providência na ponte sobre o rio São Manoel; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 94: Asfaltamento de ruas do *Mutirão*; 2) Indicação nº 95: Providência no alto da Rua Luiza Alvim; 3) Indicação nº 96: Providências no Bairro Rosa Mística; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 108: Vacinação de doentes acamados e acompanhantes; 2) Indicação nº 109: Fechamento de buraco feito pela Copasa no Fomento; 3) Indicação nº 110: Patrolamento e cascalhamento em terreno do Bairro Santa Isabel; d) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 103: Estacionamento no Bairro São Manoel; e) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 116: Reforma de ponte nos Carmos; 2) Indicação nº 117: Manilhamento no morro dos Carmos; 3) Indicação nº 118: Cadastramento para construção e estruturação do Caps; f) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 102: Coleta de lixo noturna; g) dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 101: Trânsito irregular de caminhões; 2) Indicação nº 104: Utilização do *Fumacê* no combate à dengue. Houve comentários dos autores sobre algumas indicações. O Vereador Sérgio Mota, com a palavra, livre falou sobre a Portaria nº 260/2013, alvo de indicação recente do Vereador Juscélio, sobre o reajustamento do valor do salário dos agentes comunitários de saúde; parabenizou ao Vereador Juscélio pela indicação e disse que vários agentes o têm procurado para saber sobre o atendimento à norma; o Vereador Sérgio Mota então disse ser necessário que os vereadores busquem sensibilizar o sr. Prefeito sobre a necessidade do atendimento à Portaria, inclusive pela importância do trabalho realizado pelos agentes de saúde e como forma de incentivá-los ainda mais. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

POR UM LAPSO, ESTA FOLHA FOI SALTADA,  
CONSTANDO “EM BRANCO”.

**Ata da Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas do dia dezesseis de maio de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (7ª sessão ordinária, de 02/05/2013). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foi lida a seguinte correspondência: a) convite da Vigilância Sanitária para palestra no dia 21 de maio, 19 horas, no Grupo São José. Passando às proposições, a sra. Presidente determinou a leitura do Requerimento nº 31 e o Vereador Jorge disse que gostaria de usar a palavra depois da leitura. Então, foi lido o Requerimento nº 31, do Vereador Sérgio Mota, solicitando informações sobre denúncia oferecida contra o município pela Procuradoria de Crimes de Agentes Municipais. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que, logo que leu a notícia no jornal O Tempo, procurou a assessoria jurídica da Prefeitura e soube que a administração ainda não foi citada e não recebeu nada informando do que se trata; disse que não tem como a Prefeitura informar nada e, por isso, votará contra o requerimento até que chegue a citação; disse ao Vereador Sérgio não ser por nenhum motivo pessoal, mas que votará contra todos os requerimentos porque também está com uns requerimentos aguardando para serem feitos até que sejam respondidos os já aprovados, o que ainda não foi feito por motivo de arrocho, sendo que, tão logo a situação seja normalizada e os requerimentos começarem a ser respondidos, também apresentará alguns. O Vereador Sérgio Mota disse, com relação aos requerimentos, que o Regimento Interno é claro e que é um dos papéis dos vereadores solicitar informações e documentos; comentou que os vereadores são questionados nas ruas sobre várias questões, sendo que a maioria dos seus requerimentos são originados de questões apresentadas por cidadãos para as quais ele não tem a resposta; disse que irá continuar a fazer requerimentos sobre as informações que precisar, pois este é o papel para o qual foi eleito; disse que o Executivo tem um prazo para responder aos requerimentos aprovados pela Câmara e que os vereadores têm sido complacentes, sem discutir ou radicalizar exigindo o cumprimento do Regimento Interno e que a Câmara tome providências junto ao Executivo para que este faça o envio das informações requisitadas; com relação ao arrocho que o Vereador Jorge cita, opinou que isso não justifica em nada o não atendimento dos requerimentos, pois é parte da legislação a ser cumprida e se torna um argumento vazio com o qual ele (Sérgio) não concorda; com relação à declaração do Vereador Jorge de que não vota em nenhum dos requerimentos apresentados, o Vereador Sérgio disse respeitar a posição do colega, sendo um direito seu não votar, mas comentou que se trata de um equívoco de um vereador que foi o mais votado em Rio Pomba na última eleição; disse que esta Casa tem que se valorizar e se respeitar e que o vereador pode justificar o seu voto favorável ou contrário, mas já dizer que vota contra e que tem vários requerimentos a fazer ... ; disse que a Câmara é composta por nove vereadores e imaginou se todos estivessem agindo de fato, fazendo requerimentos, o

que não está acontecendo mas deve ser respeitada a forma de cada um atuar e se posicionar; disse o Vereador Sérgio não se sentir, com a colocação do Vereador Jorge de forma rápida e antes de ler o requerimento, parecendo já ter vindo armado e orientado para posicionar o seu voto com relação a requerimento nesta Casa; disse respeitar o voto do Vereador Jorge mas lastimou que a Câmara tenha vereador que pense desta forma, sobretudo sento o mais votado da cidade, sendo que os eleitores deveriam saber desse tipo de posicionamento na Câmara. Sobre o comentário de ter sido o vereador mais votado, o Vereador Jorge disse que o voto é uma opção popular e que existiam vários candidatos, sendo que trabalhou os quatro anos do mandato anterior do mesmo jeito que está trabalhando neste, comentando que o povo deve ter gostado senão não estaria aqui; disse que já leu os requerimentos antes da reunião e tomou conhecimento deles, já ficando ciente do que se tratava; disse que foi na Prefeitura cobrar o motivo do não atendimento aos requerimentos e a resposta que obteve foi a que ele repassou, inclusive que estariam na Câmara hoje os requerimentos respondidos; disse que a Prefeitura, comparada com anos anteriores, vem crescendo a cada dia e dando mais trabalho ao Executivo; disse não haver nada pessoal e contra o Vereador Sérgio e que não apresentou seus requerimentos porque está aguardando as respostas começarem a chegar; disse não haver desinteresse seu pela população, pois está sempre disposto a votar o que houver em prol da população, a favor ou contra dependendo do seu critério, e que a população o julga depois; disse não haver motivo pessoal e somente estar votando contra porque a Câmara está votando requerimentos e não chega nenhuma resposta; comentou que falou com a assessoria jurídica da Prefeitura que, se os requerimentos não forem respondidos nesta reunião, talvez será o caso de ver com a Presidente da Câmara qual atitude legal pode ser tomada para obter a resposta, porque o Executivo também tem que cumprir o seu papel. A sra. Presidente comentou com o Vereador Sérgio que também verificou essa situação com o jurídico da Prefeitura, obtendo a resposta de que viriam hoje. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que esteve ontem na Prefeitura e, sobre esse assunto, foi informado de que as respostas não estariam prontas hoje e seriam entregues na próxima reunião, pois falta apenas a assinatura do Prefeito, que estava em viagem; ressaltou que o Vereador Sérgio tem uma dificuldade de comunicação com o Executivo e que esta é a forma que ele tem de obter informações, sendo que por escrito é uma forma de não haver mal entendidos; sobre o assessor estar afogado, disse que é preciso então fazer algo para desafogá-lo, agilizando o concurso, por exemplo. O Vereador Sérgio Mota disse que, na sua opinião, todos esses argumentos são vazios porque a questão é que a Câmara Municipal é uma instituição e ela tem o seu papel a exercer; com relação a não ter pessoal, disse que é um argumento vazio e que isso está mais no respeito de instituição para instituição em dar retorno à sociedade; sobre não haver pessoal, disse que nessa administração foi contratada quantidade de gente que dá para tropeçar uns nos outros e ficar enconstado contando caso e no facebook, enquanto que é uma das prioridades do Executivo dar respostas à Câmara e até para passar credibilidade da administração à população; disse que agora surge uma reportagem colocando Rio Pomba dentre doze cidades mineiras denunciadas pelo Ministério Público, e que o fato de não enviar documentos à Câmara deixa dúvidas sobre o que

está acontecendo de fato em Rio Pomba. Colocado em votação, o Requerimento nº 31 foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; votando contra os Vereadores: Jorge Luís Martins Soares e Maurílio Rodrigues dos Reis. Ao votar, o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis justificou o seu voto como sendo devido à informação prestada pelo Vereador Jorge de que a administração municipal ainda não foi citada sobre o processo. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 32, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre o cumprimento da lei do Piso Nacional dos Professores. O autor disse que solicita esta informação porque é uma lei federal que estabelece o piso nacional da educação, estabelecendo o salário do professor que possua nível superior para os estados e municípios e valorizando o professor; disse que o Governo Federal faz o complemento caso o município não tenha condições de cumprir a lei. Votado, o Requerimento nº 32 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; votando contra o Vereador Jorge Luís Martins Soares que disse não ser contrário ao aumento do salário dos professores, mas que votava contra por causa da sua palavra dada de que votaria contra todos os requerimentos. Após, foi lido o Requerimento nº 33, do Vereador Sérgio Mota, para informações sobre a contratação de servidores. Votado, o Requerimento nº 33 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; votando contra o Vereador Jorge Luís Martins Soares. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 34, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre a arrecadação a título de Contribuição Para Custeio do Serviço de Iluminação Pública. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis perguntou se esse requerimento não deveria ser direcionado à Energisa. Os Vereadores Sérgio, Maria do Carmo e Jorge comentaram que o dinheiro arrecadado é repassado à Prefeitura, em conta específica, para custeio das diversas despesas com iluminação pública. O Vereador Sérgio Mota disse entender que o dinheiro arrecadado irá superar o valor da despesa com o gasto da iluminação pública, e comentou que a Prefeitura tem o controle desse valor. Votado, o Requerimento nº 34 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; votando contra o Vereador Jorge Luís Martins Soares. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Antônio Dias de Oliveira: 1) Indicação nº 115: Verificação de bueiros no Bairro Experimental; b) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 131: Construção de sede para o canil; 2) Indicação nº 132: Instalação de unidade do Corpo de Bombeiros; 3) Indicação nº 133: Mataburros na zona rural de Bomjardim; c) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 105: Asfaltamento da Rua Divino de Oliveira; 2) Indicação nº 106: Redutor de velocidade na Rua Geraldo Rosa Soares; 3) Indicação nº 107: Guarita na Praça Delano Lopes Machado; d) do Vereadora Maria do Carmo Vieira

da Silva Gomes: 1) Indicação nº 129: Escoamento de água do campo do Pombense; 2) Indicação nº 130: Mataburros na zona rural de Bomjardim; e) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 121: Ponte em Leandros/Vogados; f) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 114: Reparo na Rua Dante Menicucci; 2) Indicação nº 119: Asfaltamento da Rua Diógenes Coelho Gomes; g) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 134: Cadastramento para escola integral; 2) Indicação nº 135: Criação das incubadoras da micro e pequena empresa; 3) Indicação nº 136: Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável; h) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 126: Sinalização vertical sobre os passeios; 2) Indicação nº 127: Mataburro na zona rural de Mendes; i) dos Vereadores Maurílio Rodrigues dos Reis e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 97: Providências no estacionamento do cemitério; j) dos Vereadores Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 120: Praça no alto da Rua Geraldo Rosa Soares. Sobre algumas indicações houve comentários dos autores. Com relação à Indicação nº 131, o Vereador Jorge Luís Martins Soares, autor, explicou os objetivos da sua proposição. O Vereador Sérgio Mota disse que a indicação é muito oportuna e sugeriu a formação de uma comissão de vereadores para verificar as condições em que estão guardados os animais, até para fazer a avaliação da necessidade de uma construção ou ampliação, naquele ou outro lugar. Após debate, inclusive com a orientação da Assessora Jurídica da Câmara, Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, ficou designado às comissões de Obras e Serviços Públicos Municipais e de Educação, Saúde e Assistência, que se mobilizassem para uma visita às instalações do canil, sendo que os demais vereadores poderão acompanhá-las. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 01, de aplausos a Jacilene Vidal Silveira. Votada, a Moção nº 01 foi aprovada por unanimidade. Às vinte horas e dez minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Parecer nº 02, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, referente à prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2011 – aprovação das contas. Após, foi colocado em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2011. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 145 foi colocado em votação nominal, por chamada em ordem alfabética, e aprovado por unanimidade, votando a favor os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado. Portanto, as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2011 (dois mil e onze) foram aprovadas por unanimidade. A sra. Presidente comunicou aos vereadores a chegada de convite para evento que acontecerá amanhã, em Juiz de Fora, com a presença da Deputada Federal Margarida Salomão e de Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais, Alcides Guedes, sobre a importância da economia rural para o desenvolvimento econômico das cidades da região da zona da mata mineira. O Vereador Sérgio Mota disse que recebeu o convite e pretende participar do evento. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dezesseis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em

Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas do dia seis de junho de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (8ª sessão ordinária, de 16/05/2013). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Nas correspondências recebidas, foram lidos: a) convite para casamento do filho do Dr. Fernando, Prefeito; b) convite para posse do Reitor do Instituto Federal e do Diretor do Campus Rio Pomba. Seguindo, a sra. Presidente comunicou que foram respondidos pelo sr. Prefeito os seguintes requerimentos de pedidos de informações do Vereador Sérgio Mota, os quais estão à disposição dos Vereadores: a) Requerimento nº 28, sobre o número de casos de dengue; b) Requerimento nº 9, sobre a obra na Praça Vereador Mundico; c) Requerimento nº 23, sobre o convênio com a Arpama; d) Requerimento nº 24, sobre as obras no posto de saúde próximo do ginásio; e) Requerimento nº 12, sobre os serviços de aração e gradeação. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.538, do Vereador Túlio Mota Salgado, que denomina rua com o nome de João Martins Vieira, no bairro Experimental. O autor falou sobre os objetivos e a origem do seu projeto. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.539, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que altera o art. 1º da Lei nº 1.436/2013. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Após, foi lida a mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei nº 1.540, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2014 e dá outras providências. A sra. Presidente determinou a tramitação deste projeto, encaminhou-o à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e disse que os vereadores já podem apresentar emendas. O Vereador Sérgio Mota disse que esse projeto foi encaminhado pelo sr. Prefeito com atraso em torno de vinte dias, e que o prazo da Câmara para analisá-lo é curto, agora ainda mais reduzido pelo atraso no envio; disse que é preciso se preocupar com o significado da lei de diretrizes orçamentárias para o município e falou da importância de que o sr. Prefeito cumpra os prazos que tem com relação à Câmara, seja no envio de projetos como este, seja no envio de informações, observando inclusive que o sr. Prefeito não tem correspondido nem em contrapartida à “parceria” da Câmara com relação a inúmeros requerimentos já aprovados, demonstrando-se até mesmo um pouco relapso nos encaminhamentos e passando a impressão da sua despreocupação em relação à Câmara, tendo-a como sempre pronta para receber projetos e votá-los, sem precisar se preocupar e cumprir prazos; disse o Vereador Sérgio que o Executivo precisa respeitar a Câmara, como deve ser entre os poderes, e que a Câmara o tem respeitado até demais; pediu a prorrogação do prazo para analisar a lei de diretrizes orçamentárias, por considerá-lo curto. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que os vereadores, nessa



parte, podem fazer muito pouco; recordou que já fez emendas, em mandatos anteriores, mas que infelizmente o Prefeito não é obrigado a cumpri-las. A sra. Presidente da Câmara disse acreditar que a data final de trinta de junho não pode ser prorrogada, mas que pode se verificar ou então os vereadores reunirem informalmente para estudar o projeto. O Vereador Sérgio Mota disse entender as colocações do Vereador Maurílio, mas que fica triste ao ouvi-las, porque se propôs a candidatar para atuar na Câmara Municipal exercendo realmente a vereança; na sua opinião, os vereadores devem sim usar da sua prerrogativa para fazer um bom debate e fazer emendas no que entenderem ser importante, sem politicagem ou oposicionismo, ainda que o sr. Prefeito não acate as emendas; com relação ao prazo, disse ser necessário ver a questão regimental e constitucional. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que apenas relatou uma experiência sua e que de forma alguma quis impor alguma coisa; disse que o vereador deve apresentar as emendas que achar necessárias. A sra. Presidente perguntou se os vereadores achavam necessário fazer uma reunião informal na próxima semana. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a Comissão de Finanças fará o seu parecer e que cada vereador apresentará a emenda que desejar, não sendo necessária uma reunião para isso. O Vereador Túlio Mota Salgado, como Vereador de primeiro mandato, disse que pretende buscar entender bem o projeto antes de votá-lo, para não depois ouvir comentários desagradáveis, sendo assim importante a opinião dos mais experientes; achou importante uma data para os vereadores que desejarem se encontrar sobre a lei de diretrizes orçamentárias; disse que pedirá uma cópia do projeto mas poderá precisar tirar dúvidas. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que é muito complicado o projeto; disse que o Vereador Maurílio tem suas razões e que vê os novos vereadores meio perdidos mas desejosos de chegar lá na frente com aquilo que propuseram na sua candidatura; comentou que a lei de diretrizes orçamentárias é muito complicada e que é necessário indicar a fonte dos recursos para apresentar alguma emenda que contemple uma entidade, como exemplo; disse que deve haver uma reunião sim, com a presença da assessora jurídica. O Vereador Maurílio disse que é difícil fazer uma emenda, mas ainda assim o sr. Prefeito não é obrigado a obedecer o que foi emendado. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o Prefeito não é obrigado se a Câmara for omissa mas, se for firme, ele é obrigado a cumprir. O Vereador Antônio Dias de Oliveira manifestou-se a favor de uma reunião. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que, como Presidente da Comissão de Finanças, pode marcar uma reunião com a participação dos vereadores; comentou que a Câmara pode obrigar o Prefeito a cumprir algo que esteja em lei, mas que nem sempre a Câmara pode fazer a lei. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Prefeito não é obrigado a gastar o que está no orçamento, como por exemplo na concessão de uma subvenção social. O Vereador Romeu Moreira disse que cada vereador pode ler e apresentar emendas ao projeto, sem precisar ficar aguardando a Comissão de Finanças, que tem apenas a obrigação de fazer o parecer. A sra. Presidente disse que caberá então ao Vereador Jorge, como Presidente da Comissão de Finanças, marcar a reunião. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 35, do Vereador Sérgio Mota, para convocação do Secretário Municipal de Saúde a respeito da implantação da vigilância sanitária no município

de Rio Pomba. O Vereador Sérgio Mota disse que o seu requerimento é em função da reunião ocorrida na Escola São José, no dia 21 de maio, que foi bastante polêmico o que se colocou naquela reunião; disse que a fala do Secretário de Saúde foi bastante leve e que ele, Sérgio Mota, é favorável à vigilância sanitária, mas que a mesma está se tornando polêmica pela forma como está sendo colocada, porque se fala em mudar uma cultura de 500 anos em seis meses; disse que a fala da Chefe da Vigilância Sanitária de Ubá foi uma fala terrorista e que a implantação das medidas em Rio Pomba requer um prazo maior e mais diálogo, sem fazer o terrorismo que a Chefe da Vigilância de Ubá fez, dizendo que prende o comerciante, algema, raspa a cabeça e coloca o uniforme de presidiário; disse que, por mais bem intencionado que esteja o Executivo, acreditando ele que esteja porque isso não lhe rende louros, equivocou-se em deixar discorrer uma reunião onde a Chefe da Vigilância fizesse tal terrorismo; disse que isso tudo lhe gerou uma preocupação, assim como a situação do matadouro municipal e das famílias que têm uma fabricação caseira de alimentos para comercialização e fonte de renda; comentou o Vereador Sérgio que se preocupou também com os pequenos agricultores rio-pombenses que não terão como vender bois para corte pela inexistência de um abatedouro municipal, porque isso é fomentar o êxodo rural e empobrecer mais os que estão lá na roça; disse que está propondo a convocação do Secretário de Saúde para que se possa debater isso melhor e prestar maiores esclarecimentos, debatendo ainda a questão do abatedouro; relatou que procurou o escritório local do IMA, na pessoa do sr. Marco Antônio, e que este lhe informou que o abatedouro de Rio Pomba tem condições de funcionar para atender o mercado de Rio Pomba e receber o selo do SIM – Serviço de Inspeção Municipal; disse o Vereador Sérgio que perguntou ao sr. Marco Antônio se ele viria à Câmara prestar essa informação, ao que o interlocutor respondeu que vem o Delegado Regional e que os vereadores podem ir a Astolfo Dutra verificar o abatedouro para o qual o IMA emite guia de abate animal sendo que o mesmo funciona em condições muito mais precárias do que o que está iniciado em Rio Pomba; disse o Vereador Sérgio que este é um enfrentamento que os vereadores têm que fazer, com relação ao abatedouro que, na sua opinião, não está funcionando por falta de vontade política pelo menos para o abate de bovinos. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que é favorável aos açougueiros e acreditar que a coisa não é do jeito que estão falando; comentou que votou pela criação do SIM porque na época o Prefeito, Giovani Baía, disse que era apenas para legalizar o matadouro, mas acha que não é do jeito que a população acha e que nada vai ser proibido de um dia para outro; disse que, pelo que conversou com o Reginaldo Furtado e com o pessoal da vigilância sanitária, a Prefeitura está tentando ajudar a população em algo que, mais hoje ou mais amanhã, terá que ser feito legalizadamente; disse que possui laticínio legalizado pelo IMA e que este órgão funciona rigorosamente, principalmente mediante denúncias; disse que a Prefeitura quer é ajudar a essas pessoas a se legalizarem, tirando o poder de fechamento do IMA, pois o SIM é que irá orientá-los; disse o Vereador Maurílio que não se arrepende de ter votado a favor da criação do SIM e que a Chefe da Vigilância de Ubá não manda nada em Rio Pomba e falou apenas o que poderia acontecer, não sendo esse o desejo do Prefeito e nem do Secretário de Saúde. A Vereadora Maria do Carmo disse que em Rio

Pomba existem muitas pessoas que fabricam produtos caseiros e que realmente a vigilância sanitária irá orientá-los, pois se trata de um meio de vida das pessoas. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que a fiscal de Ubá explicou o papel que ela exerce, autuando os que estão agindo errado; comentou que ficou preocupado com os vendedores de leite a granel, pelos boatos de que não poderão mais vendê-lo a partir de 2014, levando-o a fazer a Indicação nº 144. O Vereador Sérgio Mota disse que o SIM é justamente para regularizar a situação daqueles comerciantes que trabalham com derivados de origem animal a serem comercializados no município; disse que sua preocupação é que o município não se omita e faça funcionar o abatedouro municipal, resolvendo de vez a questão do abate de bois para os açougueiros e para os pequenos agricultores, sendo que a questão do frango é outra. O Vereador Jorge Luís disse que realmente é preciso se tomar uma atitude para que tenhamos uma carne de confiança e origem. O Vereador Sérgio Mota ressaltou que a responsabilidade pela construção de abatedouros não é do município, e sim de quem abate animais; no caso de Rio Pomba, disse que houve uma preocupação em se atender à demanda dos açougueiros. O Vereador Romeu Moreira disse que o local adquirido para se fazer o matadouro, na sua opinião, não foi o ideal, mas que esse aperto teve um lado positivo de lembrar sobre o matadouro municipal, sendo que o sr. Prefeito tem uma boa vontade no assunto e provavelmente lhe dará uma solução. A Vereadora Maria do Carmo disse que, com a boa vontade do sr. Prefeito, a situação do matadouro será resolvida. Votado, o Requerimento nº 35 foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 142: Atualização do valor da bolsa-auxílio dos estagiários; 2) Indicação nº 143: Logomarca do Curral Bonito; 3) Indicação nº 144: Pasteurização do leite para atender às normas da vigilância sanitária; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 122: Muro de contenção em residência da Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 2) Indicação nº 123: Proteção em bueiro da Av. do Contorno; 3) Indicação nº 124: Roçada de mato para prevenção de incêndios; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 128: Coleta de lixo nos bares da zona rural; 2) Indicação nº 145: Redutores de velocidade próximo do Loteamento Panorama; 3) Indicação nº 146: Iluminação na Rua Henrique Dias Filho; d) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 139: Redutores de velocidade na Rua Dr. José Marinho Saraiva; 2) Indicação nº 150: Providências na Rua José Filizola- Bairro Santa Isabel; e) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 152: Funcionamento da farmácia municipal; f) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 125: Providências em bueiros; 2) Indicação nº 140: Curso de primeiros socorros para servidores municipais; g) dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 151: Verificação da cobertura do Terminal Rodoviário. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 02, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, de aplausos a Angelita Lucas Garcia. Votada, a Moção nº 02 foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 03, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, de aplausos a Carpegiani de Paula Martins. Votada, a Moção nº 03 foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e seis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em

discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Décima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezenove horas do dia vinte de junho de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (9ª sessão ordinária, de 06/06/2013). Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Nas correspondências recebidas, foram lidos: a) convite da Academia de Ciências e Letras para o Dia do Homem, 27 de julho; b) evento da Energisa, em Cataguases, dia 02 de julho, sobre iluminação pública. A sra. Presidente comunicou que foram respondidos pelo Prefeito os seguintes requerimentos de pedidos de informação, respostas que estão à disposição dos Vereadores: a) sobre a transferência de terrenos do Distrito Industrial para o município, conforme Projeto de Lei nº 1.541; b) sobre o piso nacional dos professores; c) despesas com a exposição de 2012; d) despesas com a festa das associações de 2013; e) arrecadação com a iluminação pública; f) sobre as empresas contratadas, o Prefeito pede mais especificações; g) sobre as empresas autorizadas a afixar placas de propaganda; h) sobre abastecimento de água no Loteamento Panorama; i) sobre os contratos da obra de revitalização da Av. Raul Soares; j) sobre as dispensas de licitação alvo da denúncia do Ministério Público, o Prefeito pede mais especificações; k) sobre o número de servidores contratados, que são 144; l) informações sobre o corte do rio Pomba; m) informações sobre a obra da creche do parque de exposições. O Vereador Sérgio Mota, com relação aos requerimentos respondidos pelo sr. Prefeito, pediu para registrar que várias respostas enviadas estão incompletas, que já pegou cópias e as está analisando; pediu que a Presidência da Câmara também atinasse para isso e observasse o que foi respondido em comparação ao que foi questionado; disse que fará um levantamento mais apurado dessas respostas e, em outro momento, fará uma conversa com os vereadores sobre as respostas do Prefeito aos requerimentos aprovados pela Câmara, por achar que é um dever da Casa, mas especialmente da sra. Presidente da Câmara, analisar as respostas; disse que gostaria de conversar com a sra. Presidente e a assessora jurídica da Câmara para verificar qual providência deve a Câmara tomar com relação aos requerimentos, no seu entender, não respondidos na íntegra. A sra. Presidente da Câmara disse que viu as respostas rapidamente e que poderá sim verificar com a assessoria jurídica, como sugerido pelo Vereador Sérgio. Seguindo nos trabalhos, às dezenove horas e onze minutos, a sra. Presidente deu abertura à audiência pública para apresentação do Projeto de Lei nº 1.540, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2014, convidando para fazer uma explanação, representando o Chefe do Poder Executivo Municipal, o Sr. Gilberto Batista de Almeida. Este, usando de recursos multimídia, iniciou falando sobre o embasamento legal para esta audiência e sobre os seus objetivos, que sobretudo se trata de uma demonstração e discussão da LDO, com a possibilidade de debates com a população; passou a uma apresentação básica do que são estes instrumentos diretores do município e a uma abordagem sobre a

proposição encaminhada ao Legislativo; falou-se também sobre a possibilidade da apresentação das emendas. Houve debates e perguntas dos Vereadores. Encerrada a audiência pública, às vinte e uma horas, foi lido o Projeto de Lei nº 1.541, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão de direito real de uso das áreas que menciona e dá outras providências. O Vereador Sérgio Mota disse ver com bons olhos o que se propõe no projeto, pois ele fomenta o desenvolvimento industrial e a geração de empregos; disse preocupar-se com a existência de um processo no Ministério Público relacionado a algumas questões, segundo colocadas por um orador na Tribuna Popular, que podem se constituir de um descuido tanto da Codemig quanto do Executivo Municipal, que é o não encaminhamento à Câmara e aprovação por esta dos termos do convênio; recordou que a Câmara aprovou apenas a remissão de impostos, taxas e tributos da parte da Codemig, mas não o convênio em si; pediu a tramitação do projeto para se ter maior clareza do voto, e declarou-se favorável ao projeto por não tratar da doação dos imóveis para as indústrias, estabelecendo o prazo de dez anos para a posse definitiva depois de instalada a empresa e cumpridas as suas finalidades, a princípio sendo uma concessão; ressaltou que a Câmara deveria analisar com mais responsabilidade a maturidade e fato de não ter sido aprovada a assinatura do convênio com a Codemig. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o Vereador Sérgio tem razão, mas, com a sua experiência da legislatura passada, quando votou contra por não haver nada que comprovasse que a Codemig transferiria os terrenos ao município, e sim apenas a isenção de impostos, de modo que entendia que nem caberia à Câmara autorizar e sim ao Estado de Minas Gerais; comentou que agora sim compete aos vereadores analisarem porque está no município e que apoia a votação ainda hoje. A sra. Presidente disse que este projeto já está tramitando há uns dez dias e lembrou que entraremos em recesso. O Vereador Sérgio Mota disse que nos anexos consta uma declaração da serventia do Registro de Imóveis e que procurou aquele cartório para saber o que significa aquele documento, sendo que soube que a escritura ainda não está registrada por problemas técnicos causados pela implantação de novo software e pelo fato do cartório ter que seguir a ordem de protocolo; disse que, ainda que haja a declaração do cartório, prefere aguardar com relação ao registro e insistiu para que se prorrogue a votação por não ver necessidade de urgência. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que as informações trazidas pelo Vereador Sérgio esclarecem as dúvidas que poderiam haver. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse não ver motivo para tramitação, sobretudo pelo recesso de julho, pois o trabalho da Prefeitura ficará amarrado e ela ainda precisa fazer um processo licitatório. Seguindo, foi apresentado o Requerimento nº 37, da Mesa Diretora, para a concessão da urgência especial ao Projeto de Lei nº 1.541. Votado, o Requerimento nº 37 foi aprovado por unanimidade. Então, visando ao art. 159 do Regimento Interno, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Obras e Serviços Públicos Municipais. O parecer foi pela legalidade e normalidade do projeto. Então, com autorização plenária, o Projeto de Lei nº 1.541 foi colocado em única discussão, ainda no expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.541 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o

Requerimento nº 36, do Vereador Túlio Mota Salgado, para informações sobre calçamento de rua (Rua Ionício Teodoro de Oliveira). Votado, o Requerimento nº 36 foi aprovado por unanimidade. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 147: Providências no alto da Rua Ozório Novato; 2) Indicação nº 148: Proibição de estacionamento em trecho da Rua Madre Cabrini; b) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 153: Providências no Bairro Boa Vista; c) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 154: Corrimão na subida da Rua Prefeito Dr. Antônio da Mota Filho; d) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 155: Faixa de pedestres na Rua Dr. Dutra; e) dos Vereadores Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 137: Muro de arrimo no almoxarifado; f) dos Vereadores Paulo Henrique da Silva, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Jorge Luís Martins Soares, Antônio Dias de Oliveira, Maurílio Rodrigues dos Reis, Sérgio Mota e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 141: Canalização do córrego da lateral da Av. Juvenal Pena. Após, foi lida a Moção nº 4, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de aplausos a Sílvio Vicente de Oliveira. Votada, a Moção nº 4 foi aprovada por unanimidade. Às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, aberta a ordem do dia, foi colocado em única discussão o Projeto de Lei nº 1.540, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2014 e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.540 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Parecer nº 2, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.538. Então, foi colocado em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.538, do Vereador Túlio Mota Salgado, que denomina rua com o nome de João Martins Vieira, no bairro Experimental. O Vereador Túlio Mota Salgado apresentou o Requerimento nº 38, para a concessão da urgência simples ao Projeto de Lei nº 1.538. Votado, o Requerimento nº 38 aprovado por unanimidade. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.538 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Parecer nº 3, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.539. Após, foi colocado em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.539, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que altera o art. 1º da Lei nº 1.436/2013. O Vereador Jorge Luís Martins Soares apresentou o Requerimento nº 39, para concessão da urgência simples ao Projeto de Lei nº 1.539. Votado, o Requerimento nº 39 aprovado por unanimidade. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.539 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. A sra. Presidente lembrou da sessão extraordinária que será realizada amanhã, às dezoito horas, para ouvir o Secretário Municipal de Saúde. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que a comunidade de Monte Alegre, próxima da divisa com o município de Guarani, deseja uma reunião com os Vereadores e o Executivo para tratar de diversos assuntos, no dia vinte e sete de junho, às dezenove horas, ficando todos os vereadores convidados. O Vereador Sérgio Mota comentou sobre a Indicação nº 60/2013 que fez ao sr. Prefeito, sendo que posteriormente houve um projeto de lei aprovado pela Câmara e agora o Governo Federal publica uma portaria das relações de propostas habilitadas, dentre elas constando Rio Pomba, comprovando que valeu o esforço. A vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva

Gomes disse ter muito respeito pela pessoa do Vereador Sérgio Mota e do seu trabalho político, mas comentou que ficou chateada quando leu no Facebook uma postagem do Vereador Sérgio dizendo sobre o encaminhamento, na calada da noite, após as eleições municipais, e a aprovação dos vereadores da taxa de iluminação pública agora chamada de taxa de contribuição, e ainda sobre o tratamento do esgoto que, no silêncio, o Prefeito começa a querer aprovar sem uma discussão aberta à sociedade; disse a Vereadora que essa postagem lhe chocou muito, porque a votação não foi feita e nem enviada na calada da noite; disse que hoje o Vereador Sérgio faz parte da Câmara e que os vereadores devem zelar por esta Casa; disse que a ata e a lista de presença do público comprovam que nada foi feito na calada da noite; disse que isso nunca aconteceu na Câmara e não acontecerá. O Vereador Sérgio Mota disse que, na sua opinião, a votação e o encaminhamento do projeto de lei, após as eleições, é sim na calada da noite porque se esperou os resultados das eleições e o mandato de vários vereadores estava se encerrando para outros assumirem em janeiro; questionou por quê não se esperou janeiro para discutir a questão da contribuição da iluminação pública, motivo pelo qual fez essa colocação de calada da noite, algo que ele não retira e disse estar claro para todos o que significa; sobre a implantação das medidas de saneamento básico no município, disse que está acontecendo um processo aparentemente adormecido, sem o amplo conhecimento da sociedade, e que está caminhando silenciosamente; comentou que, como Vereador, tem o papel de dar clareza à sociedade daquilo que é de interesse público. O Vereador Romeu Moreira disse que o Vereador Sérgio se expressou mal, porque o projeto foi encaminhado com antecedência à Câmara e ele próprio, Sérgio Mota, compareceu à sessão da Câmara; disse que ao usar a expressão “na calada da noite” o Vereador Sérgio comprometeu os vereadores porque passou a impressão de que o projeto foi votado às escondidas, o que não aconteceu; lembrou que os Vereadores Sérgio e Juscélio são os representantes da Câmara nos Comitês de Coordenação e Executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico, e que cabem justamente a estes dois trazerem explicações à Câmara. O Vereador Sérgio Mota disse que já se queixou com o coordenador das ações, sr. Antônio Carlos, justamente pelas convocações de última hora que dificultam a participação dos representantes. O Vereador Romeu Moreira disse que essa providência o Vereador Sérgio tem que cobrar da Presidente da Câmara que os representantes sejam devidamente notificados. O Vereador Sérgio Mota pediu à Presidente da Câmara que oficialize ao Chefe do Departamento de Meio Ambiente para que notifique com antecedência prévia a comissão indicada pela Câmara para atuar junto na discussão do tratamento do municipal e poder representar, de fato, a Câmara. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e duas horas e doze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)



**Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezoito horas e quinze minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à Ordem do Dia, conforme convocação regularmente feita através do Ofício nº 40/2013-PC-Circular com a finalidade de ouvir o Secretário Municipal de Saúde, Reginaldo Furtado de Carvalho, sobre a implantação da vigilância sanitária no município de Rio Pomba, conforme aprovado através do Requerimento nº 35/2013. A sra. Presidente convidou o sr. Reginaldo Furtado de Carvalho, Secretário Municipal de Saúde, para sentar-se à sua direita e lhe deu as boas vindas em nome do Legislativo. Após, foi lido o Requerimento nº 35/2013, para que todos tivessem ciência dos termos da convocação. O Vereador Sérgio Mota cumprimentou ao Secretário de Saúde e registrou que a sua presença demonstra a abertura ao diálogo e maturidade para discutir políticas de interesse comum do município; seguiu dizendo que ocorreu recentemente, por iniciativa da Secretaria de Saúde, uma reunião sobre a implantação da vigilância sanitária no município e a fala da chefe da vigilância sanitária do município de Ubá assustou um pouco as pessoas presentes e os ausentes que souberam depois e ficaram com dúvidas e insegurança; assim, enumerou dentre as dúvidas os assuntos relacionados ao abatedouro municipal, à fabricação caseira de produtos alimentícios e à existência de linha de crédito para os atuais fabricantes caseiros obterem recursos para o atendimento às normas; comentou que a sua maior dúvida é com relação ao abatedouro municipal, cujas obras se iniciaram há aproximadamente seis anos e há uns quatro anos está paralisado, existindo a informação da inviabilidade do abatedouro no local e também de não cumprir às normas de órgãos fiscalizadores, como o IMA; sobre a fabricação caseira de produtos alimentícios, disse que também é algo preocupante porque várias famílias têm rendas oriundas desse tipo de serviço; segundo o Vereador Sérgio, é preocupante o fato de, a partir de 2014, esse tipo de produção não poder mais acontecer, deixando sem alternativa as famílias se não houver uma linha de crédito para que possam se adequar às normas da vigilância; perguntou o Vereador Sérgio se existe uma preocupação da Secretaria de Saúde e do Executivo para que as pessoas possam obter o crédito ou a criação de um espaço onde as pessoas possam se instalar e desenvolver a sua produção e comercialização; o Vereador Sérgio Mota registrou ser inteiramente favorável à implantação da vigilância sanitária no município, preocupando-se apenas em como isso irá acontecer e se haverá interrupção e dificuldade para que as pessoas possam se adequar. O Secretário de Saúde, Reginaldo Furtado de Carvalho, agradeceu pela recepção do Vereador Sérgio e disse que a sua presença se faz necessária a partir do momento em que, por parte desta administração, tem-se a norma do diálogo; disse que está aberto na Secretaria de Saúde, a todo momento, aos Vereadores e a qualquer pessoa da população, pois a Secretaria de Saúde é administrada com muito zelo e com personalização, por lidar com momentos de dificuldades dos cidadãos;

disse que a implantação da vigilância sanitária não é uma ação do município de Rio Pomba, mas uma exigência do Estado, por se tratar da baixa complexidade que cabe ao município; disse que Rio Pomba está até atrasado, porque Silveirânia já possui esse serviço há muitos anos; na Secretaria de Saúde, teve a preocupação de trazer esse serviço à população, porque ele é um bem necessário; sobre o evento realizado na Escola São José, disse que o convite foi feito a todos os vereadores e que haviam vereadores presentes; com relação ao abatedouro municipal, disse que infelizmente não é a pessoa que pode trazer essas informações, porque ele trata do abate de animais e está vinculado à Secretaria de Agricultura Municipal, através do SIM – Serviço de Inspeção Municipal; explicou que a vigilância sanitária trabalha com a fiscalização do produto que chega nos mercados para ser manipulado e vendido; comentou que a produção caseira de produtos alimentícios envolve uma duplicidade de responsabilidade, porque envolve produtos vegetais e animais, e citou que as normas são editadas pelo Estado e copiadas pelos municípios, nada sendo inventado aqui; disse que todo esse assunto é muito novo e a legislação será muito discutida, como em treinamento a ser realizado em breve, do qual ele passou, neste momento, a programação à Presidência da Câmara; porém, disse o Secretário de Saúde que nada será feito sem uma discussão prévia com os agentes de vigilância e com as pessoas que produzem; sobre a existência de linha de crédito aos atuais fabricantes caseiros, o sr. Reginaldo Furtado de Carvalho disse que não é a pessoa mais capacitada para responder, porque demanda um órgão específico ou mesmo outros, como o Sebrae; comentou que o Vereador Sérgio é do Partido dos Trabalhadores e que esse partido não iria criar algo sem fazer qualquer investimento para trazer recursos. O Vereador Sérgio Mota disse que as medidas criadas, como as normas de vigilância sanitária, são discutidas nos ministérios, por se tratarem de políticas públicas, não tendo um cunho partidário; disse que a Câmara aprovou a convocação do Secretário, sr. Reginaldo, considerando que ele é quem estava coordenando os trabalhos na reunião realizada na Escola São José, ainda que estivesse presente o Secretário de Agricultura. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a linha de crédito é conseguida através do Banco do Brasil e com a elaboração de projetos pela Emater, para pessoas de baixa renda. A vereadora Maria do Carmo disse que a gerente do Banco do Brasil falou sobre isso num evento. O Vereador Sérgio Mota disse que a Emater trata da questão da agricultura e aqui se está falando do comércio de um modo geral, sendo o seu questionamento sobre a existência de uma política municipal nesse sentido. O sr. Reginaldo Furtado de Carvalho disse que mencionou o fato do Vereador Sérgio pertencer aos quadros do PT para citar que ele tem contatos dentro do partido que podem orientá-lo melhor; disse que na reunião deixou claro que a forma de se conduzir não seria para penalizar e nem destruir ninguém, não sendo objetivo da atual administração trazer desgastes a ninguém, mas sim orientar e trabalhar junto, primeiramente orientando e educando para depois cobrar. O Vereador Sérgio Mota reiterou à Presidente da Câmara pedido para que seja convidado o Secretário de Agricultura para prestar informações à Câmara, porque procurou o IMA e expôs a situação do abatedouro municipal, sendo que o Dr. Marco Antônio lhe informou que o abatedouro municipal atende às normas para fornecimento ao comércio local, como

em Astolfo Dutra funciona um abatedouro com situação bem inferior ao de Rio Pomba; disse que é importante buscar uma solução para o abate de bois no município. O Secretário de Saúde, Reginaldo Furtado de Carvalho, disse não acreditar que quem criou o projeto não tenha criado linha de financiamento, e disse ainda que, se o projeto é federal, ele deve vir acompanhado de uma linha de financiamento ou de um incentivo, pois não se pode criar um projeto para o outro ente pagar; perguntou aos srs. Vereadores se restava alguma dúvida. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou se a implantação da vigilância sanitária é uma exigência do Prefeito, Dr. Fernando; e o Secretário de Saúde, Reginaldo Furtado de Carvalho, respondeu que não é uma exigência do Prefeito, e sim uma normatização do Estado que vincula ao município o elenco 1 (um) da vigilância sanitária; disse que na reunião feita na Escola São José isso foi deixado claro a todo momento. O Vereador Paulo Henrique da Silva perguntou se existe um prazo estabelecido. O sr. Reginaldo Furtado de Carvalho disse que, não fosse trazida a aplicação da vigilância sanitária, o repasse mensal seria perdido, lembrando que é uma exigência também do Ministério Público; informou que o plano já está em aplicabilidade mas não existe um prazo, ficando definido para o ano que vem o início das inspeções e, enquanto isso, é realizado o trabalho educativo que continuará no ano que vem; citou um exemplo de que a vigilância vai a um estabelecimento e encontra erros, daí pede que sejam feitas as mudanças e resolvidas as questões, num determinado prazo, para um retorno, tudo de modo fácil; disse que não tem sentido a vigilância chegar e aplicar a lei. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes perguntou se na reunião feita na Escola São José houve um espaço para apresentação de dúvidas. O Vereador Jorge Luís Martins Soares respondeu que houve esse espaço para perguntas e esclarecimento de dúvidas, inclusive o Vereador Sérgio Mota tendo feito perguntas. O Secretário de Saúde disse que, a todo momento, a palavra estava livre e, ao final, as dúvidas puderam ser apresentadas. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que houve o direito às perguntas, mas que sentiu que se fizesse muitas perguntas atrapalharia a reunião, de modo que acha até necessário se fazer mais uma reunião mais focalizada na abertura para o esclarecimento de dúvida; sobre o abatedouro, disse que o que assustou e levou o Vereador Sérgio a pedir esta convocação foram as palavras do Secretário de Saúde de que o abatedouro de Rio Pomba nunca seria colocado em funcionamento, levando os açougueiros a ficarem desorientados. O Secretário de Saúde disse que a instalação do abatedouro veio de outra secretaria e que ele, Reginaldo, deixou claro que esse assunto não é da Secretaria de Saúde, de modo que não quer falar sobre isso; disse achar que lá existem problemas, que é uma obra feita de longo tempo e basta ver que não houve a sua aplicabilidade durante todo esse tempo; seguiu o sr. Reginaldo Furtado de Carvalho dizendo que a sua responsabilidade foi a de deixar aberto o entendimento de que estavam ali para se entenderem em relação à vigilância sanitária no sentido de que ela não atue de forma política, o que foi deixado muito claro. O Vereador Antônio Dias de Oliveira perguntou se não é possível seguir o mesmo matadouro. O Secretário de Saúde disse que esse assunto não cabe à sua secretaria, inclusive para não invadir outra área da administração. Às dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, não havendo mais questionamentos, foi

encerrada a audiência do Secretário Municipal de Saúde. O Vereador Jorge Luís Martins Soares, aproveitando a presença do Secretário Municipal de Saúde, fez comentários sobre a prestação de serviços dos estagiários naquela secretaria e pediu que, em outra oportunidade, o sr. Reginaldo Furtado de Carvalho fizesse uma explanação sobre isso. O sr. Reginaldo Furtado de Carvalho disse que sempre anda com as informações sobre os trabalhos da Secretaria de Saúde e, com a autorização da Presidência da Câmara, fez uma longa explanação, respondendo a perguntas e comentários dos vereadores. O Vereador Sérgio Mota disse que não tem um conhecimento profundo sobre o funcionamento da Secretaria de Saúde, mas sugeriu o funcionamento da Farmácia Popular nos fins de semana e feriados; falou sobre a remuneração dos agentes comunitários de saúde segundo a Portaria nº 260/2013, do Ministério da Saúde; e questionou, conforme citado pelo sr. Reginaldo, se o transporte dos pacientes da fisioterapia abrange somente a área urbana ou atinge também a zona rural. O sr. Reginaldo Furtado de Carvalho comentou que a farmácia atende mais às consultas eletivas, ou seja, que não se caracterizam como urgência e emergência, e que, nestes casos, o atendimento é feito no hospital e lá o paciente é medicado; sobre o atendimento da fisioterapia, disse que ela é feita juntamente com o NASF para apoiar o Programa Saúde da Família, que ainda não abrange a cem por cento da área, não tendo chegado ainda à zona rural, embora tenha chegado casos, por necessidade, que levaram o fisioterapeuta à zona rural; sobre a remuneração dos agentes de saúde, disse que isso não é uma norma, mas uma possibilidade e que é preciso passar pela Câmara. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que está passando da hora de haver uma equipe do Programa Saúde da Família para a zona rural, ainda que fosse um carro móvel que atendesse periodicamente. O Secretário Municipal de Saúde disse que se está implantando a quarta equipe do PSF no terminal rodoviário e uma quinta sendo buscada para ser construída em sede própria, sendo uma preocupação dotá-las de sedes próprias, porque a instalação em residências é inadequada ao tratamento de saúde; disse que este mandato não termina sem a conclusão da quinta equipe do PSF, aí sim incluindo a zona rural. A Vereadora Maria do Carmo perguntou se haveria a possibilidade de uma equipe de agentes visitarem as casas da zona rural, pelo menos quinzenalmente. O Secretário de Saúde disse que não pode, sob a pena da lei, deslocar um agente para uma área não cadastrada, porque é proibido por lei, sendo necessário criar uma equipe para isso. O Vereador Antônio Dias de Oliveira disse que trazia muitos pacientes da zona rural para a cidade, porque a ambulância não ia até lá, e disse que de uns tempos para cá a ambulância tem ido até a zona rural de Bomjardim. O Secretário de Saúde citou o exemplo de um morador do Baixo Bomjardim, acidentado de motocicleta, que era transportado pela ambulância para a fisioterapia, e comentou que existem alguns casos graves em que se abre uma exceção. A sra. Presidente da Câmara, em nome do Legislativo, agradeceu a presença do Secretário de Saúde, Reginaldo Furtado de Carvalho. O Secretário de Saúde também agradeceu pela oportunidade e a todos os vereadores. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

**Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas do dia primeiro de agosto de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (10ª sessão ordinária, de 20/06/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Igualmente foi colocada em discussão a ata da sessão extraordinária anterior (4ª sessão extraordinária, de 21/06/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de março e abril de 2013. Nas correspondências recebidas, foram lidos: a) comunicação de repasse do Governo de Minas, R\$80.000,00, para academias ao ar livre; b) convite da Prefeitura para a audiência do saneamento básico no dia 09 de agosto, na Câmara. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.542, do Executivo, que autoriza o Executivo Municipal a filiar-se e firmar convênio com a Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras de Minas e dá outras providências. Em seguida, foi apresentado o Requerimento nº 40, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.542. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou a emissão do parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Meio Ambiente. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.542. Então, com a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.542. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.542, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.543, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências (Circuito Turístico Serras de Minas). Em seguida, foi apresentado o Requerimento nº 41, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.543. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou a emissão do parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.543. Então, com a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.543. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.543, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.544, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências (aquisição de equipamentos de mecanização agrícola). Em seguida, foi apresentado o Requerimento nº 42, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.544. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou a emissão do parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O

parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.544. Então, com a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.544. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.544, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.545, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências (rateio pela participação em consórcio público). Em seguida, foi apresentado o Requerimento nº 43, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.545. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou a emissão do parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Educação, Saúde e Assistência. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.545. Então, com a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.545. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.545, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.546, dos Vereadores Sérgio Mota e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que denomina rua com o nome de Major João Baptista Coelho. Em seguida, foi apresentado o Requerimento nº 45, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.546. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou a emissão do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. O parecer foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.546. Então, com a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.546. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.546, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei nº 1.547, do Executivo, que ratifica o Convênio celebrado entre a CODEMIG e o Município de Rio Pomba, aprova Normas Técnicas de Construção do Distrito Industrial de Rio Pomba e dá outras providências. Após, foi apresentado o Requerimento nº 44, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.547. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou a emissão do parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Obras e Serviços Públicos Municipais. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.547. Então, com a deliberação plenária, a sra. Presidente colocou em discussão, no próprio expediente, o Projeto de Lei nº 1.547. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.547, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Figurando na pauta, a sra. Presidente disse que continuaria tramitando o Projeto de Resolução nº 316, da Mesa Diretora, que dispõe sobre a eliminação de pastas de comprovantes de despesas emvidas pela Prefeitura, para reconsideração da Mesa Diretora. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 132-2ª edição: Instalação de unidade do Corpo de Bombeiros; 2) Indicação nº 162: Continuação da colocação de placas com os nomes das vias; 3) Indicação nº 163: Revisão do Código de Posturas Municipal; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 149: Varrição de ruas no Bairro Experimental; 2) Indicação nº

156: Instalação de academias ao ar livre; 3) Indicação nº 157: Iluminação e calçamento em rua do final a Antônio Mota Campos; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 159: Regulamentação do trânsito nas imediações do terminal rodoviário; 2) Indicação nº 160: Banheiro público na Praça Prefeito Messias Baía; 3) Indicação nº 161: Construção de praça no Belvedere; d) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 168: Reforma em ponte da zona rural; e) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 165: Providências no caminho da torre; 2) Indicação nº 166: Captação de águas pluviais no Bairro Santa Isabel; f) dos Vereadores Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 167: Instalação de bueiros na Rua Pio Rosa Soares; g) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 164: Instalação de redutores de velocidade. Continuando os trabalhos, foi lida a Moção nº 05, dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, de aplausos a Romeu Gonçalves de Paiva. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 06, do Vereador Túlio Mota Salgado, de aplausos a Júlio César Moreno. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. O Vereador Túlio Mota Salgado parabenizou que a primeira Presidenta da Câmara está sendo homenageada pelo Instituto Capacitar, de Belo Horizonte, em parceria com a União Nacional dos Vereadores, em indicação para receber a Comenda da Mulher da Luta e dos Direitos, distinguindo a presença feminina na Câmara Municipal. A sra. Presidente agradeceu o apoio e o carinho de cada um, sendo que a união de cada um faz o respeito e que a Câmara caminhe bem como está. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas do dia quinze de agosto de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (11ª sessão ordinária, de 01/08/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de maio e junho de 2013. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 147/2013, do Vereador Paulo Henrique da Silva, que outorga homenagem de honra ao mérito e dá outras providências (Ione Mota Salgado), com o relatório favorável da Comissão Apuradora. Com a deliberação plenária, o Projeto de Decreto Legislativo nº 147/2013 foi colocado em discussão ainda no Expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 147/2013 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Em seguida, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 148/2013, do Vereador Túlio Mota Salgado, que outorga título de cidadão honorário e dá outras providências (Antônio Raul Gonçalves), com o relatório favorável da Comissão Apuradora. Com a deliberação plenária, o Projeto de Decreto Legislativo nº 148/2013 foi colocado em discussão ainda no Expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 148/2013 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Resolução nº 317/2013, da Mesa Diretora, que estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2014 (R\$1.041.445,00). A sra. Presidente consultou a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e esta emitiu o seu parecer favorável ao projeto de resolução. Com a deliberação plenária, o Projeto de Resolução nº 317 foi colocado em discussão ainda no Expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Resolução nº 317 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Requerimento nº 46, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre construção de quadra poliesportiva. Submetido à votação, o Requerimento nº 46 foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; recebendo 02 (dois) votos contrários dos Vereadores Romeu Moreira Batista e Jorge Luís Martins Soares. Após, foi lido o Requerimento nº 47, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre construção de posto de saúde. Submetido à votação, o Requerimento nº 47 foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; recebendo 02 (dois) votos contrários dos Vereadores Romeu Moreira Batista e Jorge Luís Martins Soares. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 48, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre desaterro próximo da usina de reciclagem. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que procurou saber informações sobre o



desaterro e que o mesmo se dá pela falta de um local para retirar a terra necessária ao controle do aterro sanitário municipal, de modo que foi pedida ao sr. Rogério a permissão para retirar terra em alguma área de sua propriedade nas proximidades, sendo que o proprietário liberou um local para a retirada da terra até que não haja comprometimento ambiental; disse que antes foi retirado em outro local próximo, na entrada para a lagoa da Militar; disse que acaba ajudando à pessoa que precisa desaterroar mas fica uma terra mais próxima do local de necessidade da Prefeitura, pois no terreno do aterro sanitário não tem mais onde retirar terra. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que ia comentar o mesmo, de que a Prefeitura precisa da terra para aterrar o lixo e o proprietário está fazendo um favor à Prefeitura, não existindo contrato porque a Prefeitura é quem está sendo beneficiada e não o proprietário, que está apenas fazendo um favor; disse que o seu voto será contrário ao requerimento; comentou que, se não houvesse essa terra, a Prefeitura teria que comprá-la em outro lugar. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que se trata de um acordo comum entre a Prefeitura e o proprietário, sendo que a Prefeitura precisa da terra para cobrir o lixo, o qual parece estar com os dias contados para ser adequado; disse que votará contra; quanto ao seu voto contrário aos outros requerimentos não se trata de um voto contra o pedido de informações, mas sim pelo fato de ter sido informado a ele e ao Vereador Sérgio que qualquer tipo de requerimento está à disposição na Prefeitura a ser respondida na hora. O Vereador Sérgio Mota disse haver entendido a justificativa dos vereadores mas mantém o requerimento porque este é o papel dos vereadores e da Câmara; disse que ainda que seja uma questão, como colocada pelos Vereadores, de necessidade da Prefeitura e normal e natural aos olhos inocentes ou despreocupados, não é assim pois acaba privilegiando o proprietário com o desaterro; disse que o correto, por lei, seria que a Prefeitura buscasse a forma de adquirir esse terreno em documento, ainda que fosse uma doação; disse que seu requerimento é para obter uma informação formal do Executivo sobre a maneira como foi acordado ou contratado para a exploração da área com a retirada de terra para atender às necessidades da administração; pediu aos colegas que entendam a sua colocação e que esse é o papel dos vereadores, que inclusive são questionados pelos cidadãos e devem lhes passar informações corretas e isentas. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis discordou do Vereador Sérgio Mota e perguntou onde é o desaterro. Obtendo o esclarecimento, o Vereador Maurílio disse que continua sendo contrário ao requerimento porque a burocracia às vezes atrapalha as coisas, uma vez que o Prefeito precisa da terra e o proprietário não está sendo beneficiado e não pediu para retirar a terra, mas apenas tendo boa vontade em deixar retirar a terra; disse não ver necessidade da assinatura de um contrato e de seguir uma burocracia que somente atrasará o serviço. O Vereador Antônio Dias de Oliveira disse ver uma vantagem no fato de não precisar atravessar a rodovia para pegar a terra. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que vê uma questão até simples, mas realmente seria melhor para a Prefeitura se existisse um documento do proprietário do terreno doando a terra à Prefeitura, porque se futuramente for construída uma casa no local o povo achará que o desaterro foi em função disso; disse ter dúvida quanto à necessidade do requerimento. Colocado em votação, o Requerimento nº 48 foi rejeitado por 07

(sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; recebendo 01 (um) voto favorável do Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 158: Providências na Rua Jurista Serrano Neves; b) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 179: Colocação de placas indicativas com o sentido dos bairros, do centro e de outros locais de referência; 2) Indicação nº 180: Asfaltamento ou cascalhamento em trecho da Av. Manoel Fernandes; c) do Vereador Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 169: Providência na Rua José Vieira Soares; d) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 181: Academias ao ar livre na zona rural; 2) Indicação nº 182: Regulamentação da lei do Vale Cultural; 3) Indicação nº 183: Implantação de pedágio em via municipal; e) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 172: Construção de ponte de concreto nos Granatos; f) dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 171: Asfaltamento de vias; g) dos Vereadores Túlio Mota Salgado, Paulo Henrique da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 170: Passagens elevadas para pedestres no bairro Jardim América. Sobre a Indicação nº 181, o Vereador Sérgio Mota disse que a fez pela boa repercussão que tiveram as academias ao ar livre, sendo que as comunidades rurais questionam o motivo de não serem contempladas e que existem meios e caminhos para isso. O Vereador Túlio Mota Salgado parabenizou ao autor e disse que gostaria de saber o motivo da academia ter sido assentada dentro do campus do Instituto Federal, sendo que haveria um local para favorecer mais ao povo, inclusive na entrada para a residência da família do sr. Lao ou perto do “matadouro” da Prefeitura. O Vereador Sérgio Mota disse que também se questionou o motivo da academia ter sido instalada num espaço da administração federal. O Vereador Jorge Luís Martins Soares parabenizou ao Vereador Sérgio e disse que também está sendo cobrado sobre isso; comentou que fez indicação solicitando uma academia no Lindo Vale e a explicação que teve sobre o local da instalação foi de que não havia um terreno público e que o espaço do “matadouro” não poderia porque existem outros planos, tendo sido então recorrido ao diretor do campus do Instituto Federal e o espaço cedido; o Vereador Jorge manifestou a sua insatisfação porque desejava a academia instalada na vila do Lindo Vale, apesar de a mesma estar muito bem usada pelos moradores da vila. O Vereador Sérgio Mota disse que ouviu as pessoas dizerem que se sentem inibidas em usar a academia no lugar onde foi instalada por ser um espaço público mas de responsabilidade do Instituto Federal. O Vereador Sérgio Mota falou também sobre a conquista do trabalhador que representa a Lei do Vale Cultural (Indicação nº 182). Com referência à Indicação nº 183 disse que as reclamações são muitas quanto ao trânsito intenso de veículos pesados na citada região. A Vereadora Maria do Carmo disse que presencia a passagem de carretas por aquelas estradas. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que não se pode proibir o trânsito pelas estradas e que sugeriu ao sr. Prefeito a colocação de placas com o peso máximo suportado pelas pontes, porque o prejuízo ao município será grande. A Vereadora Maria do Carmo disse que a passagem de caminhões pesados dentro da cidade também causa

prejuízos. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que apresentará, junto com o Vereador Paulo, um projeto de lei sobre as marquises, o qual ficará à disposição de todos os vereadores para assinarem juntos. O Vereador Sérgio Mota disse que é preciso analisar diversas questões inseridas no Código de Posturas, como as calçadas que não atendem às normas de acessibilidade. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que existe uma arquiteta analisando a questão dos passeios da Av. Dr. José Neves e da Praça Dr. Último de Carvalho. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis recordou que, no ano passado, indicou as rampas de acesso em diversos pontos do centro. O Vereador Túlio Mota Salgado parabenizou ao Vereador Romeu por haver conseguido a implantação do semáforo na Av. Dr. José Neves; quanto ao Bairro Jardim América, disse que o trânsito da rodovia será travado se for instalado semáforo naquele cruzamento, de modo que está indicando passagens de pedestres. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que em 2012 tentou insistentemente a reforma da antiga Escola Rural de Gonçalves, onde a comunidade se reúne para celebrações; comentou que, mesmo sendo um Vereador da comunidade, o sr. Prefeito não atendeu ao pedido, mas agora a Vereadora Maria do Carmo indicou e o Prefeito prontamente atendeu. A Vereadora Maria do Carmo disse que pegou o funcionário da Prefeitura, Juscélio, e mais um outro e os levou até o lugar porque recentemente havia quarenta pessoas reunidas para a missa e não tiveram como entrar, o que não é correto; comentou que não pediu ao Prefeito, mas levou diretamente os funcionários da Prefeitura. O Vereador Maurílio parabenizou à Vereadora Maria do Carmo e ao sr. Prefeito pelo trabalho realizado. O Vereador Túlio Mota Salgado pediu que a Assessora Jurídica da Câmara analise e interprete o significado do art. 5º da Lei Orgânica Municipal, verificando se enquadram na situação a Copasa e a Energisa; comentou que tem em vista a possibilidade de tais recursos serem usados para reduzir a cobrança da contribuição da iluminação pública e das tarifas de esgoto. A Assessora Jurídica, dra. Vânia Maria Barros Saraiva, disse que irá estudar o assunto. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que os Vereadores precisam lutar por esse direito municipal. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

POR UM LAPSO, ESTA FOLHA FOI SALTADA,  
CONSTANDO “EM BRANCO”.

**Ata da Quinta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezessete horas e quinze minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e treze, conforme convocação regularmente feita através do Ofício nº 53/2013-PC-Circular, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão anterior (12ª sessão ordinária, de 15/08/2013). Colocada em votação, a referida ata foi aprovada por unanimidade. Então, a sra. Presidente passou à Ordem do Dia, quando foi lido o Projeto de Lei nº 1.548/2013, do Executivo, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 1.427/2013, referente remuneração, carga horária semanal, quantidade e a função pública do médico e dá outras providências. Estava presente no recinto o Dr. Douglas Chaves Gomes, Secretário Municipal de Negócios Jurídicos, à disposição para prestar informações sobre o projeto lido. O Vereador Sérgio Mota disse que o seu questionamento, para que também Câmara refletisse, não era técnico, mas sim relacionado ao tratamento de pessoas com problemas psicológicos, preocupando-se que o paciente possa ter o seu tratamento dividido entre dois médicos, o que dificulta o tratamento por quebrar a relação de confiança médico-paciente; o Vereador Sérgio pediu que os vereadores avaliassem esta questão mais do que o lado puramente técnico do projeto. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que procurou se informar e soube cada médico fará de tudo para que o paciente retorne no seu período de atendimento, para que não aconteça o que foi salientado pelo Vereador Sérgio. O Vereador Túlio Mota Salgado concordou com as colocações dos dois vereadores e disse que o Secretário Municipal de Saúde deve se preocupar com isso e acompanhar a prestação do serviço dos médicos. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse concordar com o levantamento feito pelo Vereador Sérgio e disse que os próprios médicos terão essa delicadeza; fez suas as palavras da Vereadora Maria do Carmo. O Vereador Romeu Moreira Batista achou pouco o valor da remuneração do médico, o que dificulta despertar o interesse dos profissionais. O Dr. Douglas Chaves Gomes disse que o médico selecionado desinteressou-se por assumir o cargo e, na segunda convocação, não houve interessados, sendo a maior dificuldade a carga horária. O Vereador Romeu Moreira Batista perguntou se o Prefeito não poderia enviar projeto aumentando o salário do médico. O Dr. Douglas disse que o valor repassado pelo Governo Federal é para pagar pessoal e manter o Caps em funcionamento, inviabilizando aumentar o salário; disse que esta situação não acontece somente em Rio Pomba. O Vereador Sérgio Mota disse que é preciso considerar a proporcionalidade do salário em razão da carga horária, o que geraria um salário de dezesseis mil reais para quarenta horas semanais. O Vereador Sérgio Mota perguntou se a já Prefeitura tinha ou tem os dias e horários definidos para cumprimento dos médicos. O Dr. Douglas comentou que os médicos atenderão alternadamente nos dias definidos pela Prefeitura, de forma a abranger a semana toda ou quase toda, dependendo também da demanda de pacientes. O Vereador

Sérgio Mota perguntou qual a possibilidade de reduzir a carga horária e aumentar o valor do salário, para tornar mais atrativo o cargo. O Dr. Douglas disse que o Caps funciona através de recursos federais e que os gastos devem estar dentro do orçamento; comentou que o processo será amplamente divulgado. O Vereador Sérgio Mota questionou como o Governo Federal faz um convênio com os municípios restringindo gastos com salários de médicos se o país vive um momento em que se discute a necessidade de mais médicos para a população. O Dr. Douglas respondeu que dentro do orçamento estabelecido o município tem que pagar o médico, o psicólogo, a assistente social, o coordenador, os técnicos necessários, o pessoal da faxina e a manutenção do Caps; disse que se poderia colocar o médico com um valor mais alto, mas o orçamento foi o Governo Federal quem definiu. O Vereador Sérgio Mota perguntou se, na hipótese de não conseguir os médicos, a Prefeitura enviará outro projeto solicitando dotação orçamentária municipal, ou se existem outros mecanismos para resolver a questão. O Dr. Douglas respondeu que será necessária a complementação com recursos próprios. Não havendo mais comentários, foi lido o Requerimento nº 49, da Mesa Diretora, requerendo o regime de urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.548. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Obras e Serviços Públicos Municipais. O parecer foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.548. Então, a sra. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.548 no próprio expediente, conforme autorização plenária. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.548 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. A sra. Presidente convocou todos os vereadores para uma sessão extraordinária a se realizar no dia 26 (vinte e seis) de setembro do corrente ano, às 19h00 (dezenove) horas, com a finalidade única de entregar as moções de aplausos aprovadas neste ano. A sra. Presidente disse que a entrega de moções de aplausos nas sessões ordinárias não está sendo o ideal, porque os vereadores não podem parar os trabalhos legislativos para cumprimentarem adequadamente aos homenageados e também os familiares e amigos ficam impossibilitados de congratularem-se. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezessete horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Décima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas do dia cinco de setembro de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (05ª sessão extraordinária, de 26/08/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foram lidas as seguintes correspondências recebidas: a) convite para o Festival de Poesias; b) convite para a comemoração do 07 de setembro. Após foi lido o veto integral ao Projeto de Lei nº 1.546, que denomina rua com o nome de Major João Baptista Coelho. A sra. Presidente da Câmara disse que o veto já está com a Comissão de Legislação e que será votado na próxima sessão. Com relação ao veto, o Vereador Sérgio Mota disse que o processo judicial de interdição de áreas ao longo da Rua Juvenal Pena ainda não está concluído, mas que o seu conteúdo não trata do objetivo do projeto de lei que é de batizar uma rua que é a antiga estrada de Passa-Cinco existente há mais de cem anos; comentou que o processo que está correndo no Ministério Público trata de intervenção para construções e não trata sobre denominação de ruas, sendo que o fato de dar o nome a uma rua não significa que ali haverá construção, posteamento e calçamento; salientou que ali é o acesso que a comunidade tem quando em períodos de muita chuva e as margens do rio Pomba ficam cheias, porque lá não tem inundação e serve de acesso para entrada e saída ao bairro; pediu que a Câmara procure se inteirar e que a Assessora Jurídica se manifestasse, porque o veto fala em intervenção em construções; pediu que as comissões analisem o assunto com isenção e que façam o enfrentamento das razões do veto com argumentos. A sra. Presidente pediu que a Dra. Vânia fizesse uma breve argumentação sobre o que ela já apurou do assunto. O Vereador Romeu Moreira Batista, como Presidente da Comissão de Legislação, disse que gostaria da presença da Assessora Jurídica na reunião da comissão quando esta for analisar o veto; disse que agora o veto foi encaminhado à Comissão de Legislação e que agora quem está mandando é ele, Vereador Romeu, como Presidente da Comissão; segundo o seu entendimento, o Vereador Romeu disse achar que o veto nada tem a ver com o projeto, apesar de ainda não tê-lo estudado por não ter chegado à comissão, e que agora a comissão se reunirá; pediu que o Vereador Sérgio passasse à comissão os dados do processo que obteve. O Vereador Sérgio Mota concordou e disse que esse é o trâmite do processo nesta Casa. A Assessora Jurídica disse que o processo tem mais de seiscentas páginas e que viu a liminar concedida; disse que o Presidente da Comissão de Legislação pode marcar a reunião e avisá-la para que possa comparecer. Seguindo na pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.549, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que acrescenta inciso no Código de Posturas, Lei nº 934/94, referente ao trânsito municipal. A autora disse que foi procurada por moradores da zona rural e falou sobre o perigo do vão central dos mataburros. A sra. Presidente determinou a tramitação dessa proposição e o encaminhou para análise das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e

Obras e Serviços Públicos Municipais. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que os mataburros doados pelo governo do Estado já vêm com o vão central fechado. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.550, do Executivo, que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial e dá outras providências (Programa Família Acolhedora). A Mesa Diretora apresentou o Requerimento nº 52, para a concessão do regime de urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.550. Votado, o Requerimento nº 52 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Por sua vez, esta comissão emitiu, pela unanimidade dos seus membros, parecer favorável à proposição. Então, com a permissão plenária, o Projeto de Lei nº 1.550 foi colocado em única discussão no próprio expediente. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.550 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.551, do Executivo, que concede isenção dos tributos que menciona e dá outras providências. Após, foi lido o Requerimento nº 50, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.551. O Vereador Romeu Moreira Batista disse achar a isenção de impostos mais do que justa para atrair indústrias para a cidade e perguntou se a isenção é apenas para quem está adquirindo ou também para as empresas já instaladas. A Vereadora Maria do Carmo disse que apenas para quem adquirir lotes agora, funcionando como um incentivo à vinda de empresas. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que tem participado de palestras onde se fala da necessidade de apoiar as novas empresas, mas que a prioridade deve ser dada às empresas já fixadas nos municípios, para que possam criar empregos, ao contrário de novas empresas que usam dos benefícios concedidos e, no final do tempo, podem não dar conta de continuar o negócio e fecham; citou como exemplo seu irmão que tem um laticínio na zona rural onde emprega sessenta funcionários diretamente e a estrada está uma vergonha, danificada pelas chuvas, sendo que basta apenas um cascalhamento na estrada; comentou que se um caminhão se quebra pelo mau estado da estrada o prejuízo é todo do empresário; o Vereador Maurílio concluiu dizendo ser possível ajudar os novos empresários mas que é necessário ajudar também os que já estão instalados, fazendo a parte que cabe à Prefeitura como a manutenção das estradas rurais. A Vereadora Maria do Carmo disse que falou com o Assessor Jurídico da Prefeitura o mesmo que foi dito pelo Vereador Maurílio. O Vereador Jorge Luís Martins Soares concordou com o Vereador Maurílio por ser um chamativo para o Distrito Industrial e sugeriu que os vereadores verificassem o que pode ser feito para um maior apoio no escoamento da produção rural. O Vereador Antônio Dias de Oliveira disse que todas as regiões rurais precisam da manutenção nas estradas para receberem mercadorias e escoarem a produção. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que os produtores rurais precisam apenas de estradas boas; comentou que foi feito um serviço mas faltou a técnica de se molhar a terra com o trator-bauer para compactá-la e também de refazer o escoamento das enxurradas; citou como exemplo a região rural onde tem propriedade cuja situação está absurda. Votado, o Requerimento nº 50 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Sérgio Mota disse que a Prefeitura recebeu os lotes do Distrito Industrial através de convênio com a Codemig e que foram passados em escritura ao valor de oito reais o metro



quadrado; disse ter informações de pessoas que adquiriram terrenos no Distrito Industrial ao preço de doze ou treze reais o metro quadrado; comentou que a Prefeitura adquiriu por oito reais, publicou um edital para comercializá-los com o lance mínimo de trinta reais e manda à Câmara um projeto de lei de isenção de impostos; comentou que a Prefeitura está promovendo uma supervalorização de 270% no valor do metro quadrado e envia à Câmara um projeto de lei de isenção de IPTU e ISS por um período de cinco anos, mas na verdade a Prefeitura já está tirando daquela indústria que venha a se instalar; disse que gostaria de ser convencido de que esse é um projeto que atrai indústrias porque acha existir um equívoco muito grande, pois se registrou em cartório a oito reais o metro e podem ter havido custos que elevaram seu valor a dez ou quinze reais, mas a trinta reais dá a transparecer que a Prefeitura está tentando tirar lucro disso aí e vem com um discurso de isenção de impostos enquanto deveria era ver os custos e apenas repassá-los, pois aí estaria fazendo uma política de atração aos empresários; disse entender esse projeto como demagogia, pediu que o mesmo não seja aprovado e que seja revista a questão do edital de licitação que está em andamento, porque ele fere os interesses do empresário de bem que quer investir em Rio Pomba; perguntou se os vereadores já fizeram um levantamento do quanto o município vai arrecadar com a venda dos lotes e onde vai aplicar os recursos, pois com a venda dos lotes a lances mínimos de trinta reais gerará uma receita de dois milhões de reais ao município; perguntou onde está o compromisso desses recursos firmado num projeto enviado à Câmara; disse que os vereadores devem ter responsabilidade no cumprimento do seu papel, buscarem informações, saberem o que estão votando e o que vai acontecer depois; pediu que o projeto fique em tramitação porque fere os interesses do município; disse também que a Prefeitura não apresentou à Câmara o quanto fez de renúncia fiscal à Codemig quando recebeu os lotes; por tudo isso, o Vereador Sérgio Mota disse ser contra o projeto, faltando transparência e debate; disse ser a favor de se criar condições para o empresário investir e de criar políticas de incentivo às empresas já existentes; disse que esse projeto não é política de atração de indústrias, mas sim de fortalecimento do caixa da Prefeitura com discurso para cima da Câmara; pediu que os colegas tenham sensibilidade e dêem a tramitação do projeto, que é uma escandalosa e escancarada falta de transparência. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis salientou que a Codemig doou os terrenos à Prefeitura sem custo, e que se ela está jogando o valor a trinta reais são trinta reais que ela está ganhando; disse que se a Câmara deixar de votar ou votar contra o projeto será muito pior, e que se o Prefeito colocou a trinta reais o valor do metro quadrado ele tem os seus motivos. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que na sua opinião os terrenos não deveria ser vendidos, mas sim doados às empresas com o compromisso de gerarem um número determinado de empregos em Rio Pomba; lamentou que a comissão não esteja tendo tempo para analisar e falou da importância da sua função. A sra. Presidente disse que fez o compromisso consigo mesma de que todos os projetos que vierem com pedido de urgência sejam explicados aos vereadores pelo assessor jurídico da Prefeitura. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que a Presidência da Câmara tem que deixar as comissões trabalharem com tempo; comentou que a Presidência tem o seu direito de consultar

a assessoria para dar entrada nos projetos, mas que as comissões não estão tendo tempo, e lembrou que, quando era Presidente da Câmara, consultava a assessoria jurídica da Câmara e não da Prefeitura. A sra. Presidente disse que em se tratando de projetos do Executivo o assessor jurídico dele tem mais condições de apresentá-lo aos vereadores. O Vereador Sérgio Mota disse que não tem como os vereadores serem convidados de última hora para essas reuniões com o jurídico. Então, a sra. Presidente solicitou o parecer conjunto das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; e Obras e Serviços Públicos Municipais. O parecer conjunto foi favorável ao Projeto de Lei nº 1.551; exceto o Vereador Sérgio Mota que se manifestou contrário ao projeto, na condição de relator da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. O Vereador Romeu Moreira Batista, na condição de Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, manifestou-se favorável ao projeto mas desejoso de mais prazo para analisá-lo. Com a permissão plenária, o Projeto de Lei nº 1.551 foi colocado em votação, ainda no expediente, e aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; recebendo o voto contrário do Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 51, do Vereador Romeu Moreira Batista, requerendo informações sobre licenciamento de construção. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que essa obra, como várias outras, precisa obter a aprovação porque se a Prefeitura permitiu a construção ela tem condições de dar o documento final e as construções à beira do córrego não foram paralisadas até hoje; pediu o voto favorável dos colegas. Votado, o Requerimento nº 51 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 07, do Vereador Túlio Mota Salgado, de aplausos a Vander Gonçalves Carvalho. O autor falou sobre esta e outras moções que apresentou valorizando as pessoas que incentivam a prática do esporte na cidade. Votada, a Moção nº 07 foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 16 – 2ª edição: iluminação na vila existente junto à Av. Djanira Lucas Esteves; 2) Indicação nº 174: aquisição de plantadeira; 3) Indicação nº 176: implantação do Programa Minas Leite; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 177: instalação de redutores de velocidade; 2) Indicação nº 178: providências no trânsito da “Pedreira”; 3) Indicação nº 186: edificação da Praça do Compromisso; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 188: redutor de velocidade na Rua Domingos Inácio; 2) Indicação nº 190: itinerário do ônibus urbano no Loteamento Panorama; d) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 184: instalação de recipiente para depósito de lixo; 2) Indicação nº 185: visualização de quebra-molas; e) dos Vereadores Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 189: coleta de lixo no Panorama. O Vereador Túlio Mota Salgado pediu a palavra para falar sobre a manutenção das estradas rurais e lembrou que já fez indicação ao sr. Prefeito para a designação de um servidor responsável por cuidar da zona rural ou o próprio sr. Dezinho, porque este está sobrecarregado de tarefas e não dá conta, ensejando

muitas críticas; sugeriu que todos os vereadores assinem ofício levando esse pedido ao sr. Prefeito. O Vereador Romeu Moreira achou válida a ideia de que todos os vereadores assinem os pedidos mais necessários, para que o sr. Prefeito as veja como prioridade. A Dra. Vânia Maria Barros Saraiva pediu a palavra para informar que verificou sobre o que trata o art. 5º da Lei Orgânica Municipal, conforme solicitado pelo Vereador Túlio em sessão anterior; ela disse que esse assunto está previsto na Constituição Federal e que existe uma lei federal regulamentando, apenas não conseguindo verificar sobre alguns fatores ligados ao faturamento das empresas exploradoras dos recursos hídricos para saber o quanto elas devem destinar às esferas governamentais; disse que averiguará mais durante esta semana, por ser possível que o município receba recursos sim. O Vereador Sérgio Mota repassou informações sobre moradia popular que o município de Rio Pomba foi contemplado, através da Associação dos Sem Casa. Sobre este assunto houve debates. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas e dez minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (13ª sessão ordinária, de 05/09/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Seguindo, foi lido convite do Grupo de Neuróticos Anônimos para comemoração dos seus 20 anos, sendo solicitada a presença de pelo menos um representante da Câmara, assim como de cada entidade riopombense. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.552, do Executivo, que dispõe sobre o parcelamento de débitos no âmbito da Fazenda Municipal, e dá outras providências. A sra. Presidente encaminhou este projeto às comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Os Vereadores Sérgio Mota e Maurílio Rodrigues dos Reis disseram que gostariam que o projeto permanecesse tramitando para melhor analisá-lo e solicitaram cópias do mesmo. Após, foi lida a Moção nº 08, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, de aplausos a Verônica de Paula de Almeida. Votada, a Moção nº 08 foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 173: calçamento de ruas no loteamento Recanto das Gerais; 2) Indicação nº 175: criação do passe estudantil; 3) Indicação nº 195: sinal de internet na zona rural; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 187: providências no serviço de varrição; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 198: reserva de vaga em frente às farmácias; 2) Indicação nº 200: guarita na entrada do distrito industrial e próximo do Rotary Club; 3) Indicação nº 201: passagens elevadas para pedestres na Rua Tomé Borges; d) do Vereador Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 202: monumento aos pracinhas riopombenses da Força Expedicionária Brasileira; e) dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 193: instalação de redutor de velocidade; 2) Indicação nº 196: asfaltamento de vias e outras providências; 3) Indicação nº 197: providências nas escolas municipais. Às dezenove horas e quarenta minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos o Parecer nº 05, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, referente ao veto ao Projeto de Lei nº 1.546/2013, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 149, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que mantém veto ao Projeto de Lei nº 1.546/2013. A sra. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 149. O Vereador Sérgio Mota disse que, na reunião da Comissão de Legislação, o Vereador Túlio Mota Salgado esteve presente e isso não constou no Parecer nº 05. O Vereador Romeu Moreira Batista, Relator do Parecer, disse que se constou os nomes da assessora jurídica e dos autores do projeto de lei, não sendo necessário constar nomes de outros vereadores que estivessem presentes na reunião da comissão. O Vereador Sérgio Mota disse que a rua denominada pelo projeto de lei não está interdita, e sim a Rua Cel. Juvenal Pena, na sua extensão,

para qualquer tipo de construções, e citou que na interdição não se fala em infraestrutura e de denominação de ruas; disse que nomear a rua até facilita em qualquer discussão que se referir àquela região, quando utilizar-se-á especificamente o nome de Rua Major João Baptista Coelho; leu as decisões constantes da liminar judicial e salientou que se referem às construções localizadas antes da ponte sobre o rio Pomba, objeto de processo do Ministério Público em função do avanço do rio em direção às residências; disse que o Juiz irá proferir uma decisão com relação à questão do corte do rio, no processo nada constando sobre nomeação de rua, que é o objeto que se discute, do veto do Prefeito e do projeto de lei; disse que muitos vereadores já têm clareza disso e pediu que todos com isenção no veto e pelo que está no processo judicial, onde não se fala que está proibida a denominação de ruas; lembrou que o ex-Prefeito, Giovani Baía, e também o atual fizeram obras de infraestrutura no local, o que deixa claro que o projeto de lei é totalmente correto; pediu que os vereadores votem contra o veto, não por ser pessoal contra o Prefeito, mas sim porque é legítima a denominação da rua. O Vereador Romeu Moreira Batista agradeceu aos autores pela homenagem feita ao Major João Baptista Coelho, com toda a sua biografia apresentada, mas comentou que não tinha conhecimento do que estava ocorrendo na Justiça; disse que a assessora jurídica da Câmara acha por bem esperar a decisão judicial; o Vereador Romeu disse que tem a mesma opinião, sendo que futuramente ficando decidido que a área está livre o projeto pode ser trazido novamente à Câmara para ser prontamente aceito, mas hoje é favorável ao veto pelo andamento do processo judicial; registrou não ter nada contra o nome sugerido ou aos seus descendentes; tanto que a Câmara aprovou o projeto unanimemente; pediu aos vereadores que mantivessem o veto para se aguardar a decisão judicial. O Vereador Túlio Mota Salgado disse discordar do Vereador Romeu porque o processo trata somente das residências localizadas antes da ponte; disse ter certeza de que pode se denominar o local por não interferir em nada, inclusive ora nenhuma é citado na liminar judicial a proibição de se denominar; disse que votará contrário ao veto. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que inicialmente achou estranho o veto, mas não sabia corretamente da história; agora, vendo o parecer da assessora jurídica, da comissão de legislação e a explicação do que foi dito, não pode votar contra o veto; disse que a homenagem é merecida e assumiu o compromisso de colocar o mesmo nome na via após solucionada a questão, mas não pode votar contra o parecer jurídico e da comissão. O Vereador Sérgio Mota disse que os argumentos dos vereadores favoráveis ao veto não estão embasados no que diz o processo judicial, porque este proíbe a concessão de alvarás para construção e loteamento, e em momento algum proíbe a denominação de rua; salientou que o processo se restringe à região onde o rio Pomba faz uma curvatura e existem residências e que o decreto do ex-Prefeito mantém a decisão judicial e a estende ao longo da Rua Juvenal Pena para construções e loteamentos; disse que não há nada no processo que se refira à rua denominada no projeto e é preciso ter clareza de que se está votando apenas isso. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que, além de denominar a rua, estava-se tentando resolver a falta de iluminação pública e de energia elétrica naquela rua, onde já existe uma obra prestes a ser inaugurada e ainda outra. O Vereador Sérgio Mota disse que o projeto trata de denominar a rua e

que as questões de infra-estrutura não são discutidas no projeto; antecipou o seu voto como inteiramente favorável caso venha à Câmara a discussão da infra-estrutura e iluminação no local, não só pelas construções citadas pelo Vereador Maurílio, mas pelo fato da rua ser de uso da comunidade do bairro Estação. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a denominação da rua está ligada à colocação da energia elétrica e que o pessoal da Estação precisa daquela rua, mas têm uma saída por cima; comentou que quando o projeto veio as pessoas que conversaram com ele disseram que, além da denominação, seria também para resolver o problema da iluminação em vista dos imóveis dos srs. Tezinho e Marcone; disse que não está em poder da Câmara liberar a colocação de iluminação pública, pois a decisão está no Judiciário; comentou que não concorda com a interdição da rua denominada e do final da rua principal; disse que o problema precisa ser resolvido da melhor maneira possível, negociando com o sr. Prefeito, colhendo um abaixo-assinado ou os vereadores dirigindo um ofício ao Juiz pedindo a liberação da parte alta. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que a prova de que a rua não está na área interditada são as duas construções existentes nela. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que o decreto do ex-Prefeito prejudicou muito, inclusive a uma proprietária de terreno que precisava vendê-lo; comentou que o sr. Prefeito está lutando pela liberação daquela área, porque a preocupação são as casas de antes da ponte. Encerrada a discussão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 149 foi colocado em votação nominal e aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; recebendo 03 (três) votos contrários dos Vereadores: Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado e Sérgio Antônio Mota Furtado. Seguindo os trabalhos, foram lidos o Parecer nº 4, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, ao Projeto de Lei nº 1.549, e o Parecer nº 1, da Comissão de Obras e Serviços Públicos, ao Projeto de Lei nº 1.549. Então, a sra. Presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.549, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que acrescenta inciso no Código de Posturas, Lei nº 934/94, referente ao trânsito municipal. Os Vereadores Maurílio Rodrigues dos Reis e Romeu Moreira Batista opinaram pela votação hoje mesmo. A autora, Vereadora Maria do Carmo, apresentou o Requerimento nº 53, para a concessão do regime de urgência simples ao Projeto de Lei nº 1.549. Votado, o Requerimento nº 53 foi aprovado por unanimidade. Então, encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.549, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Terminadas as proposições, a sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo, disse que a Câmara Municipal tem um terreno para construir a sua sede e precisa muito de sua sede definitiva, pois atualmente se paga aluguel; disse que pretende iniciar a construção, não de forma rápida, mas dar o início às providências. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a sra. Presidente deve ver bem sobre isso, inclusive com o Prefeito, porque se este não concordar o orçamento da Câmara não dá para construir. A sra. Presidente disse que já conversou e a Câmara não será construída em um ano, mas inicialmente será comprado algum material e disse que não tem a vaidade de concluir a sede na sua gestão, podendo ficar para o próximo Presidente

continuar ou concluí-la, até para o município não ficar prejudicado pelo gasto financeiro; sugeriu que outras Câmaras sejam visitadas e lembrou que o atual espaço pode ser solicitado pelo locador. O Vereador Sérgio Mota apoiou a iniciativa da Presidente e a prudência que ela está anunciando, e disse que a Câmara já alongou demais essa decisão, pois já deveria ter iniciado a obra; achou o aluguel caro e disse que a Câmara tem o lote e deve fazer um projeto bem elaborado. O Vereador Sérgio Mota denunciou um fato ocorrido no prédio da Escola Municipal Damiões de Monte Alegre, hoje desativada, e no posto de saúde, tratando-se do arrombamento do posto de saúde, com a entrada dos assaltantes por uma janela para roubar alguns aparelhos do posto de enfermagem e do médico, bem como medicamentos, acontecendo também a quebra de vidros da escola; disse que recebeu esta informação hoje e sabe que a Polícia fez a ocorrência, tendo recomendado que a associação do Monte Alegre retire os computadores, impressoras e mobiliários que ficam guardados numa sala, a qual não foi arrombada; porém, disse o Vereador Sérgio que esses equipamentos não podem ser retirados e ficarem em posse de um particular porque são do Governo Federal, cedidos à comunidade; solicitou que o sr. Prefeito tome providências urgentes para inibir a ação desses vândalos porque, se acontecer alguma coisa, será necessário fazer uma ocorrência na Polícia Federal por causa dos equipamentos do governo; comentou que vem acontecendo problemas naquela região também por pessoas da cidade que vão para lá usar drogas e praticar outros atos, além de moradores da própria comunidade de Monte Alegre; disse o Vereador Sérgio não saber afirmar quem são as pessoas que arrombaram, mas que o Executivo não pode se omitir a isso e fazer valer a parceria com a Polícia Militar para bem proteger o patrimônio público. A sra. Presidente lembrou que na próxima quinta-feira haverá a sessão extraordinária para a entrega das moções de aplausos. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse apoiar a Presidência da Câmara na construção da sede, mas disse ser algo muito difícil e que foi perdida uma oportunidade quando ele, na Presidência, esteve comprando uma casa aqui no centro, hoje a Câmara já estando instalada. A sra. Presidente disse que se pode enfrentar as dificuldades com o apoio de todos os vereadores. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e horas e trinta e três e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Sexta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas e quinze minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e treze, conforme convocação regularmente feita na sessão ordinária de vinte e seis de agosto do corrente ano, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à ordem do dia com o objetivo de entregar as moções de aplausos aprovadas em 2013. A sra. Presidente da Câmara fez saudação aos presentes. Após, foram lidas mensagens enviadas pelos srs. Prefeito e Vice-Prefeito, justificando sua impossibilidade de comparecerem e cumprimentando os homenageados. Os homenageados da noite foram: Jacilene Vidal Silveira (Moção nº 01, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes), Dra. Angelita Lucas Garcia (Moção nº 02, do Vereador Jorge Luís Martins Soares), Carpegiani de Paula Martins (Moção nº 03, do Vereador Jorge Luís Martins Soares), Sílvio Vicente de Oliveira (Moção nº 04, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes), Romeu Gonçalves de Paiva (Moção nº 05, dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes), Vander Gonçalves Carvalho (Moção nº 07, do Vereador Túlio Mota Salgado) e Verônica de Paula de Almeida (Moção nº 08, do Vereador Jorge Luís Martins Soares). O sr. Júlio César Moreno não compareceu. À medida em que foram lidas as moções, seguindo a sua ordem numérica, os autores se pronunciaram e entregaram as moções aos homenageados. Da sua parte, os homenageados discursaram em agradecimento. Finalizando, a sra. Presidente da Câmara pronunciou-se pela Câmara Municipal. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado



**Ata da Décima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas do dia três de outubro de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (14ª sessão ordinária, de 19/09/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a sra. Presidente colocou em discussão a ata da sessão extraordinária anterior (06ª sessão extraordinária, de 26/09/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Após, foi lido telegrama da Câmara Municipal de Ubá sobre o Dia do Vereador. Conforme prévia aprovação, a sra. Presidente da Câmara solicitou a leitura da Moção nº 06, de aplausos a Júlio César Moreno, a qual foi feita pelo autor, Vereador Túlio Mota Salgado. Após, foi entregue a moção ao homenageado, que recebeu a salva de palmas. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara dos meses de julho e agosto de 2013. Passando às proposições, a sra. Presidente comunicou que continuaria tramitando o Projeto de Lei nº 1.552, do Executivo, que dispõe sobre o parcelamento de débitos no âmbito da Fazenda Municipal, e dá outras providências, já encaminhado às comissões e em estudo pelos vereadores. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 194: busto de Alcides Marangon Macedo; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 191: instalação de redutor de velocidade; 2) Indicação nº 192: alargamento do passeio defronte o fórum; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 206: iluminação pública na Av. do Contorno; 2) Indicação nº 207: ponto de internet na Estação; 3) Indicação nº 208: cesto de lixo na Praça Vereador Mundico; d) dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 199: indicações das divisas da zona rural; 2) Indicação nº 203: passagens elevadas para pedestres próximo do ginásio; 3) Indicação nº 204: queima de fogos do reveillon no Belvedere. Após, a sra. Presidente solicitou a leitura do Ofício nº 03/2013-MD, dirigido ao Comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar, sobre aumento do efetivo do Pelotão de Rio Pomba. A sra. Presidente disse que os vereadores que desejassem poderiam subscrevê-lo. O Vereador Sérgio Mota pediu a palavra e pediu o apoio da Câmara com relação à Lei nº 1.418/2012, que aprovou o custeio do serviço de iluminação pública no município; disse que reiteradas vezes tem recebido reclamações da população quanto à cobrança da iluminação pública, num sentimento de indignação da população; comentou que, por outro lado, percebe-se várias reclamações de ruas com postes apagados; seguiu dizendo que, diante dessas questões e de um número expressivo de pessoas cobrando um posicionamento da Câmara e dele, como Vereador, pela revogação da lei, começou a articular a forma de fazer a discussão dessa lei na Câmara, e concluiu que a forma seria um projeto de lei de iniciativa popular; assim, o Vereador Sérgio convocou os vereadores a ajudarem a fazer essa discussão e a apoiar a iniciativa; anunciou que, a partir dessa semana, começará a

colher assinaturas, conforme determina a Lei Orgânica e o Regimento Interno, para um projeto de iniciativa popular revogando a Lei nº 1.418 e, portanto, a cobrança da iluminação pública; disse que é um momento em que se estará ouvindo a sociedade e fazendo um levantamento para ver se de fato existe essa demanda e haverá a adesão na coleta mínima de assinaturas. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que ultimamente não tem sido cobrada pela população sobre esse assunto; comentou que tem pedido iluminação para vários lugares e conseguido muitas instalações e trocas de lâmpadas; disse que, quando as pessoas lhe questionam, ela explica que existem ainda muitas ruas a serem iluminadas e que é através dessa taxa que será feito. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que no começo foi muito cobrado nas ruas, às vezes até por pessoas que não entendem o que é a contribuição para iluminação pública, que ele foi explicando e agora até que não tem sido mais abordado sobre o assunto; disse que participou de audiências em Juiz de Fora e Cataguases e comentou que essa cobrança não é apenas um dinheiro a mais para o município, mas sim porque a partir de 2014 o município será responsável por todo o custeio da iluminação pública, conforme decisão da ANEEL que respaldou a aprovação da lei. A Vereadora Maria do Carmo disse que essa cobrança é revertida ao município. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que tem recebido reclamações de pessoas não contra a cobrança, mas sim quanto à falta de iluminação pública, de pessoas que dizem não se importarem em pagar desde que estejam usufruindo do serviço em suas ruas. O Vereador Sérgio Mota disse que o que ele constata com relação a postes sem luminárias ou ruas sem iluminação é o fato de se cobrar algo sem que as pessoas devam, sendo que o Executivo é eficiente para cobrar mas totalmente ineficiente para prestar o serviço; disse não duvidar das palavras e do empenho dos vereadores, mas que existe uma outra parcela indignada e muitos que têm medo de se manifestar; disse que, neste momento, está ouvindo essa demanda da população e não irá se furtrar à discussão. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que, quanto à pessoa reclamar por não ter a iluminação pública em sua rua, disse que levou essa questão ao sr. Prefeito logo no início da cobrança e este disse para levar ao seu conhecimento a rua em que isso ocorre, com uma conta de energia, para que ele resolvesse; disse o Vereador Maurílio que o que tem ouvido das pessoas é a cobrança por terem a iluminação pública nas suas localidades; sugeriu que os vereadores se unam para cobrar do Prefeito a iluminação nesses lugares onde ainda não há o serviço. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que realmente existem lugares onde as pessoas estão pagando e não dispõem da iluminação, e que ele orienta as pessoas a continuarem pagando porque poderão cobrar pela instalação do serviço. O Vereador Antônio Dias de Oliveira disse que a partir de 2014 é que a lei vigorará transferindo o serviço aos municípios. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que todos os Prefeitos querem o melhor para o município e que o Dr. Fernando tem feito muitas iluminações, ainda que se tenha muito a fazer; disse que os vereadores podem saber quais os próximos projetos serão implantados. A sra. Presidente disse que no dia vinte e nove de novembro acontecerá a sessão solene para as homenagens aprovadas, de modo que as propostas deverão estar aprovadas até o dia dezessete de outubro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove e horas e cinquenta e dois minutos e

redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Décima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas do dia dezessete de outubro de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (15ª sessão ordinária, de 03/10/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite para Frutifica Minas, em Piraúba; b) Ofício nº 211, da Prefeitura, respondendo ao requerimento do Vereador Romeu sobre licenciamento de obra particular. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de setembro de 2013. Passando às proposições, a sra. Presidente comunicou que continuaria tramitando o Projeto de Lei nº 1.552, do Executivo, que dispõe sobre o parcelamento de débitos no âmbito da Fazenda Municipal, e dá outras providências, já encaminhado às comissões e em estudo pelos vereadores. Em seguida, foram lidas as seguintes proposições: a) Projeto de Lei nº 1.553, do Executivo, que dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2014/2017; b) Projeto de Lei nº 1.554, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2014; c) Projeto de Lei nº 1.555, do Executivo, que dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências. A sra. Presidente determinou a tramitação dos mesmos e disse que estava aberto o prazo de quinze dias para a apresentação de emendas. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.556, do Executivo, que cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA – de Rio Pomba/MG, e dá outras providências. A sra. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou às comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Meio Ambiente. O Vereador Túlio Mota Salgado recordou sobre o art. 5º da Lei Orgânica, sobre o qual solicitou à Assessora Jurídica da Câmara que verificasse, pois talvez o município possa receber alguma recurso financeiro oriundo da exploração dos recursos hídricos; comentou que a Comissão de Meio Ambiente poderia verificar sobre isso. O Vereador Sérgio Mota disse que o projeto trata da exploração de recursos minerais; comentou que o projeto contém erros ao tratar da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente, mas essas secretarias não existem; lembrou que o Dr. Douglas, assessor jurídico da Prefeitura, comentou que o Executivo enviará o plano de cargos e salários criando essa secretaria, mas que não justifica votar o projeto este projeto sem as devidas correções. O Vereador Túlio Mota disse que na reunião com o jurídico foi falado sobre esse equívoco sobre o qual já está sendo tomada a providência. A Vereadora Maria do Carmo disse que já agendou a elaboração de emenda trocando o nome por Departamento de Meio Ambiente. O Vereador Sérgio Mota perguntou se não vai ser aguardado o projeto de lei do Executivo criando a Secretaria do Meio Ambiente. A Vereadora Maria do Carmo disse que verificará se pode fazer a emenda, mas que a mesma já está

agendada. O Vereador Túlio Mota disse que o projeto será muito importante para diversas ações a serem implantadas, como as fossas sépticas. O Vereador Sérgio Mota disse que os municípios devem mesmo criar o fundo municipal do meio ambiente e que o projeto apresentado tem várias finalidades, inclusive mediante as questões ambientais que vêm se apresentando no município; comentou que a criação da secretaria de meio ambiente isenta o Prefeito da responsabilidade por aquelas questões, que passam a ser afetas ao secretário municipal. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 54, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre aquisição e instalação de semáforos. Colocado em votação, o Requerimento nº 54 foi rejeitado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; recebendo o voto favorável do Vereador Sérgio Mota. O Vereador Túlio Mota disse que votou contra por saber como foi feita a aquisição dos semáforos. O Vereador Sérgio Mota disse que o requerimento é justamente para lhe informar como foi feita a aquisição pois, no seu entendimento, estas questões devem estar claras para o município e este é o seu papel como Vereador. Após, foi lido o Requerimento nº 55, do Vereador Sérgio Mota, solicitando informações sobre cadastramento para construção de moradias rurais. Colocado em votação, o Requerimento nº 55 foi rejeitado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; recebendo os votos favoráveis dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Sérgio Mota. Dando sequência, foi lido o Requerimento nº 56, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre a ocupação de cargos comissionados. Submetido à votação, o Requerimento nº 56 foi rejeitado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Maurílio Rodrigues dos Reis; recebendo os votos favoráveis dos Vereadores Túlio Mota Salgado, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Mota. Em sequência, foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 205: mão única na Rua Tomé Borges; b) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 209: edificação de praça no centro; 2) Indicação nº 210: cascalhamento de estrada nas Formigas; 3) Indicação nº 211: sede para a Associação Calor Humano; c) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 12: escoamento de águas pluviais no Bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 218: fiscalização de construções às margens do córrego Independência; 3) Indicação nº 219: implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade; d) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 215: guarda-corpo em ponte rural; 2) Indicação nº 216: providência no trânsito do início da Rua Tomé Borges; e) dos Vereadores Paulo Henrique da Silva e Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 214: aulas de dança e de capoeira na rede escolar municipal. Às vinte horas, aberta a ordem do dia, foi lido e colocado em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 146, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que outorga título de cidadão honorário e dá outras providências (Hildebrando Halfeld Clark). Colocado em votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 146 foi aprovado por 06 (seis)

votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; recebendo os votos contrários dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Sérgio Mota. O Vereador Túlio Mota justificou o seu voto dizendo não ter nada contra o sr. Hildebrando, muito pelo contrário, e que passou a conhecê-lo a partir de novembro para cá; disse que o sr. Hildebrando vem fazendo um bom trabalho há três anos, mas que, para que a Câmara conceda homenagens, deveria olhar bem para dentro da cidade porque ainda falta muita gente que mora aqui há muitos anos e estão esquecidos; disse que este é o motivo do seu voto contrário, tendo decorrido um período muito curto para que a Câmara dê o título proposto agora, ao passo que no final do mandato da atual administração a situação seria vista com melhores olhos; disse que chegou a ser indagado por pessoas quanto a isso. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que existem pessoas com quem os vereadores convivem há muito tempo e acham que já são cidadãos riopombenses; disse que se inspirou no sr. Hildebrando por ter um conhecimento e uma capacidade muito boa, que atende a mais de quinze municípios e escolheu Rio Pomba para criar a sua família; disse que é um prazer receber mais um cidadão que está construindo e pagando seus impostos em Rio Pomba; disse que não está desmerecendo ninguém e que está aberto a novos nomes que venham ao seu conhecimento. Seguindo, foi lido e colocado em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 150, da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que outorga título de cidadã honorária e dá outras providências (Maria Marotta). Submetido à votação, Projeto de Decreto Legislativo nº 150 foi aprovado por unanimidade. A sra. Presidente da Câmara lembrou aos Vereadores que a sessão solene de homenagens será no dia vinte e nove de novembro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e horas e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Décima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas do dia sete de novembro de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (16ª sessão ordinária, de 17/10/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite para formatura do Proerd; b) convite para a confraternização do Sinsemrip. Seguindo nos trabalhos, a sra. Presidente deu abertura à audiência pública para apresentação e discussão da proposta orçamentária para 2014 e do plano plurianual para o período 2014/2017, tramitando na Câmara na forma dos projetos de leis nºs 1.553, 1.554 e 1.555, convidando para fazer uma explanação, representando o Poder Executivo Municipal, o Sr. Gilberto Batista de Almeida. Este, usando de recursos multimídia, iniciou falando sobre o que seriam os primórdios da lei do orçamento e também sobre o embasamento legal para esta audiência e os seus objetivos, que sobretudo se trata de uma demonstração e discussão da LOA; em seguida fez uma apresentação sobre a proposição encaminhada ao Legislativo. Houve debates com os Vereadores. Encerrada a audiência pública e dando sequência aos trabalhos, foram apresentadas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 212: criação da guarda municipal; 2) Indicação nº 227: concessão de auxílio funeral e moradia; 3) Indicação nº 231: academia ao ar livre no Bairro Santa Isabel; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 213: patrolamento de ruas no Belvedere; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 229: proibição do trânsito de bicicletas e skates nos passeios do Baixio; 2) Indicação nº 230: pavimentação da passagem interna do parque de exposições; d) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 224: instalação de energia elétrica para a feira livre; 2) Indicação nº 220: mudança do telefone do ponto de taxi nº 1; e) dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 217: proibição de estacionar na Rua Cel. Francisco Vieira; 2) Indicação nº 226: inscrições no Programa Pró-Criança; f) dos Vereadores Túlio Mota Salgado, Paulo Henrique da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 225: padronização/reforma dos passeios da avenida e da praça. Às vinte horas e dezessete minutos, aberta a ordem do dia, foram lidas as duas emendas modificativas ao Projeto de Lei nº 1.552 apresentadas pelo Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis. Após, foram colocados em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.552, do Executivo, que dispõe sobre o parcelamento de débitos no âmbito da Fazenda Municipal, e dá outras providências, e as duas emendas apresentadas. A sra. Presidente perguntou se as comissões às quais foi encaminhado o projeto de lei já concluíram a análise. O Vereador Romeu Moreira Batista, Presidente da Comissão de Legislação, disse ser favorável ao projeto, mas comentou que desejava fazer uma emenda por achar um absurdo que o funcionário da Prefeitura, já sendo remunerado, receba honorários em cima dos tributos e dívidas a receber; disse que

não gostaria de fazer a emenda em seu nome por achar que os créditos devem ser dados ao Vereador Maurílio, que alertou para a necessidade de melhor analisar o projeto, levantando a questão com o Secretário de Negócios Jurídicos Municipais, Dr. Douglas, e reunindo os vereadores e a assessora jurídica da Câmara, havendo então a colaboração dos Vereadores, principalmente o Vereador Sérgio; disse que não gostaria de aparecer como o autor da emenda, considerando que o Vereador Maurílio foi quem levantou a polêmica; porém, o funcionário da Câmara não conseguiu localizá-lo (o Vereador Romeu) ontem e a emenda não foi feita; concluiu dizendo que é favorável ao projeto na forma como está e que não ia pedir a tramitação. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que levantou a questão sobre os juros, que achou altos, e que o Dr. Douglas conversou com o sr. Prefeito e este achou os termos da emenda viáveis; sobre a parte dos honorários, pediu que o Vereador Romeu explicasse melhor. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que o advogado da Prefeitura irá receber os honorários, como no caso do processo de devolução de subsídios em que os ex-vereadores, além de pagar o débito, terão que pagar os honorários ao advogado da Prefeitura; comentou que, se o município está recebendo o que lhe pertence, o advogado não deveria receber. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que inicialmente achou que o projeto era para tratar da questão da devolução de subsídios, mas depois viu que, nesse assunto, pouco resolverá, porque isso será resolvido no Judiciário e o projeto servirá mais para tratar dos impostos atrasados. O Vereador Sérgio Mota disse que, ouvindo as colocações, percebeu que ainda existe dúvida sobre o projeto e sugeriu a continuidade da tramitação para se sanarem quaisquer dúvidas, inclusive de forma a não onerar tanto os vereadores da época pois, ainda que tenha sido ilegal e hoje haja uma ação de cobrança, naqueles anos de 1982 a 1988 a Câmara não dispunha de uma assessoria e uma estrutura funcional que lhes desse conhecimento, apesar de, como vereadores, terem a obrigação de terem conhecimento. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que, se o plenário concordar, o projeto poderia ficar tramitando, pois pode perfeitamente ser votado daqui a quinze dias sem prejudicar o município em nada; disse não concordar apenas com o recebimento de honorários pelo advogado que já trabalha na Prefeitura, a menos que esteja enganado. A sra. Presidente pediu que a assessora jurídica da Câmara, Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, esclarecesse algo para os vereadores. A Dra. Vânia comentou que o parcelamento feito mediante acordo na Justiça depende da existência da lei municipal prevendo o parcelamento em até certo número de parcelas. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis apoiou a ideia do Vereador Romeu, pela tramitação do projeto. O Vereador Romeu Moreira disse não se preocupar tanto com o seu caso envolvendo a devolução de subsídios, mas com o de outros vereadores que estão sendo cobrados recebimentos de quase trinta anos atrás, em valores muito altos, chegando a dezenove ou vinte e quatro mil reais, sendo casos que até já deveriam estar prescritos; disse que falou pessoalmente com o Dr. Douglas na Prefeitura sobre o recebimento de honorários, sendo que este lhe respondeu que os processos lhe dão muito trabalho; porém, disse o Vereador Romeu, que o advogado já ganha para isso e que os vereadores estão pagando algo sobre o que não têm culpa alguma. Encerrada a discussão, a sra. Presidente determinou que Projeto de Lei nº 1.552 e as



emendas apresentadas seguissem tramitando. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que poderá ser convocada uma sessão extraordinária e pediu que a Dra. Vânia estude bem os projetos para depois se reunir com os vereadores. A Dra. Vânia disse que o projeto prevê o pagamento de dez por cento a título de honorários de sucumbência e comentou que esse tipo de honorários são devidos quando a parte perde na ação judicial; seguiu dizendo que não vê a situação como uma perda, pois haverá um acordo entre as partes e entende que não há necessidade desses honorários, em se tratando de um acordo. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que nesse caso ninguém está perdendo, pois o próprio município está propondo esse acordo para o recebimento de várias dívidas atrasadas, no entanto os devedores irão pagar ainda mais dez por cento ao advogado. Na sequência, foram colocados em primeira discussão as proposições: a) Projeto de Lei nº 1.553, do Executivo: Dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2014/2017; b) Projeto de Lei nº 1.554, do Executivo: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2014; c) Projeto de Lei nº 1.555, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências. Seguindo os trabalhos, foi lida a emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 1.556, apresentada pela Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Após, foram colocados em primeira discussão o Projeto de Lei nº 1.556, do Executivo, que cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA – de Rio Pomba/MG, e dá outras providências, e a emenda apresentada. O Vereador Sérgio Mota disse que gostaria do parecer jurídico da assessora da Câmara com relação à possibilidade da vinculação do Fundo Municipal do Meio Ambiente a um departamento e não secretaria; achou que primeiramente o Executivo deveria ter encaminhado à Câmara o projeto que cria a Secretaria do Meio Ambiente; sugeriu a tramitação do projeto para se ter clareza disso e se manifestou a favor da criação do fundo, porém, desejando obter mais esclarecimentos da parte da assessoria jurídica da Câmara; recordou que o advogado da Prefeitura, Dr. Douglas, comentou em reunião com os vereadores que seria encaminhado projeto criando a Secretaria do Meio Ambiente, provavelmente através de um projeto de cargos e salários, sem citar uma data. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que também ficou com a mesma dúvida do Vereador Sérgio. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis perguntou se atrapalharia caso a Câmara aprovasse este projeto e depois venha o outro criando a Secretaria do Meio Ambiente. A Dra. Vânia Maria Barros Saraiva achou melhor verificar antes, deixando o projeto em tramitação. O Vereador Jorge Luís achou preferível esclarecer melhor porque poderá ficar um projeto sem valor. Encerrada a discussão, a sra. Presidente determinou que Projeto de Lei nº 1.556 e a emenda apresentada seguissem tramitando. A sra. Presidente disse que há uma cópia na mesa de cada Vereador do Ofício nº 704/2013, do Promotor de Justiça da Comarca, comunicando a instauração de inquérito para apurar a possibilidade de ser ilegal o pagamento da gratificação natalina aos agentes políticos municipais de Rio Pomba. A Dra. Vânia comentou que marcou uma audiência para amanhã, às treze horas, com o Promotor, para saber mais sobre esse inquérito, já sabendo-se que o pedido parte de Belo Horizonte e não da comarca local. O Vereador Túlio disse que é melhor verificar agora para não acontecer como está ocorrendo agora, com

processos de devoluções. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que esse pagamento foi estabelecido com muito critério, com pareceres do Tribunal de Contas, análise da assessoria jurídica da Prefeitura e sanção do então Prefeito Giovanni Baía, que gostava de tudo muito esclarecido. Os Vereadores Maurílio, Túlio e Maria do Carmo sugeriram que a Dra. Vânia levasse os pareceres existentes na Câmara ao Promotor. A sra. Presidente pediu que as comissões marquem as reuniões antes da próxima reunião. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que primeiro deveria ser aguardado o parecer jurídico da Câmara, porque nem tudo se pode ouvir o advogado da Prefeitura que, neste caso, logicamente será contrário, e se deve ouvir é a advogada da Câmara; em sua opinião, deve ser apresentada emenda retirando os honorários. A sra. Presidente disse que igualmente deve ser analisada a emenda ao Projeto de Lei nº 1.556; disse que a secretaria da Câmara ficará de recesso em uma semana do início do mês de janeiro. Sobre isso houve debate entre os vereadores, sugerindo-se que poderia ser no final do mês de dezembro. Não houve uma decisão e a sra. Presidente irá analisar a melhor data com os funcionários da Câmara. O Vereador Túlio Mota Salgado propôs um ofício dirigido ao Ministro da Educação, a ser assinado por todos os vereadores, sobre a realização das provas do Enem em Rio Pomba, aproveitando a estrutura física das escolas aqui existentes, principalmente do campus do Instituto Federal. O Vereador Sérgio Mota disse que neste final de semana houve uma publicação em rede social que gerou muito debate, com a participação de muitas pessoas, a respeito do uso de som no *Baixio*, seja por bares, por algum morador ou república e carros de som estacionados nos bares, em volumes muito altos; disse que quem publicou foi o sr. Sildo, que inclusive havia se submetido a procedimento de hemodiálise e estava numa condição física debilitada, o que agravou a perturbação causada; o Vereador Sérgio comentou que existem outras pessoas com problemas de saúde naquela localidade e que o som alto pode prejudicá-los, assim como às crianças etc; disse o Vereador Sérgio que o autor pede que a Câmara tome providências com relação ao uso de som acima da altura permitida, a partir do que várias pessoas se manifestaram em diversos sentidos, num clima até de discussões e ofensas, o que não é bom; o Vereador Sérgio disse que, em sua opinião, a Câmara deve tomar uma providência, sugerindo o envio de ofício ao Prefeito para que este faça cumprir a lei, registrando o Vereador que o Prefeito tem sido relapso com relação à altura do som permitido no município, o que pode ser percebido em vários lugares da cidade pelos veículos em trânsito ou estacionados; disse que o Código de Posturas estabelece o limite de decibéis permitidos e que a fiscalização municipal deveria agir, pois é sabido onde ficam os focos, geralmente próximo dos bares; disse que a fiscalização pode chamar a polícia, medir o som através do equipamento próprio e tomar as providências conforme orientação da lei; disse que de todos os que se manifestaram na rede social nenhum cobrava ações do Executivo, ora cobrando do Promotor, de outros ou da Câmara, sendo que esta última não tem poder para inibir aquilo, e sim o Poder Executivo Municipal acompanhado da Polícia Militar, se for o caso, pois têm parceria; disse que o cidadão precisar acionar o Ministério Público representasse uma omissão muito grande do Executivo, que é que deveria abafar isso imediatamente; comentou que a Câmara Municipal é quem está sendo atacada,

apesar dela não ter poderes nesse tipo de ação; o Vereador Sérgio comentou que a Prefeitura é quem emite os alvarás de funcionamento para os comércios, e que, caso estejam desrespeitando a lei, a Prefeitura tem que cobrar inclusive em ação conjunta com a Polícia, ressaltando que a Prefeitura tem um corpo fiscal e um setor de fiscalização; sugeriu que a Câmara faça um ofício ao Executivo cobrando que este atue, com a colaboração das polícias Militar e Civil. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que a Prefeitura emite o alvará para os comércios e estes não podem controlar os carros que estacionam e ligam o som alto; disse que é fácil resolver os abusos, bastando o cidadão que está sendo incomodado telefonar para a Polícia e esta primeiro dá um aviso para que seja abaixado o som, sendo que depois, na persistência, apreende o veículo. A Vereadora Maria do Carmo, nesse caso específico acontecido no *Baixio*, disse que conversou com o proprietário da casa para que não fosse colocado o som tão alto, e disse que os proprietários pediram a casa aos locatários, que irão sair em dezembro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Décima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas e cinco minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (17ª sessão ordinária, de 07/11/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) a) convite do Ginásio sobre o Dia da Consciência Negra; b) convite da Biblioteca, sobre Projeto Memória, do Banco do Brasil, Carlos Drumond de Andrade. Seguindo, em atendimento ao art. 41, inciso VII, do Regimento Interno, a sra. Presidente fez a prestação de contas da Câmara do mês de outubro de 2013. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.557, dos Vereadores Sérgio Antônio Mota Furtado e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que dispõe sobre denominação de rua no bairro do Rosário. A sra. Presidente encaminhou o projeto para análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. O Vereador Romeu Moreira Batista agradeceu ao Vereador Sérgio Mota pelo convite para assinar o projeto e disse que não pode fazê-lo por ser parente do homenageado, havendo impedimento regimental a esse respeito; como membro da Comissão de Finanças, manifestou-se favorável ao projeto. A Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes disse que esteve com a sra. Meire falando sobre apresentar esse projeto, depois do que soube que o Vereador Sérgio também desejava apresentá-lo. O Vereador Jorge Luís Martins Soares, como membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, manifestou-se favorável ao projeto e pediu uma salva de palmas pela história de vida do sr. João Moreira, na presença de seus familiares. O Vereador Paulo Henrique da Silva, também como membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, também manifestou-se a favor do projeto. Mediante os comentários, a Mesa Diretora apresentou o Requerimento nº 60, para a concessão do regime de urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.557. Votado, o Requerimento nº 60 foi aprovado por unanimidade. Ainda no expediente, conforme autorização plenária, a sra. Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 1.557. O Vereador Sérgio Mota disse que o projeto parte de uma demanda da comunidade residente àquelas vias, que foram revitalizadas e tornaram-se uma rua com a retirada do muro que as dividia; percebendo isso e conversando com moradores e membros da família do sr. João Moreira, propôs-se a apresentar o projeto e falou com o Vereador Romeu, impedido de assinar por determinação regimental; disse que convidou então a Vereadora Maria do Carmo, que já havia conversado com alguns moradores; pediu o apoio dos vereadores para que a situação da denominação da vila seja resolvida, agora como rua, nos termos relatados no projeto e sem ausência de polêmica por já existir uma rua com o nome de Madre Cabrini. Encerrada a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.557, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 16, dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo

Henrique da Silva, que altera a Lei nº 940/95, que Institui o Código de Obras Municipal, com relação às marquises. A sra. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Obras e Serviços Públicos Municipais. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente da Comissão de Obras, solicitou a emissão do parecer jurídico sobre o projeto. O Vereador Jorge Luís Martins Soares sugeriu que as comissões se reúnam em conjunto quando já houver o parecer da assessora jurídica. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 57, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre aquisição e alienação de terrenos no Distrito Industrial. O Vereador Sérgio Mota disse que o objetivo do seu requerimento é dar transparência às questões do Distrito Industrial, principalmente sobre a isenção de tributos municipais, a quantidade de terrenos que foram comercializados pela Prefeitura, os valores arrecadados com essa venda e a relação dos compradores. Votado, o Requerimento nº 57 obteve 04 (quatro) votos favoráveis dos Vereadores: Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; e 04 (quatro) votos contrários dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares e Maurílio Rodrigues dos Reis. O Vereador Sérgio Mota registrou o seu voto a favor como sendo pela importância do equívoco do voto contra, apesar da liberdade de cada um, pois o intuito do requerimento é tornar transparente para toda a sociedade como se deu todo o processo de recebimento e alienação dos terrenos do Distrito Industrial. Havendo empate, a sra. Presidente votou a favor do Requerimento nº 57, que foi então aprovado por 05 (cinco) votos. O Vereador Romeu Moreira Batista comentou que, em resposta ao leilão que ocorreu, provavelmente uma das firmas não poderá se instalar no Distrito Industrial, por alguma falha de esclarecimentos. O Vereador Sérgio Mota disse que o requerimento busca justamente mais informações sobre o que aconteceu, porque a Câmara não tem informações oficiais que possam responder aos questionamentos da sociedade, tornando transparente a gestão. O Vereador Romeu disse que o Vereador Sérgio está certo por não ter as informações, mas que ele (Romeu) tem e pode até citar o nome da firma que comprou, sabendo que foram vendidos doze lotes; disse que sabe porque foi lá na Prefeitura e obteve a resposta, assim como qualquer um pode ir e obter as informações. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o município à frente do Distrito Industrial terá mais interesse em atrair empresas para o mesmo; comentou que votou contra por achar que está muito cedo para fazer essa cobrança e dando mais um voto de confiança ao sr. Prefeito. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que, pelo que a funcionária da Prefeitura lhe disse, eles ainda não têm condição de informar o que foi arrecadado porque os terrenos foram vendidos em trinta e seis parcelas e existe o caso dessa firma que não poderá ser instalada. A sra. Presidente desempatou favorável porque simplesmente se trata de um requerimento visando à transparência e, se for o caso de ainda estar cedo, será enviada uma resposta dizendo isso. Após, foi lido o Requerimento nº 58, do Vereador Sérgio Mota, solicitando informações sobre o início de obra pública na Praça JK. Votado, o Requerimento nº 58 obteve 06 (seis) votos favoráveis dos Vereadores: Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis, Antônio Dias de Oliveira

e Sérgio Antônio Mota Furtado; e 02 (dois) votos contrários dos Vereadores: Romeu Moreira Batista e Jorge Luís Martins Soares. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 59, do Vereador Romeu Moreira Batista, requerendo informações sobre obra particular iniciada na Av. Dr. José Neves. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou se esse requerimento era sobre a obra que estava invadindo o córrego; e o autor respondeu que sim. Votado, o Requerimento nº 59 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que essa obra já foi interditada antes e continua interditada, sendo que os pedreiros trabalharam no feriado e fim de semana, tudo às escondidas. O Vereador Romeu Moreira disse que a obra foi embargada por ele e o Vereador Agildo no mandato passado, porque está em cima de um córrego e estamos perto de fazer um tratamento de esgotos na cidade; disse que tudo indica, a confirmar, que a obra é de um ex-prefeito que pediu aos proprietários o afastamento de sete metros e meio do córrego para os terrenos ao longo da Av. Manoel Fernandes, com a finalidade de fazer uma canalização, sendo que agora ele próprio (o ex-prefeito) vem fazendo uma obra em cima do córrego; disse que foi ao Promotor de Justiça e este enviou a Polícia ao local, paralisando a obra imediatamente, mas que recentemente a mesma foi reiniciada na quinta-feira, dia 14 de novembro, e continuou na sexta, sábado, domingo e somente parando na quarta-feira, mediante a presença da Polícia Militar por ordem do Promotor. O Vereador Túlio Mota Salgado parabenizou ao Vereador Romeu e disse que também procurou o Promotor, por achar um absurdo, inclusive havendo um bueiro entupido na frente da Cofel justamente por causa daquela obra. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 232: providência no início da Rua Francisco Lucas Esteves; 2) Indicação nº 233: perfuração de tanques para a criação de peixes; 3) Indicação nº 234: tapa-buracos no Lindo Vale; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 221: passagens elevadas para pedestres nas proximidades da Praça do Compromisso; 2) Indicação nº 222: retirada dos quebra-molas da avenida próximos do semáforo; 3) Indicação nº 223: instalação de taxas viárias na entrada da Rua Dovina Dornelas de Jesus; c) da Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 240: semáforo perto do Grupo São José; 2) Indicação nº 241: quadra para o Torneio de Férias; d) do Vereador Túlio Mota Salgado: 1) Indicação nº 238: reforma de ponte de madeira na Jalapa; e) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 242: implantação do conselho municipal de saneamento básico; 2) Indicação nº 243: implantação da lei de uso, parcelamento e ocupação do solo; 3) Indicação nº 245: cadastramento no Programa Mais Médicos; f) dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 239: reparo em calçamento da Rua Padre Manoel. O Vereador Sérgio Mota falou sobre os objetivos das suas indicações; sobre a Indicação nº 245, disse que existe aqui uma deficiência no atendimento médico, sendo que os postos de saúde atendem a cotas limitadas e o hospital, muitas vezes, não conta com a presença do médico de plantão, mas apenas de acadêmico, com o receituário já carimbado pelo médico de plantão e que não aparece para atender ao paciente, cabendo ao acadêmico passar o receituário, o que ele, Vereador Sérgio, considera uma irresponsabilidade do médico que carimbou; disse que existem muitas reclamações de pessoas que foram

atendidas por acadêmicos e não tiveram o problema resolvido ou que o medicamento receitado estava errado, apesar de não ser catedrático para falar; falou também da existência das comunidades rurais que necessitam do atendimento médico; disse que a cidade vizinha de Ubá recebeu cinco médicos e que nós também poderíamos receber. Às vinte horas e sete minutos, aberta a ordem do dia, o Vereador Sérgio Mota pediu vistas do Projeto de Lei nº 1.552 e das emendas. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que os vereadores já debateram sobre o assunto, inclusive na presença do Vereador Sérgio, e que as emendas fossem lidas para que depois o Plenário decida. O Vereador Sérgio disse que participou do debate citado pelo Vereador Maurílio e que, desde aquele momento, concorda em votar o projeto com as emendas que foram sugeridas, mas pediu vistas na eminência de que possa estar sendo retirada alguma emenda que fira os interesses do cidadão em privilégio de assessores jurídicos já bem remunerados. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Vereador Sérgio está “passando o carro na frente dos bois”, porque nem esperou a leitura das emendas para saber se alguma foi retirada. O Vereador Sérgio Mota disse que o Vereador Maurílio está usando de termos inadequados ao debate parlamentar e disse que está pedindo vistas porque este é o momento de fazê-lo. O Vereador Maurílio, como autor das emendas, pediu a sua leitura para que o plenário decida. Então, a sra. Presidente da Câmara solicitou a leitura das quatro emendas apresentadas e assim foi feito. O Vereador Sérgio Mota disse que pediu a tramitação porque teve a informação de que houve mudança do que foi discutido na reunião entre os vereadores, e que a reunião interna ocorrida hoje ele não veio porque foi informado de que não haveria necessidade de se reunir como jurídico da Prefeitura porque os vereadores já haviam decidido com relação ao projeto; disse que, se não foi retirada nenhuma das emendas, não haveria necessidade do pedido de vistas. A sra. Presidente disse que tudo o que foi decidido na reunião está em pauta e que nada foi retirado e nem colocado. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que as emendas seguem as mesmas; que hoje foi lida uma carta da OAB, a qual foi lida e debatida entre os vereadores e a assessora jurídica da Câmara, ficando claro que, no final, quem decide é o Juiz de Direito. O Vereador Sérgio Mota então retirou o seu pedido de vistas e a sra. Presidente colocou em discussão as emendas do Vereador Maurílio ao Projeto de Lei nº 1.552. Encerrada a discussão das emendas, a sra. Presidente as colocou em votação, uma de cada vez, na seguinte ordem e obtendo-se os seguintes resultados: a) Emenda nº 01, reduz a taxa de juros: aprovada por unanimidade; b) Emenda nº 02, modifica a redação de dois artigos: aprovada por unanimidade; c) Emenda nº 03, retira os honorários de sucumbência: aprovada por unanimidade; d) Emenda nº 04, trata dos honorários de sucumbência: aprovada por unanimidade. Em seguida, foi colocado em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.552, do Executivo, que dispõe sobre o parcelamento de débitos no âmbito da Fazenda Municipal, e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.552 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, sendo que o plenário dispensou a votação da redação final que será feita pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Continuando os trabalhos, a sra. Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.553, do Executivo, que dispõe sobre o plano plurianual para o período

de 2014/2017. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.553 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Após, a sra. Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.554, do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2014. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.554 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. A seguir, a sra. Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.555, do Executivo, que dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.555 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. A sra. Presidente determinou a tramitação das seguintes proposições, para melhor analisar sobre a sua redação original e a emenda apresentada: a) Parecer jurídico referente ao Projeto de Lei nº 1.556; b) Emenda ao Projeto de Lei nº 1.556: - 01 Modificativa; c) Projeto de Lei nº 1.556, do Executivo: Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA – de Rio Pomba/MG, e dá outras providências. O Vereador Sérgio Mota discorreu sobre a intenção da Prefeitura em instalar o matadouro municipal no imóvel adquirido à Av. Djanira Lucas Esteves, desde o mandato do Prefeito Giovani Baía, e que foi informado por funcionário do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária, que o município de Astolfo Dutra tem um abatedouro funcionando em condições inferiores do que o projetado em Rio Pomba, e que o nosso atenderia às condições de abate animal para o mercado local; então, seguiu o Vereador Sérgio dizendo que, junto com o Vereador Juscélio, está apresentando um requerimento à Presidente da Câmara para que esta determine à Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais a tarefa de visitar o abatedouro de Astolfo Dutra, para conhecer a sua realidade, e também o nosso, que está paralisado, sendo um desejo seu participar dessas visitas. A sra. Presidente disse que as comissões de Obras e Serviços Públicos Municipais e de Meio Ambiente certamente poderão proceder como solicitado pelo Vereador Sérgio, até mesmo ela, Presidente, desejando participar dessa visita. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que está prestes a ser inaugurado um abatedouro particular em Rio Pomba, do açougueiro Divair, e que o mesmo terá o selo do SIM – Serviço de Inspeção Municipal. O Vereador Sérgio Mota disse que já foi informado, ainda que informalmente, pelo Veterinário Municipal, Dr. Diego, que o matadouro citado pelo Vereador Maurílio não tem condições de abate. O Vereador Maurílio disse que o abatedouro fica próximo da sua residência e que o mesmo parece ter condições de uso, ainda que tenha alguns detalhes a serem feitos; comentou achar que o Dr. Diego estava acompanhando a construção desse abatedouro. O Vereador Sérgio Mota pediu para registrar que não conhece a condição e nada sobre o abatedouro que foi citado, não podendo emitir opinião sobre o mesmo e que não está emitindo opinião, para que não cheguem distorcidas as suas palavras; disse o Vereador Sérgio que apenas passou a informação do Dr. Diego de que aquele abatedouro não atende às necessidades e orientações; voltando ao pedido de visita ao matadouro municipal projetado, disse que é importante essa providência tendo em vista o dinheiro público que foi investido no imóvel e a necessidade de se apurar as responsabilidades caso os recursos tenham sido aplicados incorretamente, sendo esse um papel da Câmara. A Vereadora Maria do Carmo disse que já foi convidada a conhecer a construção do



abatedouro do Divair, e que possivelmente o Dr. Diego pudesse acompanhá-los. O Vereador Sérgio Mota disse que fez uma vistoria informal na obra da futura creche que está sendo feita junto ao parque de exposições, sendo que estava tudo aberto, sem ninguém tomando conta e com um carro particular no interior, de modo que pensou que também poderia entrar como vereador para conhecer as instalações; disse que fez fotografias daquilo que viu e ficou estarecido com o estado de abandono e desleixo da obra; comentou que no ano passado, às vésperas das eleições, por determinação do Executivo, foram cadastradas famílias para matricular seus filhos naquela creche; disse o Vereador Sérgio que, apesar de não conhecer as condições da obra, não acreditava naquilo e também não duvidava de que se ultrapassasse o ano de dois mil e quatorze sem estar pronta, de modo que vem hoje justamente buscar informações, apresentando um requerimento à Presidente da Câmara para que seja designada à Comissão de Obras uma visita à creche, sendo que ele também gostaria de acompanhar; teceu mais comentários sobre a obra em questão; o Vereador Sérgio disse ter informações de que a Prefeitura fará licitação para a contratação do fornecimento de merenda escolar para o funcionamento de escola municipal no espaço da creche com a desativação de sete turmas da escola que funciona no parque de exposições, restando lá apenas duas, de modo que, segundo seus cálculos, uma obra de um milhão de reais encampará apenas setenta e cinco alunos em regime de creche, apesar de ter uma capacidade para duzentos e cinquenta; disse que vai apurar, mas acha que a lei diz que a construção da creche não autoriza o fechamento de outras creches ou escolas para que sejam absorvidos ali outros alunos. A Sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo disse que já esteve várias vezes naquela obra e inclusive procurou a Secretária Municipal de Educação, obtendo a informação de que em abril já estará funcionando a creche; sobre a visita da Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais solicitada, disse que a mesma poderá se reunir e trazer para a Câmara as apurações. O Vereador Sérgio Mota perguntou se já poderia ser fixada uma data para as vistorias. A sra. Presidente disse que isso cabe às próprias comissões. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente da Comissão de Obras, disse que irá conversar com os demais membros, depois marcará a data e passará ao Vereador Sérgio. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às vinte horas do dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista e Túlio Mota Salgado; a sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas pelo Legislativo, pelos relevantes serviços prestados ao Município e pela destacada atuação na vida pública e particular, tratando-se das seguintes pessoas: Maria Marotta ( título de cidadã honorária); Ione Mota Salgado ( honra ao mérito educacional e social); Antônio Raul Gonçalves (título de cidadão honorário) e Hildebrando Halfeld Clark (título de cidadão honorário). Foram convidados para os lugares de destaque as seguintes autoridades: o Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo, Prefeito de Rio Pomba; o Sr. Dalmo Maurício Furtado, Vice-Prefeito de Rio Pomba; o Sr. Reginaldo Furtado de Carvalho, Secretário Municipal de Saúde, representando os demais secretários; o Prof. Arnaldo Prata Neiva Júnior, Diretor do Campus Rio Pomba do Instituto Federal, e a sra. Carmen Lúcia Marini Vieira Júlio, Diretora do jornal O Imparcial. Estavam presentes ainda autoridades locais e regionais. Após iniciar a sessão, a sra. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Os homenageados foram conduzidos aos lugares de destaque. Houve então a audição do Hino Nacional Brasileiro. Através de citação pelo mestre de cerimônia, congratularam-se com os homenageados os Vereadores ausentes Juscélio Bernardino Braz e Sérgio Mota. No desenvolvimento da sessão, foram lidas as biografias dos homenageados, foram colhidas as suas assinaturas no Livro de Honra dos Homenageados, eles receberam as placas alusivas às suas homenagens das mãos dos autores, bem como foram entregues buquês aos seus acompanhantes. Seguindo, manifestaram-se em congratulações com os homenageados os Vereadores Jorge Luís Martins Soares, Túlio Mota Salgado, Paulo Henrique da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes. Após, todos os homenageados se manifestaram na Tribuna Popular. Em seguida, pronunciou-se o Dr. Fernando Antônio Dutra Macedo, Prefeito de Rio Pomba. A sessão revestiu-se de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público, finalizando-se com apresentação ao vivo de uma música para cada homenageado. Não havendo mais manifestações, a sra. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Túlio Mota Salgado

**Ata da Décima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezenove horas e dez minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão ordinária anterior (18ª sessão ordinária, de 21/11/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Após, foram lidas as seguintes correspondências: a) convite da Prefeitura para a confraternização do CRAS, dia 09, segunda-feira, 19 horas, na creche casulo; b) convite da Emater para comemoração dos seus 65 anos, em Muriaé, no dia 12 de dezembro, 13:30; c) convite da Prefeitura para a formatura dos alunos da EJA, dia 12 de dezembro, 19 horas, no Grupo São José. O sr. Agildo José dos Reis, inscrito para a Tribuna Popular, não compareceu. A sra. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 16, dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva, que altera a Lei nº 940/95, que Institui o Código de Obras Municipal, com relação às marquises, pois os autores estão reavaliando o projeto. Dando sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.558, do Executivo, que define o índice para atualização de créditos da Fazenda Pública Municipal. Após, foi apresentado o Requerimento nº 61, da Mesa Diretora, requerendo urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.558. O Vereador Sérgio Mota disse que gostaria de entender o que significa esse projeto encaminhado em regime de urgência, pois na última reunião a Câmara votou, depois de uma boa discussão, o projeto de lei do Executivo sobre a cobrança da dívida ativa; comentou que, após a aprovação do citado projeto, o Executivo encaminhou as cartas de cobrança da dívida ativa; disse que soube de pessoas que procuraram a Prefeitura e foram informados de que o sistema não estava pronto para o recebimento da dívida ativa, já que passava por uma manutenção; disse então o Vereador Sérgio que logo entendeu que o motivo era o projeto hoje apresentado, que lhe causou surpresa porque o Prefeito é sempre muito apressado junto à Câmara, apesar de não corresponder quando se trata de pedidos feitos pela Câmara; registrou sua indignação de que a Câmara receba os projetos de lei em regime de urgência, não os discuta para ter um entendimento sobre o mesmo mas queira votá-los; disse que não entendeu o que significa o projeto e pediu que a Presidente da Câmara o esclarecesse, se ela tiver o entendimento. A sra. Presidente disse que houve uma reunião e que ela não pode ir, por problemas particulares, mas que os Vereadores Jorge, Maurílio, Antônio e Romeu participaram. O Vereador Romeu Moreira disse que a sra. Presidente da Câmara já havia feito um requerimento como membro da Mesa Diretora. A sra. Presidente disse que, ao assinar o requerimento, foi uma pessoa até ela e então ela procurou saber o por que disso, quando então telefonou para o Dr. Douglas para se firmar sobre isso e, pelo que lhe parece, foi explicado que a Prefeitura precisa de um índice. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o projeto é justamente porque a Prefeitura precisa ter um índice para as correções, não podendo haver mais de um, quando então está sendo adotado o IPCA

para as correções. A sra. Presidente disse que assinou o requerimento de urgência mas pediu o esclarecimento e disse que os vereadores podem rejeitar o pedido de urgência. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que a Prefeitura realmente ainda não pode atualizar os valores porque não tem um índice para se basear nos reajustes, sendo que o IPCA é o menor índice e o mais usado pelas Prefeituras; disse que a Dra. Vânia poderia se expressar, caso tenha conhecimento. A Dra. Vânia comentou que dentro do projeto do parcelamento não estava previsto esse índice, por isso está se fazendo agora. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que entendeu que no projeto anterior não estava previsto o índice, que é necessário. O Vereador Romeu Moreira disse que ia pedir a tramitação do projeto, mas o Dr. Douglas, em reunião com alguns vereadores e o Prefeito, garantiu que o IPCA é o menor índice e que é o utilizado pelas Prefeituras da região, de modo que os vereadores presentes na reunião concordaram em votá-lo. A Dra. Vânia disse que as ações que ingressarem no Judiciário terão os valores atualizados pela tabela da corregedoria, não se aplicando a lei municipal. O Vereador Sérgio Mota disse que, de tudo o que ouviu, não sentiu firmeza no objetivo do projeto e de que os vereadores tenham entendimento seguro sobre o assunto; disse que as afirmações que os vereadores obtiverem não dão certeza do reflexo desse índice aplicado no valor da dívida de cada inscrito; pediu a tramitação e vistas ao projeto, de acordo com o Regimento Interno, para que os vereadores possam analisá-lo melhor e votar com mais clareza em outra reunião, podendo ainda prestar informações à população. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que o IPCA é o menor índice e manifestou-se a favor de votar o projeto ainda hoje, conforme as explicações recebidas, numa conversa muito séria, e pela certeza da convicção do sr. Prefeito em fazer o melhor para o cidadão. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis pediu que a sra. Presidente coloque para o plenário decidir, e que entendeu o que trata o projeto. O Vereador Romeu Moreira disse que o Prefeito deu a palavra de que este é o menor índice e que é necessário existir um índice estabelecido. O Vereador Sérgio Mota, como membro da Comissão de Finanças, insitiu para as comissões analisassem o projeto e dessem o parecer escrito, para depois ser votado. A sra. Presidente então solicitou o parecer verbal dos membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, obtendo-se o parecer favorável de todos os membros. Solicitado o mesmo à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, os Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Antônio Dias de Oliveira manifestaram-se a favor do projeto e o Vereador Sérgio Mota, relator, votou contra. O Vereador Sérgio Mota disse sentir-se indignado que esta Casa não queira discutir o projeto e não demonstre ter identidade, fazendo valer a vereança; comentou que não tem entendimento completo sobre o assunto e não está simplesmente sendo contra; disse que gostaria de ouvir de um dos vereadores que se reuniram com o Prefeito qual é o índice de preços ao consumidor em percentual. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que geralmente é entre quatro e cinco por cento ao ano, conforme apurado pelo IBGE; disse que o projeto chegou na segunda-feira e que os vereadores poderiam já tê-lo analisado; disse que existem nove vereadores e que eles podem acompanhar o Vereador Sérgio quando tiver razão, mas pedir vistas para todo projeto não é viável, porque os vereadores têm tempo sim para tomar uma decisão e votam de acordo

com as informações que têm, inclusive a assessoria jurídica da Câmara e do Executivo; disse que esses projetos são necessários para que o Executivo continue os seus serviços; disse que é a favor de todos os projetos do Executivo porque trabalhou durante 28 anos na Prefeitura, está no segundo mandato de Vereador e conhece os bons Prefeitos; disse que é um direito do Vereador Sérgio, mas está cansando psicologicamente isso e a maioria dos vereadores é quem decide. O Vereador Sérgio Mota disse saber que é um direito seu e que, quanto ao cansaço psicológico do Vereador Jorge, aconselhou que ele procure um psiquiatra ou uma psicóloga. O Vereador Jorge disse que o Vereador Sérgio não pediu a palavra à Presidência da Câmara. O Vereador Sérgio disse que o debate está entre os dois, porque o Vereador Jorge se referiu a ele; disse que a melancolia do Vereador Jorge deve ser tratada num psiquiatra ou psicólogo e não aqui; quanto ao mesmo votar a favor do Prefeito, o Vereador Sérgio disse que todos sabem e também os motivos, mas que o Vereador Jorge deixa de cumprir o seu papel como Vereador. A sra. Presidente colocou em votação o Requerimento nº 61, que foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira; recebendo o voto contra do Vereador Sérgio Antônio Mota Furtado. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 62, do Vereador Sérgio Mota, para a convocação do Secretário Municipal de Agricultura. O Vereador Sérgio Mota disse que o motivo do seu requerimento foi a surpresa causada quando alguns empresários do ramo de laticínios o procuraram informando que o Executivo havia feito um edital para alugar o imóvel onde foi construído o matadouro municipal para a instalação de um laticínio; disse não ter as informações oficiais e por isso está pedindo a convocação do Secretário de Agricultura; disse que provavelmente se trata do Laticínio Porto Alegre, de quem conhece um pouco a história e lhe causou surpresa a sua instalação naquele espaço; disse que é favorável que o produtor rural tenha preços mais justos na venda do leite, mas tem uma grande preocupação com a prática do Laticínio Porto Alegre onde começa a captar o leite, inicialmente praticando um preço alto, acima da realidade, e, quando atinge um volume que atende a uma necessidade mínima sua, esvazia os laticínios instalados nos municípios vizinhos, ao passo que, nos lugares onde já está instalado há algum tempo, os preços praticados são abaixo do ofertado no município inicialmente; seguiu o Vereador Sérgio dizendo que o Laticínio Porto Alegre capta o leite nos municípios, leva-o para outros, como Ponte Nova, gera empregos e recolhe ICMS naquele município em detrimento daqueles que estão aqui e lutam há muito tempo mantendo emprego e recolhendo ICMS; comentou que a Secretaria de Agricultura, a Emater e o Executivo deveriam debater o preço do leite no município e não simplesmente atrair um especulador que pratica preços altos e depois joga os preços para baixo, colocando em dificuldade aqueles que estão na atividade e não estão se banhando em ganhar dinheiro, tendo seus empréstimos e seus compromissos a serem cumpridos sem uma garantia de que obterão venda certa, como funciona a lei do comércio; disse então ser preciso que o Secretário de Agricultura venha se manifestar para dar uma explicação à Câmara, pois certamente deu um passo errado, considerando que o Laticínio Porto Alegre

não investirá em Rio Pomba, e que, se o fizesse, instalando um laticínio para produzir queijo, iogurte e outros, aí estaria tudo bem, pois estimularia a produção e geraria emprego e renda; o Vereador Sérgio disse que outra preocupação sua é quanto ao local poder ser locado para empresa privada, pois o processo de desapropriação foi baseado na utilidade pública do local, inclusive com cláusula no contrato de locação de que o imóvel poderia futuramente ser adquirido nos termos do decreto expropriatório nº 930/2001, o qual considera a necessidade de um local para o abate de bovinos e, no seu entendimento, essa pré-condição não foi revogada; disse que não entrava na questão jurídica, mas apenas ao que motivou a desapropriação, e pediu que a Câmara fique alerta e convoque o Secretário para maiores esclarecimentos. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que votará a favor do requerimento e perguntou onde o Vereador Sérgio conseguiu as cópias de documentos, se foi no cartório. O Vereador Sérgio disse que no cartório da Rita soube quais documentos faziam parte do processo, e posteriormente pegou as cópias aqui na Câmara. O Vereador Maurílio disse que procurou esses documentos na Câmara e não havia. O Vereador Sérgio disse que possivelmente a forma como o Vereador Maurílio pediu eles não foram encontrados, mas que eles foram enviados pelo então Prefeito, Giovani Baía, em 2002. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o assessor jurídico da Prefeitura leu para ele os documentos que lá existem e realmente eles não sabem disso. Votado, o Requerimento nº 62 obteve 04 (quatro) votos a favor dos Vereadores: Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Sérgio Antônio Mota Furtado; e 04 (quatro) votos contra dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares e Antônio Dias de Oliveira. Havendo empate, a sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, votou favorável ao Requerimento nº 62, que então foi aprovado por 05 (cinco) votos. Após, foi lido o Requerimento nº 63, do Vereador Sérgio Mota, requisitando informações sobre a aquisição de imóvel. O Vereador Sérgio Mota disse que este requerimento complementa a convocação do Secretário. Votado, o Requerimento nº 63 obteve 04 (quatro) votos a favor dos Vereadores: Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Sérgio Antônio Mota Furtado; e 04 (quatro) votos contra dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares e Antônio Dias de Oliveira. Havendo empate, a sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, votou favorável ao Requerimento nº 63, que então foi aprovado por 05 (cinco) votos. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 235: reforma do calçamento da Rua Dante Menicucci; 2) Indicação nº 236: rampa na Rua Cel. Luís Furtado de Mendonça; 3) Indicação nº 237: realização de festas no parque de exposições; b) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 244: elaboração do Plano Diretor; 2) Indicação nº 246: manutenção do guarda-corpo da ponte dos Cavacudos; 3) Indicação nº 247: atendimento social para pessoa em situação especial. Às vinte horas, aberta a ordem do dia, a sra. Presidente determinou a tramitação das seguintes matérias: a) Parecer jurídico referente ao Projeto de Lei nº 1.556; b) Emenda ao Projeto de Lei nº 1.556: - 01 Modificativa; c) Projeto de Lei nº 1.556, do Executivo: Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente –

FMMA – de Rio Pomba/MG, e dá outras providências. O Vereador Sérgio Mota comentou que recebeu, assim como os demais vereadores, um ofício do advogado do Sindicato dos Servidores Municipais relatando uma preocupação quanto ao projeto que será enviado pelo Executivo sobre o plano de carreira, pois o autor está propondo a troca da progressão horizontal por um auxílio de cem reais; disse que ficou preocupado e que é importante os vereadores ficarem alertas, talvez esse assunto devendo ser analisado por um tributarista para avaliação das consequências a longo prazo; disse que não se pode retirar direitos e conquistas dos servidores, obtidos desde 1995. A sra. Presidente da Câmara disse que a Câmara está aguardando esse projeto e não quer comentar nada ainda por não saber a forma com virá, mas que certamente os funcionários não serão prejudicados. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Vigésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezenove horas do dia dezenove de dezembro de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início ao Expediente e colocou em discussão a ata da sessão solene anterior (de 29/11/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi colocada em discussão a ata da sessão ordinária anterior (19ª sessão ordinária, de 05/12/2013). Votada, essa ata foi aprovada por unanimidade. A sra. Presidente comunicou que o sr. Prefeito respondeu aos pedidos de informação sobre: 1) aquisição de terrenos no Distrito Industrial; 2) início de obra na Praça JK; 3) obra particular na Av. Dr. José Neves; e que as respostas estão à disposição dos vereadores. O Vereador Sérgio Mota disse que num de seus requerimentos o sr. Prefeito deixou de responder a uma parte do que foi questionado, e que já solicitou à Presidente da Câmara que busque essas informações. Após, foram lidas as seguintes correspondências e feitos os comunicados: a) convite para inauguração da sede da Câmara de Mercês; b) relatório dos trabalhos da Câmara no ano de 2013, conforme art. 41, XXVI, do Regimento Interno. O Vereador Túlio Mota parabenizou à Mesa Diretora e aos vereadores da Câmara de Mercês por terem conseguido edificar a sua sede, algo que é necessário também para nós. Seguindo, foi lida a Portaria nº 253, da Presidente da Câmara, que designa os membros da Comissão de Controle Interno para o ano de 2014 (Jorge Luís Martins Soares, Túlio Mota Salgado e Ramon Machado de Oliveira). Consultado o plenário, obteve-se a homologação da Portaria nº 253. Após, conforme regular convocação feita através do Requerimento nº 62/2013, às dezenove horas e doze minutos, a sra. Presidente deu início à audiência com o Secretário Municipal de Agricultura, sr. Alarcon Mendes Gomes, sobre a possível outorga de permissão remunerada de uso do imóvel municipal localizado à Av. Djanira Lucas Esteves, convidando-o a comparecer perante o plenário. Com o Sr. Alarcon Mendes Gomes na tribuna, o Vereador Sérgio Mota foi o primeiro a se pronunciar, falando da importância do momento e seguiu dizendo que o motivo da convocação era a possível cessão do espaço do imóvel destinado ao matadouro municipal, localizado na Av. Djanira Lucas Esteves; discorreu sobre os gastos feitos naquele imóvel desde a compra, passando pela aquisição de equipamentos e as obras realizadas; citou que a estrutura para o abate de animais não é obrigação do município e sim dos açougueiros; disse que a cláusula 1.3 do contrato de locação do imóvel definia que a finalidade do imóvel desapropriado estaria definida em decreto, e seguiu dizendo que o Decreto nº 930, por sua vez, menciona a finalidade matadouro; o Vereador Sérgio perguntou ao Secretário de Agricultura se na publicação do edital de cessão do imóvel foi observado esse decreto. O Secretário de Agricultura, sr. Alarcon, respondeu que apenas nas considerações do Decreto 930 é mencionada a finalidade citada pelo Vereador Sérgio, que as considerações não determinam nada e que em artigo nenhum isso é citado; disse que o imóvel construído para o suposto matadouro não consta na licitação de dezenove de



outubro de dois mil e treze, sendo ele de propriedade da Prefeitura, a qual o utiliza da maneira como achar conveniente, maneira a qual está sendo pensada. O Vereador Sérgio Mota disse discordar do ponto de vista do Secretário e que a questão jurídica não cabe a ele discutir, podendo ser analisada no Ministério Público; perguntou onde foi publicado o edital da cessão do espaço. O sr. Alarcon respondeu que foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais do dia 19/10/2013, caderno três, para se obter uma abrangência maior em todo o Estado. O Vereador Sérgio perguntou o motivo de não se ter publicado no jornal O Imparcial, mas apenas em um jornal pouco acessado no município, especialmente por quem é do ramo de atividade. O Secretário de Agricultura respondeu que não faz parte do setor de publicações. O Vereador Sérgio disse que isso, para ele, caracteriza a omissão e o silêncio das informações; perguntou como se deu a busca para locar o imóvel, se foi pensado um ramo de atividade específico que se enquadrasse naquela estrutura. O Secretário de Agricultura respondeu que apenas foi pensado no imóvel que não rendia nada e estava parado, fazendo-se a licitação e a empresa se interessando em adquiri-lo. O Vereador Sérgio Mota perguntou se existiu alguma articulação dos setores Secretaria de Agricultura, do técnico da Emater e outras dirigências ou lideranças municipais no sentido de viabilizar a locação do imóvel à empresa que lá se instalará. O Secretário de Agricultura respondeu que não existiu nenhuma articulação, de forma alguma, mas apenas uma licitação de forma normal, sem favorecimento algum à empresa que ganhou a licitação. O Vereador Sérgio Mota perguntou qual a expectativa da Secretaria de Agricultura com a atração dessa empresa para o município, e o que a empresa propõe para se instalar em Rio Pomba. O Secretário de Agricultura respondeu que, a princípio, apenas coletar o leite e levar, mas num futuro muito breve montar uma instalação e construir uma fábrica. O Vereador Sérgio Mota perguntou qual a empresa ganhou a licitação; e o Secretário de Agricultura respondeu que foi o Laticínios Porto Alegre. O Vereador Sérgio Mota perguntou se foi feito algum levantamento sobre a atuação da Laticínios Porto Alegre nas regiões em que atua e quais os preços ela pratica. O Secretário de Agricultura disse que sim e citou a cidade de Mutum, onde ela mudou a região, e que só não trouxe alguns produtores de lá para prestarem depoimento pela inviabilidade; disse que pela última informação que tem a Laticínios Porto Alegre paga a R\$1,15 (um real e quinze centavos) o litro de leite. O Vereador Sérgio Mota disse que tem um levantamento de preços do Laticínios Porto Alegre e que depois a deixará com a Presidente da Câmara; citou uma nota fiscal da região de Coimbra, datada de trinta de junho, ao preço de R\$1,12 (um real e doze centavos), e algumas planilhas a R\$1,09 e a última a R\$1,07 referente a setembro; disse que em Rio Pomba existem produtores recebendo a R\$1,14 e R\$1,15, e que o histórico dessa empresa é sabidamente predatório, pois em alguns lugares onde se instalou ela vendia sonhos de pagar acima da realidade, assim o fazendo mas, ao atingir a cota de leite que necessitava, inclusive quebrando alguns laticínios, ela jogou os preços para baixo para recuperar seus investimentos, conforme depoimentos que ouviu de alguns lugares, o que é confirmado pelas notas fiscais e planilhas, e disse que esta é a sua preocupação; manifestou-se favorável que os produtores de leite tenham um preço justo pelo produto, assim como todos os

vereadores o são; perguntou se houve em algum momento, pela Prefeitura, Secretaria de Agricultura e Emater, alguma discussão com os produtores e os donos de laticínios sobre o preço praticado em nosso município pelos laticínios aqui instalados, buscando-se o pagamento de um preço mais justo pelo leite. O Secretário de Agricultura respondeu que não, de maneira nenhuma, e perguntou aos produtores que têm o leite pago em dia e por um preço justo, se eles pensam em trocar de laticínio; disse que ninguém é obrigado a vender o leite para o Laticínio Porto Alegre, como aconteceu em Silveirânia onde não competiram com a Flórida. O Vereador Sérgio Mota disse estar preocupado com o fato de o Laticínio Porto Alegre levar o leite para outros município e produzirem lá os derivados do leite, gerando ICMS e empregos diretos e indiretos em outros municípios; disse que deveria estar havendo em Rio Pomba uma discussão para a formação de uma cooperativa dos produtores de leite, agregando valor ao produto; disse não ser contrário à vinda do Laticínio Porto Alegre para Rio Pomba, mas sim contra o fato de a Prefeitura estar cedendo aquele espaço para a empresa, sendo que a mesma poderia vir para a cidade e se instalar normalmente como qualquer outra empresa; disse que a articulação da Prefeitura, Secretaria de Agricultura e Emater para a instalação daquele laticínio naquela localidade beneficia ao laticínio citado com toda uma estrutura montada, sendo uma concorrência predatória aos pequenos laticínios que já estão aqui gerando emprego e renda; comentou que ouviu dizer ainda hoje que o dono do laticínio Linda Nata está insatisfeito com algumas questões e que, se for o caso, fecha o laticínio; disse que são duas as suas preocupações, sendo a primeira a irregularidade da cessão do imóvel cuja finalidade na desapropriação foi outra, e a segunda a articulação do governo municipal predatória com relação a quem está instalado e gerando emprego e imposto; perguntou o valor da locação. O Secretário de Agricultura disse que a informação que ele tem é de que serão pagos R\$4.000,00 (quatro mil reais) durante cinco anos de contrato. O Vereador Sérgio Mota disse possuir informações sobre a existência de uma planilha, um levantamento, feito em nosso município e região pelo Secretário de Agricultura, pelo Técnico da Emater e por um outro nome que ele ia deixar de citar naquele momento, levantamento esse que foi feito no início do ano, segundo o Vereador Sérgio, e que o levava a entender que o Secretário de Agricultura mentia em plenário, porque a licitação foi feita dirigida ao Laticínio Porto Alegre; perguntou se o secretário confirmava isso. O sr. Alarcon Mendes Gomes negou e disse que não houve direcionamento algum e nenhuma articulação, nem por sua parte e nem por parte do Técnico da Emater, respeitando a opinião do Vereador Sérgio. O Vereador Romeu Moreira disse que o vereador tem todo o direito de saber os termos da instalação da firma; sobre a discussão com os produtores sobre o preço do leite, disse que isso não cabe à Prefeitura, na sua opinião, mas sim ao Sindicato dos Produtores Rurais ou à associação que já está sendo criada, mas infelizmente os produtores não têm união; quanto à vinda da firma, disse que é uma sorte para os produtores porque a concorrência é necessária; citou o seu exemplo de que recebia o seu leite a R\$1,18, que o mesmo caiu de preço mas será repostado com a vinda da firma; disse achar que o Vereador Sérgio está equivocado quanto à ideia da Prefeitura intermediar para obtenção de preço do leite

para os produtores, mas que, por outro lado, está certo quanto à preocupação do local da instalação da empresa, apesar de o Vereador Sérgio Mota ter sido o Secretário de Agricultura na época da aquisição pelo então Prefeito, Giovani Baía, e de o mesmo saber que aquele local foi impedido pelo IMA e por vários órgãos competentes pela impossibilidade de funcionar um matadouro ali; sobre essa luta pelo matadouro, disse o Vereador Romeu que pode “falar de cadeira” porque infelizmente os animais eram abatidos na sua propriedade por mais de cinco anos pela falta de outro lugar onde houvessem condições mínimas de higiene; disse o Vereador Romeu que aquele não é lugar para se fazer um matadouro, próximo de um trevo onde existe fiscalização e de um córrego, com sujeição de liberação por vários órgãos ambientais; disse que a Prefeitura sentiu o imóvel parado, fez a licitação e uma firma se interessou, resultando em parabéns para os produtores; disse que ideal seria que os produtores se unissem, porque aí teriam um volume muito maior de leite e poderiam exigir um preço melhor, através de um sindicato ou associação forte. A Vereadora Maria do Carmo disse que foi procurada por um produtor falando que a Câmara votou contra a vinda do Laticínio Porto Alegre e que ela, Presidente da Câmara, havia desempatado; disse a vereadora que isso é uma mentira e que a vinda do laticínio não tem nada a ver com a Câmara, e que a votação tratava-se de um pedido de informação. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou se, além do aluguel, havia outro benefício para o município, como ICMS. O sr. Alarcon disse que obviamente sim, pois o leite não pode sair daqui sem a nota fiscal e que o ICMS fica para Rio Pomba. O Vereador Jorge Luís disse que o produtor que estiver satisfeito com o seu laticínio não mudará de comprador, e que a lei de mercado é livre. O Vereador Sérgio Mota disse que estava presente o Chefe do Escritório do IMA, Dr. Marco Antônio, e comentou que teve uma conversa informal com o mesmo, quando o Dr. Marco Antônio lhe disse que onde foi construído o matadouro e suas condições de abate eram suficientes para atender ao fornecimento no município de Rio Pomba, sendo que o IMA emite guia para abate de bois no município de Astolfo Dutra, onde as condições do matadouro são bem precárias e abaixo do que se tem construído em Rio Pomba; lembrou o Vereador Sérgio de que o propósito da edificação do matadouro em Rio Pomba, e hoje a sua insistência, é para que se possa ter um espaço onde se sabe onde é abatido o boi e a sua qualidade, devidamente inspecionado por veterinário, não continuando da forma como é hoje, clandestinamente; disse que a Câmara não pode se omitir perante o investimento financeiro que foi feito para se implantar o matadouro naquele local, e que precisa tomar providências para apurar as responsabilidades pelo investimento que venha a ir embora “pelo ralo”; perguntou ao Secretário de Agricultura qual a sua posição sobre isso. O sr. Alarcon Mendes Gomes disse que desde que assumiu a Secretaria de Agricultura, em janeiro de 2011, somente se pagou água e luz daquele imóvel, porque em setembro o Dr. Luciano visitou o local e julgou completamente inviável que ali fosse feito o matadouro, motivo pelo qual não se gastou mais nem um centavo lá; disse que não é tão fácil assim colocar o matadouro em funcionamento, tanto que durante os cinco anos em que o atual Vereador Sérgio Mota foi Secretário de Agricultura não conseguiu isso; disse achar certo que se apure as responsabilidades e citou que em 2009 foram gastos R\$70.000,00 oriundos

de uma licitação publicada em dezembro de 2008 e ocorrida em janeiro de 2009, onde o atual Prefeito apenas cumpriu uma licitação que já estava elaborada. Disse o Vereador Sérgio Mota que nada disso justifica e questionou o motivo de o atual gestor não haver tomado providência junto ao Ministério Público para se buscar os responsáveis pelo investimento inadequado. O sr. Alarcon disse que não tem o menor poder para isso, como sabe o Vereador Sérgio Mota. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que a vinda do laticínio não é uma questão da Câmara, mas quanto à compra do imóvel para o matadouro disse que há várias questões no decreto de desapropriação, infelizmente não sendo citada a sua destinação para matadouro; disse achar que isso caberá ao Ministério Público. O Vereador Sérgio Mota pediu que a Câmara Municipal encaminhasse ao Ministério Público a questão abordada, e pediu a manifestação da Presidência da Câmara. A sra. Presidente da Câmara disse que irá encaminhar o pedido ao Ministério Público. O Vereador Jorge Luís Martins Soares comentou que os secretários de agricultura não têm poder nenhum sobre o funcionamento do matadouro, e perguntou se poderia ser ouvido o sr. Marco Antônio, do IMA, para que este se pronunciasse segundo o entendimento daquele instituto. O Vereador Romeu Moreira Batista disse que para a Câmara encaminhar algo ao Ministério Público é preciso ter acesso a toda a documentação, sendo que nenhum vereador tem cem por cento dessa documentação, apesar de o Vereador Sérgio já estar pedindo que a Câmara assuma o compromisso de enviar o assunto ao Ministério Público; disse achar que não podemos fazer esse compromisso antes de analisar os papéis, e que depois sim, havendo algo irregular, é função da Câmara apurar os responsáveis; pediu que a Câmara não faça encaminhamento ao Ministério Público enquanto não tiver certeza dos fatos, pois o Vereador Sérgio está fazendo uma pressão para que já se faça esse encaminhamento. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que o Vereador Sérgio não precisa da Câmara para isso, podendo ele mesmo tomar essa providência de encaminhamento; concordou com o Vereador Romeu que primeiro seja apurado, porque poderá se fazer um encaminhamento que não tem nada a ver. A sra. Presidente da Câmara concedeu a palavra ao Dr. Marco Antônio, do IMA. O Vereador Sérgio Mota disse que é contraditório o argumento dos Vereadores Romeu e Maurílio, pois o Secretário de Agricultura acaba de dizer que o matadouro não é adequado às exigências para abate de animais, sendo que a Câmara tem que enfrentar o problema e tomar as providências. O Vereador Maurílio disse ser necessário analisar a documentação primeiro e enviar ao Ministério Público a coisa certa, pois já se cansou de fazer denúncias ao Ministério Público e não resultar em nada. O Vereador Romeu disse que ora alguma se negou a levar o assunto ao Ministério Público, mas simplesmente foi pedido um inteiramento da documentação; comentou que o Vereador Sérgio disse ser favorável à vinda do laticínio Porto Alegre mas que está dando a impressão de que ele está querendo dificultar a vinda dessa firma para cá sim; disse que ninguém tem dúvidas nessa Casa e estão favoráveis, e que se existe alguém responsável pelo matadouro é o próprio Vereador Sérgio Mota, que era Secretário de Agricultura na época; reafirmou que é necessário investigar o assunto antes de simplesmente denunciar ao Ministério Público algo de que não se tem certeza. O Vereador Sérgio Mota disse saber que qualquer cidadão ou vereador

pode fazer um encaminhamento ao Ministério Público, mas que estava chamando a Câmara a não se omitir do papel ao qual ela assumiu; pediu que a Presidente da Câmara não volte atrás da sua decisão manifestada nesta reunião; disse que foi Secretário de Agricultura e não se omite de qualquer responsabilidade que o Ministério Público venha a lhe cobrar por aquela obra, mas o fato é que não se pode simplesmente esquecer o que foi aplicado naquela obra; quanto à vinda do laticínio, disse ser inteiramente favorável à concorrência sadia e que gere emprego e renda ao município, mas contrário à concorrência predatória e ao capitalismo selvagem. A sra. Presidente da Câmara disse que desde que entrou na Câmara tudo o que esta Casa faz é com muita seriedade e transparência; disse que falou com o Vereador Sérgio que vamos pedir, mas primeiro vamos pedir à assessoria jurídica da Câmara, representada pela Dra. Vânia, que ela verifique os documentos e, estando tudo presente, que vamos encaminhar tudo o que for possível ao Ministério Público, se preciso. O Vereador Sérgio disse que então não haverá dificuldade, pois a Câmara tem um vasto volume de documentos sobre o matadouro. A Presidente da Câmara disse que o Vereador Sérgio averbe algum documento que ainda não esteja na Câmara; consultou ao Plenário se uma pessoa que estava na platéia poderia fazer um breve comentário, como manifestado o desejo dessa pessoa. Houve debate e, conforme dispõe o Regimento Interno, apurou-se não ser possível a concessão da palavra, há não ser pela forma tratada para a Tribuna Popular. O Vereador Sérgio Mota agradeceu a presença do Secretário de Agricultura e do público, e disse que se dava por satisfeito com as respostas prestadas; comentou que, se todo o assunto não foi esclarecido, o Ministério Público sanará as dúvidas que possam existir. A sra. Presidente da Câmara deixou claro que somente irá ao Ministério Público depois de toda a papelada juntada, inclusive a fornecida pelo Vereador Sérgio. O Vereador Sérgio disse que a Câmara Municipal tem toda a documentação necessária para que o Ministério Público analise o assunto. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou se o Vereador Sérgio poderia lhe fornecer uma cópia da planilha de levantamento de preços feita pelo Alarcon e pelo extensionista da Emater, como citado pelo Vereador Sérgio. Este disse que a informação sobre a existência de uma planilha de preços é extraoficial e que não tem esse documento, o qual teria sido feito anteriormente e se tratava de um levantamento de volume de leite e outros nesse sentido. Às vinte horas e quarenta e seis minutos encerrou-se a audiência do Secretário Municipal de Agricultura. Presente no recinto e tendo sido mencionado durante a audiência, prontificou-se a prestar algumas informações o sr. Marco Antônio Pereira Lopes, Chefe do Escritório Seccional do IMA em Rio Pomba. Convidado pela sra. Presidente da Câmara, às vinte horas e quarenta e seis minutos o sr. Marco Antônio se posicionou na tribuna e cumprimentou aos vereadores; disse que era uma honra estar aqui como representante do IMA e colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos, inclusive futuros; inicialmente esclareceu que na gestão do atual Prefeito foi procurado por este, considerando que o IMA é o responsável pela inspeção de produtos de origem animal a nível do Estado de Minas Gerais, para que pudessem ir até o local e verificar se existia ou não as condições adequadas para o matadouro municipal; disse que pediu então que colegas seus, especializados, viessem também, o que foi feito por umas quatro vezes, e se

depararam com um problema seríssimo na obra para fins de registro junto ao IMA ou ao SIF, que era o pé-direito, algo altamente impeditivo para a chancela estadual ou federal; disse que essa informação foi passada via relatório ao sr. Prefeito e, após, os técnicos do IMA se afastaram do processo como um todo; comentou que, depois disso, o sr. Prefeito continuou seus estudos para a instalação ou não do matadouro. O Vereador Sérgio Mota disse que os esclarecimentos do Dr. Marco Antônio são técnicos; comentou que a chancela do SIF ou do IMA são para comercialização fora do município, e que matadouro municipal objetiva apenas o abate para consumo em Rio Pomba; pediu que o Dr. Marco Antônio confirmasse sobre a conversa que tiveram ainda este ano, na Praça Juscelino Kubtich, de que o matadouro atendia sim às necessidades do município visto que a cidade de Astolfo Dutra tem um abatedouro em piores condições do que o nosso. O Vereador Romeu Moreira disse que o Dr. Marco Antônio deixou bem claro que o veterinário do IMA não achou adequado o local para abate de bois pela altura do pé-direito, que é baixo. O Dr. Marco Antônio disse que teve uma conversa preliminar com o Vereador Sérgio Mota na praça, falando que o SIM – Serviço de Inspeção Municipal, também é um serviço de inspeção para o comércio de produtos em âmbito municipal, mas comentou que deixou bem claro que, apesar do SIM ser mais flexível, é preciso pensar no meio ambiente e na segurança alimentar; disse o Dr. Marco Antônio que falou na época com o Vereador Sérgio, sensibilizado pela preocupação da população riopombense, sobre a necessidade de um matadouro regional e não municipal; sobre o abatedouro de Astolfo Dutra, disse que o mesmo já está fechando, porque lança dejetos diretamente no rio; disse que quando o SIM implanta um matadouro o Prefeito e a Câmara Municipal têm uma responsabilidade muito maior perante o Ministério Público porque ele é muito mais vigiado, sendo que a flexibilidade tem limites e não pode ultrapassar a legislação ambiental e da segurança alimentar; tornou a dizer que o abatedouro de Astolfo Dutra está fechando, que o sr. Alarcon esteve lá e que ele esteve antes, porque lançava o sangue bovino diretamente no córrego, sendo que se isso estivesse acontecendo em Rio Pomba o Ministério Público já teria procurado o IMA; repetiu que o SIM tem maior flexibilidade mas que existem parâmetros federais que nem o IMA e nem o SIM podem extrapolar; disse haver falado com o Vereador Sérgio que, adequando-se, o SIM poderia futuramente aproveitar aquela obra, mas logo depois, vendo a conclusão definitiva do laudo do IMA, constatou que o pé-direito é tão baixo que o animal praticamente arrastaria a cabeça no chão, permitindo a contaminação; comentou que diversos locais que tinham o matadouro pelo SIM foram fechados pelo IMA mediante ação do Ministério Público; disse que os únicos lugares que ele teve a satisfação de ter apoiado são Leopoldina e Cataguases, onde os açougueiros se associaram e gerenciam o abatedouro, ficando o município à parte; disse que o IMA parou de emitir guia para o matadouro de Astolfo Dutra e o Ministério Público o fechou; disse, perante as autoridades municipais presentes, que o matadouro municipal é importante porque existem demasiados casos de tuberculose e brucelose nos animais; disse ser necessário que os matadouros passem pelos consórcios intermunicipais de saúde porque o abate se trata de um caso de saúde pública e existem recursos na área da saúde; disse que, pelo custo do investimento e

pelo número de abates semanais, o matadouro tem que ser regional, atendendo a três ou quatro municípios próximos, a não ser que se trate de um município com mais de duzentos mil habitantes; citou que o município de São João Nepomuceno, onde havia o SIM, fechou o abatedouro pelo seu custo elevado. O Vereador Jorge Luís Martins Soares agradeceu ao Dr. Marco Antônio pelas palavras esclarecedoras. O Vereador Sérgio Mota disse não defender que nenhuma obra se instale sem estar adequada às exigências legais, mas que o matadouro de Rio Pomba tem o laudo da FEAM e um primeiro laudo do IMA pedindo algumas adequações; disse não estar vendo a vontade política resolvendo a questão do matadouro, de modo que é preciso levar o assunto ao Ministério Público para a apuração dos responsáveis. O Dr. Marco Antônio comentou que em Astolfo Dutra existe também a questão sanitária relacionada ao destino do couro, que o Ministério Público notificou e o IMA emitiu a decisão final pelo fechamento do matadouro. O Vereador Romeu Moreira agradeceu pela participação do Dr. Marco Antônio que inclusive trouxe mais informações para o caso de levar o assunto ao Ministério Público. O Vereador Sérgio Mota disse que teve uma longa conversa com o Dr. Marco Antônio, como citado, e que na ocasião ficou satisfeito com a informação de que o nosso matadouro tinha condições de abate animal para o comércio municipal, atendidas algumas adequações; agradeceu à presença do Dr. Marco Antônio e do Alarcon. Às vinte e uma horas e dez minutos encerrou-se a participação do sr. Marco Antônio Pereira Lopes. Passando às proposições, foi lida a Emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 16: - Modificativa nº 01, e seguiu tramitando o Projeto de Lei Complementar nº 16, dos Vereadores Túlio Mota Salgado e Paulo Henrique da Silva, que altera a Lei nº 940/95, que Institui o Código de Obras Municipal, com relação às marquises. A sra. Presidente disse que aguarda os pareceres das comissões e da assessora jurídica da Câmara. Dando sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.559, do Vereador Jorge Luís Martins Soares, que declara de utilidade pública o Projeto Arte, Cultura e Vida Batuque Afro Brasileiro de Rio Pomba/MG. Após, foi lido o Requerimento 64, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.559. Votado, o Requerimento nº 64 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, substituindo o Vereador Jorge Luís Martins Soares pelo Vereador Túlio Mota Salgado, na forma do art. 72-A, do Regimento Interno. Esta comissão manifestou-se pela legalidade do Projeto de Lei nº 1.559. Então, com a permissão plenária, a sra. Presidente colocou em única discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.559. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.559 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.560, do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a instituir, manter e operar, ou outorgar a exploração do estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos do município, denominado “zona azul” e dá outras providências. A sra. Presidente determinou a tramitação deste projeto e o enviou às comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e de Obras e Serviços Públicos Municipais. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.561, do Executivo, que cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento e dá outras providências; bem como a Emenda

ao Projeto de Lei nº 1.561: - Aditiva nº 01. Após, foi lido o Requerimento 65, da Mesa Diretora, que requer urgência especial para o Projeto de Lei nº 1.561. Votado, o Requerimento nº 65 foi aprovado por unanimidade. Então, a sra. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; e de Meio Ambiente. Os pareceres das três comissões foram favoráveis ao Projeto de Lei nº 1.561 e à emenda apresentada. Então, com a permissão plenária, a sra. Presidente colocou em única discussão, ainda no expediente, o Projeto de Lei nº 1.561 e a emenda. Encerrada a discussão, foi colocada em votação a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.561 – Aditiva, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 1.561, que foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) do Vereador Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 250: cascalhamento de estradas rurais; b) do Vereador Juscélio Bernardino Braz: 1) Indicação nº 248: restrição de estacionamento na Alameda dos Inconfidentes; 2) Indicação nº 249: policiamento na região central e escolas; c) do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis: 1) Indicação nº 253: aplicação de herbicida na zona rural; d) do Vereador Romeu Moreira Batista: 1) Indicação nº 251: construção de casas populares; e) do Vereador Sérgio Mota: 1) Indicação nº 254: iluminação de Natal nas praças públicas; 2) Indicação nº 255: expansão do perímetro urbano; f) dos Vereadores Túlio Mota Salgado, Paulo Henrique da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes: 1) Indicação nº 252: benfeitorias na Praça Delano Lopes Machado. Às vinte e uma horas e quarenta e oito minutos, aberta a ordem do dia, foi lida a Emenda ao Projeto de Lei nº 1.556: - Modificativa nº 02. Esta emenda foi colocada em única discussão e submetida à votação, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi colocado em segunda discussão o Projeto de Lei nº 1.556, do Executivo, que cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA – de Rio Pomba/MG, e dá outras providências. Encerrada a discussão, o Projeto de Lei nº 1.556 foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, foi colocado em única discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 151, do Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que outorga homenagem de honra ao mérito e dá outras providências. Encerrada a discussão, este projeto de decreto legislativo foi votado e aprovado por unanimidade. A sra. Presidente recordou que o Vereador Sérgio Mota solicitou às comissões de Obras e de Meio Ambiente visitas ao matadouro e à creche que está em obras; a sra. Presidente solicitou novamente que os presidentes das duas comissões agilizem esse trabalho e marquem as datas das visitas. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, Presidente das comissões citadas, disse que ainda não marcou a visita porque teve informações de que o matadouro de Astolfo Dutra estava para fechar e não tinha condições de funcionar; na iminência desse debate, resolveu esperar para ver; quanto à creche, o Vereador Maurílio disse que ela será inaugurada no início do ano e que já estão sendo feitas inscrições para as crianças, estando a obra sendo terminada; disse que, se for o caso, as comissões darão um jeito de ir lá e ver a situação. O Vereador Romeu Moreira disse que agora é Natal e fim de ano, devendo se deixar para o ano que vem. O Vereador Sérgio Mota recordou que em sessão anterior fez esses pedidos às comissões e insistiu que sejam marcadas essas reuniões, até mesmo para o



cumprimento do prazo que dispõe o Regimento Interno, na verdade já prescrito; disse que a Presidente da Câmara pode nomear que a comissão faça essas visitas e pediu que ela o fizesse desde já; disse respeitar os argumentos do Vereador Maurílio mas que eles descumprem o Regimento Interno. A sra. Presidente perguntou ao Vereador Maurílio, sendo ele o Presidente das duas comissões, se poderia marcar para esta semana ainda. O Vereador Maurílio perguntou se os membros das comissões concordavam em ir lá ainda neste final de ano, e disse que no matadouro de Astolfo Dutra ele não vai porque já foi fechado, de modo que será uma perda de tempo e, se o Vereador Sérgio quiser ir, ele pode ir. A sra. Presidente perguntou como será feito se o matadouro daquela cidade fechou. O Vereador Sérgio Mota disse que não se tem essa informação oficialmente, e que a decisão do Presidente da Comissão de Obras descumpra o Regimento Interno e é uma omissão do seu papel; voltou a insistir e pediu que, na manifesta desistência do Presidente da Comissão, a sra. Presidente da Câmara designe um substituto, colocando o seu nome à disposição para tanto. A sra. Presidente perguntou se o Vereador Romeu iria, e este respondeu que agora entraremos no recesso, de forma que seria necessário deixar para o ano que vem. Os Vereadores Paulo e Juscélio disseram que vão. O Vereador Antônio Dias disse que não pode ir. O Vereador Túlio disse que poderá ir. Então, a sra. Presidente designou os Vereadores Sérgio Mota e Túlio Mota Salgado para substituírem os Vereadores Maurílio e Antônio Dias nas comissões de Obras e Serviços Públicos e de Meio Ambiente. O Vereador Sérgio Mota sugeriu que seja designada desde já uma data. Após consenso, ficou designada a próxima segunda-feira, dia vinte e três, às quatorze horas. O Vereador Sérgio sugeriu que se entre em contato antes com a Prefeitura de Astolfo Dutra, para confirmar o fechamento do matadouro. O Vereador Sérgio Mota disse que a APAE solicitou que, na devolução do saldo financeiro da Câmara à Prefeitura, fosse destinada parte para aquela associação. A sra. Presidente disse que os vereadores podem fazer essa indicação ao sr. Prefeito, cabendo a ele a decisão do repasse à APAE. O Vereador Jorge sugeriu a redação de um ofício, a ser assinado por todos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e duas horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

**Ata da Sétima Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezesseis horas e dez minutos do dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Antônio Dias de Oliveira, Jorge Luís Martins Soares, Juscélio Bernardino Braz, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Romeu Moreira Batista, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado; foi aberta a sessão pela sra. Presidente, Vereadora Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, que deu início à Ordem do Dia e determinou a leitura da mensagem e ofício do Chefe do Executivo de encaminhamento dos projetos de leis a serem apreciados nesta sessão. A seguir, foram lidos: a) Projeto de Lei nº 1.562, do Executivo: Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.563, do Executivo: Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, Cria o Conselho Municipal de Saneamento, o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico e o Fundo Municipal de Saneamento Básico de Rio Pomba – MG. A sra. Presidente disse que agora os projetos seriam discutidos e, estando presente no recinto, convidou a participar do debate o sr. Antônio Carlos Vidal Barra, Coordenador do Plano Municipal de Saneamento Básico. O sr. Antônio Carlos Vidal Barra agradeceu pela oportunidade e se colocou à disposição dos vereadores. O Vereador Jorge Luís Martins Soares perguntou se a contribuição da população virá em outro projeto específico depois; e o sr. Antônio Carlos respondeu que foi votado pela população o Plano Municipal de Saneamento Básico através da conferência municipal realizada recentemente, estando prevista a formação de um conselho que discutirá, deliberará e proporá a política de saneamento básico. O Vereador Túlio Mota Salgado citou trechos do Projeto de Lei nº 1.563 e perguntou se prevalece o fundo municipal de saneamento básico sobre o art. 9º, XI, e o art. 12, XI. O sr. Antônio Carlos disse que os dispositivos são complementares e salientou que as tarifas serão aprovadas pelo conselho; comentou que o fundo de reserva poderá também financiar projetos dentro do saneamento básico e inclusive subsidiar o início da implantação, conforme discutido dentro do plano. O Vereador Túlio Mota Salgado disse que sua preocupação é a possibilidade de se começar a cobrar da população a partir de quando a Câmara aprovar esse projeto e da criação do conselho. O sr. Antônio Carlos disse que dentro do conselho haverá um membro do Legislativo e da população. A Vereadora Maria do Carmo disse que é muito melhor do que jogar a taxa para a Câmara votar. O sr. Antônio Carlos disse que o conselho será o órgão máximo, e não a Prefeitura e nem o Legislativo. O Vereador Sérgio Mota disse ver o projeto como bastante complexo; comentou que foram feitas as discussões do plano municipal, ainda que tenha havido uma baixa participação popular devido à falta de costume da sociedade em participar ativamente dos problemas; disse que o projeto enviado, criando o conselho municipal de saneamento básico como um órgão bipartite em cinquenta por cento governo e sociedade civil; disse que é sabido como funcionam os conselhos e não acreditar que o mesmo debaterá os assuntos, mas sim que seguirá uma orientação prévia segundo os interesses do Executivo, independente de quem seja o Prefeito; quanto às tarifas de cobrança pelo tratamento de esgoto, disse ser este o assunto mais polêmico e sobre o qual

certamente haverá uma discussão entre o Prefeito e o conselho, porém este, se não for bem representado e independente, votará conforme orientação do Executivo a qual, muitas vezes, não é a mais interessante para a sociedade; disse que o município estará vivenciando uma situação muito complexa daqui para frente, com o perigo do conselho aprovar a tarifa sem a garantia de que os serviços serão prestados; lamentou o pedido de urgência e disse não ter domínio do projeto, onde existem erros de redação e questões jurídicas não entendidas por ele, além de entrelinhas que ele não sabe o que significa na prática; pediu vistas ao projeto para que fique tramitando e possa ser melhor esclarecido antes da votação. O sr. Antônio Carlos disse que no dia da conferência municipal trouxe nove minutas do projeto, infelizmente não estando presentes todos os vereadores, e que através daquela base do projeto essas dúvidas já poderiam ter sido esclarecidas; disse que é necessária a urgência porque o município já está apertado com relação ao tempo e que o projeto não é segredo para ninguém, considerando que a minuta já estava na Câmara; a respeito de saber se um conselho será apto ou não isso é duvidar da capacidade das pessoas do município e do próprio Legislativo que estará representado e poderá convocar a população para se inteirar de tudo que acontece no conselho. A Vereadora Maria do Carmo disse que procurou várias vezes o sr. Antônio Carlos com a minuta do projeto para pedir explicações, e comentou que esse projeto não chegou às mãos dos vereadores ontem, mas sim desde o dia quatorze de dezembro; disse que a assessora jurídica da Câmara pode passar explicações aos vereadores, conforme já foi enviada uma cópia dos projetos para ela. O Vereador Romeu Moreira disse que a Câmara foi representada no comitê por dois vereadores e que os dois têm responsabilidade maior nesse projeto; disse estar tranquilo para votar ainda hoje porque existe um artigo que fala da prestação de contas ao Executivo e à Câmara Municipal, de modo que se o conselho não estiver sendo apto no seu exercício a Câmara poderá questioná-lo; disse que o projeto tira muito a responsabilidade da Câmara e a transfere para o conselho, cujos componentes terão toda a sociedade lhes exigindo uma boa atuação; disse sentir-se à vontade para votar, assegurada uma boa discussão nesta reunião. O Vereador Sérgio Mota disse que o projeto chegou ontem e algo pode não estar de acordo com a minuta, que pediu vistas para debatê-lo melhor e, se a maioria tem entendimento pela votação, que seja colocado em votação. O Vereador Túlio Mota disse estar com a sua opinião formada pelo que o sr. Antônio Carlos disse sobre as funções do conselho e do fundo, mas disse que gostaria do parecer jurídico se em algum lugar do projeto consta a garantia para a população de que o serviço não será cobrado sem ser efetivamente prestado à população. A Dra. Vânia Maria Barros Saraiva disse entender que será o conselho quem decidirá tudo e que a sua única dúvida é quanto à futura concessão do serviço, sobre quem será o responsável pela elaboração do documento. O sr. Antônio Carlos respondeu que será o Executivo e a Dra. Vânia disse que, segundo o art. 21 da Lei Orgânica, é uma das competências da Câmara dispor sobre a concessão de serviços públicos. O sr. Antônio Carlos disse que em nenhum momento se diz que o conselho o fará e que vale a lei maior do município; disse que o conselho é um intermediário por quem tudo tem que passar mas submetido à legislação municipal. O Vereador Romeu Moreira disse que a Câmara

dá certa autonomia ao conselho mas, no caso de uma decisão maior, ela é a responsável, como no caso da concessão com a Copasa quando será necessário vir o projeto à Câmara para ser aprovado. A sra. Presidente concordou com esta colocação. O Vereador Paulo Henrique perguntou se as reuniões do conselho serão abertas à população, e o sr. Antônio Carlos respondeu que o projeto fala em conferências e que o conselho formará o seu regimento interno onde isso poderá estar tratado. O Vereador Sérgio Mota, com relação às palavras da Dra. Vânia, disse que gostaria de entender melhor, porque o Projeto de Lei nº 1.563 diz que compete ao conselho aprovar as tarifas, taxas e preços públicos do serviço de saneamento básico e encaminhar propostas de tarifas à agência reguladora do Estado de Minas Gerais; perguntou se a concessão serviço terá que passar pela Câmara Municipal e a Dra. Vânia respondeu que sim; seguiu o Vereador Sérgio perguntando se a definição de tarifas seria após a aprovação do Projeto de Lei nº 1.563 pela Câmara e a negociação do Executivo com a empresa executora do serviço, ou seja, se a concessão que vem à Câmara inclui a proposta da empresa. O Vereador Romeu Moreira disse acreditar que, a Câmara criando o conselho, perderá o controle da tarifa de preços e da cobrança, e que caberá à Câmara aprovar a concessão quando estiver definida a empresa que executará o serviço. O sr. Antônio Carlos disse que no conselho haverá um representante da Câmara. O Vereador Maurílio Rodrigues disse também entender que a Câmara passará a responsabilidade para o conselho. O Vereador Romeu Moreira sugeriu a redação de uma emenda dispondo que, quando da definição de preços, a proposta venha à Câmara para a concordância ou não; disse que a Câmara criará o conselho para fazer todas as negociações e financiamentos, mas que poderá agir caso o conselho ceda um pouco mais em algo que possa prejudicar à população. O Vereador Maurílio Rodrigues perguntou se pode ser feita essa emenda. O sr. Antônio Carlos disse acreditar que sim, mas que se estaria dando uma autonomia parcial ao conselho, já que a aprovação final seria da Câmara; comentou que o representante da Câmara no conselho será a voz de todos os vereadores e não votará nada em dúvidas. A Vereadora Maria do Carmo e o Vereador Sérgio disseram que as questões polêmicas deverão ser trazidas pelo representante da Câmara para serem discutidas e se obter a posição da Casa. O Vereador Sérgio disse que quando o conselho definir a tarifa já estará definida qual empresa estará assumindo o serviço, indicada pelo Executivo, vindo à Câmara primeiramente a concessão para depois se definir tarifa. O Vereador Túlio Mota disse que nenhum vereador é contra o projeto e nem mesmo a população, mas a preocupação maior é sobre quanto será o custo e a partir de quando começará a cobrança; comentou que a sra. Dóris, da Diefra, disse que a cobrança inicia a partir do momento em que for aprovado. O sr. Antônio Carlos respondeu que a sra. Dóris disse que “pode ser” mediante a pergunta do Vereador Sérgio se seria pertinente a cobrança antes do tratamento, sendo que a sra. Dóris completou dizendo que se a empresa já estiver “enterrando canos no chão” ela já estará investindo para coletar o seu esgoto, só que isso será um valor percentual do teto máximo, cobrado de acordo com o consumo de água. O Vereador Maurílio Rodrigues disse que a sua preocupação é com o prazo para se iniciar o tratamento de esgoto, como no município de Congonhas onde há sete anos foi feito o convênio, é cobrada tarifa e

não há tratamento de esgoto. O sr. Antônio Carlos disse que o conselho precisará ter uma atenção muito grande e uma interação muito grande com a Prefeitura em participar das negociações. O Vereador Romeu Moreira fez um comentário sobre as reuniões que participou quando se estava negociando com a Copasa sobre o serviço do esgoto na gestão passada. O Vereador Sérgio Mota disse que fez a pergunta e a Dra. Dóris respondeu que a empresa poderá cobrar e cobrará imediatamente considerando que toda a rede de esgoto está instalada; disse o Vereador Sérgio acreditar que a concessionária cobrará aquilo que ela propôs antes e que não será pouco, em quarenta por cento sobre o valor da água; disse que não é necessário negociar o serviço com a Copasa, mas a sua preocupação é que, aprovado este projeto, sairá das mãos da Câmara o controle de discutir qual a concessionária ou se o próprio município assumirá o serviço. O sr. Antônio Carlos disse que se está fazendo suposições, mas é preciso ver o que se tem de concreto ou seja, a inexistência de uma concessionária, e de concreto só o que está no projeto de lei; citou também as palavras da Dra. Vânia sobre a necessidade da concessão passar pela Câmara e da possibilidade de se negociar; sobre a cobrança de tarifas disse que ela certamente acontecerá, mas ressaltou a existência de um representante da Câmara no conselho. A Vereadora Maria do Carmo disse que, na realidade, não fugirá ao nosso controle uma vez que a concessão passará pela Câmara. O Vereador Antônio Dias de Oliveira disse que os vereadores têm receio de votar o projeto pela repercussão na população, mas salientou que se não votarem ficará tudo parado. O sr. Antônio Carlos disse que se não for votado não entram os recursos do Governo Federal e ressaltou que serão quatorze municípios do Estado de Minas Gerais que estarão com o plano pronto, partindo na frente com uma vantagem para a obtenção dos recursos federais; disse que existe a possibilidade de se emendar a lei posteriormente. O Vereador Sérgio Mota disse que o momento de emendas seria agora, porque para trazer a discussão novamente a esta Casa será quase inviável de se conseguir; disse que estava conversando com os Vereadores Antônio Dias e Maurílio sobre se fazer uma emenda dispondo que a concessionária de água e esgoto, mais objetivamente este último, somente poderá iniciar a cobrança quando existir o tratamento ou que seja cobrado um percentual assim que a empresa iniciar as obras de saneamento e outro percentual quando iniciar o tratamento do esgoto, como uma forma de garantir à sociedade de que ela não pagará nada sem que sejam iniciadas as obras, ou que ela não pagará nada sem que se tenha o tratamento do esgoto. O sr. Antônio Carlos disse que é difícil estabelecer em percentual o que pode ser cobrado, sendo este um papel do conselho que terá subsídios extraídos de uma planilha de custos e todo um trabalho realizado. O Vereador Sérgio Mota disse que é preciso ter garantia em lei; e o sr. Antônio Carlos disse que a impossibilidade de cobrar afastará as empresas totalmente, sendo mais fácil votar contra o projeto então. O Vereador Romeu Moreira lembrou que as indústrias que consomem muita água poderão pagar uma tarifa muito cara sobre o esgoto, fatos que tornam o assunto muito complexo, igualmente as lavadeiras de roupa que têm isso como o seu sustento. O Vereador Jorge Luís perguntou à Dra. Vânia se essa emenda é necessária ou se o conselho terá o poder de negociar a cobrança e os percentuais. O Vereador Romeu Moreira disse que a sua emenda seria a ideal, pois quando da

discussão dos preços a Câmara irá participar. O Vereador Sérgio Mota disse não saber se uma emenda nesse sentido seria constitucional, e questionou se seria papel do Legislativo definir preços, levantando a questão. Sugeriu que a Câmara faça uma emenda no sentido de que só haverá cobrança a partir do início das obras, num valor mínimo, ou quando do tratamento do esgoto, tudo estabelecido em percentuais. A Sra. Presidente disse que a Assessora Jurídica poderia se manifestar sobre a apresentação de emendas. A Dra. Vânia disse que a emenda tiraria a autonomia do conselho, e que este terá que apresentar uma planilha da composição de custos, tarifas e preços; disse ainda que o conselho estará representando todo o município. O Vereador Sérgio Mota disse haver entendido a sugestão de duas emendas, a primeira do Vereador Romeu, para que no momento da definição de tarifas o assunto passasse pelo crivo da Câmara, e outra, de sua idealização, para que não haja cobrança imediatamente sem que se inicie o tratamento e/ou as obras, ou que seja cobrado um percentual com o início das obras e depois, quando iniciado o tratamento, cobra-se o valor global definido em planilha do conselho. A Dra. Vânia disse que o conselho terá representantes da OAB e da Câmara e que compete a eles levarem isso que o Vereador Sérgio está propondo. O Vereador Sérgio disse que quer emenda a proibição de cobrança antecipada e que a definição de tarifas será do conselho. O Vereador Jorge Luís perguntou o que seria a agência reguladora prevista no projeto, a quem serão encaminhadas as planilhas. O sr. Antônio Carlos disse que é um órgão estadual correspondente ao “procon do saneamento”, do qual ele não se recordava o nome no momento; disse que existem dois momentos muito importantes que são a formação do conselho e o momento em que a Câmara for aprovar a concessão. O Vereador Sérgio Mota pediu que a Dra. Vânia mostrasse onde a emenda sugerida não seria legal, conforme ela disse; e a Dra. Vânia respondeu que as providências sugeridas pelo Vereador Sérgio cabem ao conselho. O Vereador Sérgio Mota disse que o projeto está na Câmara e pode ser emendado, e não somente votado. A Dra. Vânia respondeu que a emenda não pode proibir o conselho de fazer algo. O Vereador Sérgio disse que a sua emenda sugerida não tira poderes do conselho, mas apenas garante que a sociedade não terá nenhuma cobrança antecipada; disse não estar entendendo o posicionamento da Dra. Vânia, pois sua proposta é dar maiores garantias à sociedade e que a Câmara esteja respaldada de que zelou pelos interesses da sociedade; particularmente disse não ser contra a cobrança, mas sim contra a cobrança a preço injusto; comentou que existe um histórico de cidades onde é paga a tarifa de esgoto e o município não tem como proibir, porque o interesse da sociedade não está defendido. O sr. Antônio Carlos disse que o conselho tem que aprovar ou não a cobrança antecipada, e que tudo precisa ter a aprovação do conselho. O Vereador Juscélio Bernardino Braz disse que a população cobrará é dos vereadores, pois foram eles que votarão e não o conselho; disse ser favorável ao projeto mas contrário à cobrança sem a prestação do serviço. O Vereador Sérgio Mota sugeriu que as duas sugestões de emendas fossem objeto de apreciação plenária. O Vereador Romeu Moreira disse que as duas emendas podem ser redigidas numa só e que poderiam constar em nome da Câmara Municipal. Os Vereadores Jorge Luís e Maria do Carmo perguntaram à Dra. Vânia se tal emenda seria legal. Esta disse para se fazer a emenda e enviar ao Prefeito que

analisará a sua constitucionalidade. O Vereador Romeu Moreira sugeriu que se aprove a emenda e marque outra reunião para segunda ou terça-feira. O Vereador Maurílio Rodrigues disse que é favorável a uma emenda que determine a cobrança depois do tratamento. O Vereador Romeu Moreira disse que a cobrança pode ser em percentuais. O sr. Antônio Carlos perguntou como a Câmara estabelecerá em percentuais, sem saber se será muito ou pouco. O Vereador Romeu Moreira disse achar que deve ser pouco mais do que a tarifa pelo serviço de abastecimento de água. A Dra. Vânia disse que é muito difícil estipular um valor sem a Câmara ter uma planilha de custos. O Vereador Túlio Mota disse que a emenda deveria estabelecer conforme a previsão de execução das etapas divididas em curtíssimo, curto, médio e longo prazo, que constam no projeto. A Dra. Vânia disse que a emenda certamente será inconstitucional e complicará ainda mais, e comentou que a concessão será toda discutida pela Câmara. O Vereador Sérgio Mota disse não ver inconstitucionalidade na proposta da emenda, pois ela simplesmente vem garantir que a sociedade não estará pagando antecipadamente por uma coisa que ela não vai ter, que é o tratamento do esgoto. O Vereador Romeu Moreira disse concordar com a Dra. Vânia quando ela disse que a concessão voltará à Câmara; manifestou o seu voto favorável. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse acreditar que a emenda caberia se o projeto tivesse vindo igual ao da outra vez, mas na forma do conselho tirou o poder da Câmara; comentou que, se fosse igual ao outro, ele mesmo iria propor uma emenda. A sra. Presidente da Câmara disse que ia colocar em votação primeiro o requerimento da urgência. O Vereador Sérgio Mota pediu que não fosse suprimida a sua sugestão de emenda e que a mesma fosse votada pelos vereadores. A sra. Presidente da Câmara perguntou à Dra. Vânia se as emendas são inconstitucionais, e a Dra. Vânia disse que as emendas fossem feitas então. A sra. Presidente perguntou novamente se elas são inconstitucionais e a Dra. Vânia disse entender que sim. A sra. Presidente da Câmara colocou em votação se o plenário aceitaria ou não a apresentação das emendas. Obteve-se 06 (seis) votos pela aceitação das emendas, a serem redigidas, dos Vereadores: Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis, Antônio Dias de Oliveira e Sérgio Antônio Mota Furtado; votando contra a aceitação os Vereadores Romeu Moreira Batista e Jorge Luís Martins Soares. Ao votar, o Vereador Romeu Moreira disse que estava seguindo a Dra. Vânia, pois gostaria de fazer a emenda mas a assessora jurídica disse que elas seriam inconstitucionais. O Vereador Jorge Luís também justificou o seu voto contrário por seguir a orientação da Assessora Jurídica. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que agora votaremos o projeto com as emendas as quais, se forem inconstitucionais, serão vetadas pelo Prefeito. O Vereador Sérgio Mota concordou. O Vereador Romeu Moreira disse que agora deve ser votado pelos poderes do conselho, de quem serão cobradas as responsabilidades futuramente. A sra. Presidente da Câmara disse que agora as emendas serão redigidas. O Vereador Romeu Moreira disse que as emendas são inconstitucionais e questionou então para que serão feitas, devendo votar somente o projeto. O Vereador Sérgio Mota disse que acabou de ser votado pelos vereadores o desejo da apresentação da emenda. A sra. Presidente da Câmara e o Vereador Jorge disseram que a emenda não está

pronta e teria que estar em pauta. O Vereador Maurílio Rodrigues disse que a sra. Presidente da Câmara colocou em votação para colher a opinião do plenário sobre a aceitação da emenda, e que, se for votá-la, a sessão terá que ser suspensa para que a emenda seja redigida; disse que caberá à Presidente da Câmara essa decisão, mas que ela pode ouvir a Assessora Jurídica que manifestou a inconstitucionalidade das emendas e colocar em votação o projeto. O Vereador Romeu Moreira e a Presidente da Câmara disseram que hoje se está votando o projeto e o Vereador Sérgio Mota disse que cabe a emenda. O Vereador Romeu Moreira disse que a sra. Presidente da Câmara precisa então suspender a reunião para que a emenda seja redigida, depois reabrir a sessão e discutir e votar a emenda. O Vereador Sérgio Mota concordou. O sr. Antônio Carlos pediu a palavra e disse que está vendo a Casa passar por cima da advogada. O Vereador Sérgio Mota disse que o parecer jurídico é opinativo. O Vereador Romeu Moreira disse que é um dos autores da emenda e votou contra porque a advogada disse que era inconstitucional; agora então deve-se votar o parecer criando o conselho, mediante a vontade da Câmara de colocar emendas e o parecer da Assessora Jurídica pela inconstitucionalidade das mesmas. A sra. Presidente da Câmara disse que o Vereador Romeu retirou a emenda diante do parecer jurídico e que isso não compete a ela, mas ao autor da proposta de emenda. O Vereador Sérgio Mota comentou que a própria Assessora Jurídica disse que seu parecer é opinativo e que não estava baseado em nenhum artigo da Constituição. O Vereador Romeu Moreira sugeriu que a Presidente da Câmara marcasse uma reunião para outro dia porque ele tem compromisso às dezenove horas. O Vereador Sérgio Mota explicou como seria a sua emenda, que teria o objetivo de evitar a cobrança antecipada pela concessionária; citou o exemplo da privatização da BR-040 onde somente depois de seis meses e de seis por cento da obra iniciada é que começará a ser cobrado o pedágio. A sra. Presidente da Câmara disse que aguardaria a emenda ser redigida e depois se votaria se a mesma entra ou não. O Vereador Jorge Luís disse não ser favorável à cobrança antecipada, mas que se estaria votando uma coisa pensando que era outra. A sra. Presidente da Câmara disse achar que a Câmara deveria votar seguindo a manifestação da Assessora Jurídica sobre a inconstitucionalidade da emenda. O Vereador Romeu Moreira disse que a Presidente da Câmara deveria então colocar o projeto em votação e quem quiser vota contra. A sra. Presidente disse que já foi votado e o pessoal quer ouvir a emenda, de forma que a mesma será apresentada e ninguém é obrigado a votar a favor. O Vereador Romeu Moreira disse que a Presidente da Câmara fica “em cima do muro”. A sra. Presidente da Câmara disse que a sua opinião está formada e, se depender do seu voto, ela será contra; disse achar que é um direito do vereador pedir. O Vereador Romeu Moreira disse que a Presidente da Câmara deveria deixar o projeto tramitando, acatar a emenda e marcar outra reunião para segunda-feira. A sra. Presidente da Câmara disse que a emenda já estava sendo redigida, e o Vereador Romeu Moreira disse que pedirá licença ao plenário para se retirar porque tem um compromisso às dezenove horas. A sra. Presidente da Câmara disse que a Câmara ficará para votar a emenda se a mesma ficar pronta. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis sugeriu que fosse colocado em votação se o projeto seria votado sem a emenda ou se aguardaria a redação da mesma. A sra. Presidente da Câmara



disse ser uma boa opção e anunciou que colocaria em votação se o projeto de lei seria votado sem a emenda. O Vereador Sérgio Mota pediu que aguardássemos e citou a responsabilidade que têm os vereadores; disse que isso é consequência do projeto vir em regime de urgência. A sra. Presidente da Câmara disse que há a manifestação do jurídico, e o Vereador Sérgio respondeu que a Assessora Jurídica manifestou a sua opinião não embasada em nenhum artigo da Constituição. A Presidente da Câmara pediu que a Assessora Jurídica se manifestasse. A Dra. Vânia disse que dentro do projeto que trata dos valores não caberia essa emenda. O Vereador Sérgio Mota disse que a emenda não estipulará valores, mas simplesmente a garantia de que não haverá cobrança antecipada, pois o conselho é quem definirá tarifas. A sra. Presidente da Câmara perguntou se a emenda seria inconstitucional e a Dra. Vânia respondeu que primeiro precisa analisar a emenda. O Vereador Sérgio Mota disse que a Dra. Vânia está em dúvida. A sra. Presidente da Câmara anunciou que colocaria em votação o projeto de lei sem a emenda, seguindo o que a Dra. Vânia falou. A Dra. Vânia disse que isso seria o mais correto. O Vereador Sérgio perguntou quando a emenda será votada. A sra. Presidente da Câmara disse que primeiro será votado o projeto sem a emenda e depois com a emenda. O Vereador Sérgio perguntou por quê não votar com a emenda, e a sra. Presidente da Câmara disse que embasado no que a Dra. Vânia acabou de dizer. O Vereador Sérgio pediu que a Dra. Vânia se manifestasse por escrito. A Dra. Vânia disse que a emenda deveria ser votada agora. O Vereador Sérgio disse que a Assessora Jurídica poderia redigir a emenda de forma que não seja inconstitucional. A sra. Presidente da Câmara colocou em votação para ver quais vereadores eram a favor de votar o projeto sem a emenda, apurando-se 04 (quatro) votos (Romeu Moreira Batista, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Antônio Dias de Oliveira) para a votação do projeto sem a emenda, e 04 (quatro) votos (Juscélio Bernardino Braz, Paulo Henrique da Silva, Sérgio Antônio Mota Furtado e Túlio Mota Salgado) para a votação do projeto com a emenda. Havendo empate, a sra. Presidente da Câmara votou pela votação do projeto sem a emenda. A sra. Presidente da Câmara então colocou em votação os Projetos de Leis nºs 1.562, que institui o Plano Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências, e 1.563, que dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, Cria o Conselho Municipal de Saneamento, o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico e o Fundo Municipal de Saneamento Básico de Rio Pomba – MG, sendo ambos aprovados por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Romeu Moreira Batista, Juscélio Bernardino Braz, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Antônio Dias de Oliveira; votando contra os 03 (três) seguintes Vereadores: Túlio Mota Salgado, Maurílio Rodrigues dos Reis e Sérgio Antônio Mota Furtado. A sra. Presidente da Câmara disse que foi feito um ofício ao sr. Prefeito, a ser assinado por todos os vereadores, indicando um repasse maior da subvenção social à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE através dos recursos financeiros devolvidos pela Câmara no final deste exercício. Após debates e sugestões, o ofício foi assinado por todos os vereadores. O Vereador Sérgio Mota disse não haver entendido a votação do projeto. A sra. Presidente da Câmara e o Vereador Romeu Moreira disseram que a emenda não passou, porque foi votado o projeto sem a

emenda. O Vereador Sérgio perguntou se depois não seria votada a emenda, e a sra. Presidente da Câmara respondeu que não. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pela Sra. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes  
Presidente da Câmara

Paulo Henrique da Silva  
Secretário

Antônio Dias de Oliveira

Jorge Luís Martins Soares

Juscélio Bernardino Braz

Maurílio Rodrigues dos Reis

Romeu Moreira Batista

Sérgio Antônio Mota Furtado

Túlio Mota Salgado

## **TERMO DE ENCERRAMENTO**

Neste Livro, que contém 123 (cento e vinte e três) folhas numeradas sequencialmente, foram lavradas as atas das sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba de 1º/01/2013 (primeiro de janeiro de dois mil e treze) até 31/12/2013 (trinta e um de dezembro de dois mil e treze).

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com a senhora Presidente.

Rio Pomba/MG, 06 de março de 2014.

**VEREADOR PAULO HENRIQUE DA SILVA**  
Secretário

**VEREADORA MARIA DO CARMO VIEIRA DA SILVA GOMES**  
Presidente da Câmara